A dimensão urbana
nos projetos
habitacionais
de

**Héctor
Vigliecca**

VICTOR MARTINS MINGHINI

A dimensão urbana nos projetos habitacionais de Héctor Vigliecca

**São Paulo
2019**

VICTOR MARTINS MINGHINI

A dimensão urbana nos projetos habitacionais de Héctor Vigliecca

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: Projeto de Arquitetura

Orientadora: Prof^ª. Dr^a. Anália Maria Marinho de Carvalho Amorim

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

victorminghini@gmail.com
victorminghini@usp.br

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Minghini, Victor Martins

A dimensão urbana nos projetos habitacionais de Héctor Vigliecca / Victor Martins Minghini; orientadora Anália Maria Marinho de Carvalho Amorim. - São Paulo, 2019.
211 p.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Projeto da Arquitetura.

1. Héctor Vigliecca. 2. Habitação. 3. Urbanidade. 4. Morfologia Urbana. I. Amorim, Anália Maria Marinho de Carvalho, orient. II. Título.

Elaborada eletronicamente através do formulário disponível em: <<http://www.fau.usp.br/fichacatalogica/>>

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL,
SOB RESPONSABILIDADE DO AUTOR E ANUÊNCIA DA ORIENTADORA.

A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.
São Paulo, 01 de Julho de 2019.

à Talitha.

Que agarrou meus sonhos com toda força.

Agradecimentos

À Anália Amorim pela generosidade e estima no caminhar desta pesquisa.

Ao Ruben Otero, quem considero meu mestre, sempre presente.

Ao querido Li pelo apoio desmedido e pela imensa contribuição na minha trajetória.

Ao professor Zico Rollemberg pela luz no encaminhamento da pesquisa.

Ao professor Luiz Recáman pela gentileza em guiar o olhar inicial.

À colega Lyzandra pelas conversas cafeinadas.

À minha família, o alicerce, pelo suporte incondicional.

À minha grande companheira nesta vida, Talitha.

E, claro, agradeço ao arquiteto Héctor Vigliecca por tamanha grandeza, fonte de muito aprendizado neste percurso, devoto minha admiração. ¡*Gracias!*

“As cidades são ambientes da existência, sabemos que a relação positiva ou negativa com o ambiente determina a saúde física, psíquica e moral dos indivíduos e grupos sociais”

Giulio Carlo Argan

Resumo

O presente trabalho concatena uma argumentação que busca satisfazer questões, problemas e relações que suscitam do binômio Arquitetura-Cidade, mantendo unidas a teoria e a prática. Com enfoque na trajetória do arquiteto uruguaio destacamos os pontos de inflexão que agem sobre a sua formação quando imerso no debate internacional da década de sessenta. As obras selecionadas que integram a dissertação devem contribuir como um instrumento válido para compreensão da cidade contemporânea, estreitando a relação entre tipo arquitetônico e forma urbana, fomentando a cultura de projeto arquitetônico.

A pesquisa analisa metodologicamente três projetos de habitação de interesse social na cidade de São Paulo desenvolvidos por Héctor Vigliecca e sua equipe: Casarão do Carmo (2003-2017); Gleba H (2009-2013); e Parque Novo Santo Amaro V (2009-2012). Em um repertório abrangente, Vigliecca comprova uma consistência rara na busca constante por uma resposta que nasce necessariamente da compreensão do tecido urbano, as propostas atingem valores investigativos e especulativos de projeto, refutando qualquer resposta premedita, propõe, de uma forma subjacente, hipóteses de cidades.

Palavras-chave: Héctor Vigliecca; Habitação Social; Urbanidade; Morfologia Urbana.

Abstract

The present work concatenates an argument that aims to satisfy questions that emerges from the Architecture-City binomial, maintaining theory and practice united. Focusing on the trajectory of the Uruguayan architect we highlight the inflection points that affect his formation when immersed in the international debate of the 1960s. The selected works should contribute as a valid instrument to apprehend the contemporary city, narrowing the relationship between architectural type and urban form, fomenting the culture of architectural design.

The research analyzes methodologically three social housing interventions in São Paulo developed by Héctor Vigliecca and his team: Casarão do Carmo (2003-2017); Gleba H (2009-2013); and Parque Novo Santo Amaro V (2009-2012). In a comprehensive repertoire, Vigliecca proves a rare consistency in the persistent search for a response that arises necessarily from the understanding of the urban fabric, the proposals reach an investigatory and speculative values, refuting any premeditated answers, suggests hypothesis of cities.

Keywords: Héctor Vigliecca; Social Housing; Urbanity; Urban Morphology.

Lista de ilustrações

Figura 1 – Integrantes do Estúdio Reconquista	35
Figura 2 – Concurso Centro de Convenções e Feiras - Croqui	37
Figura 3 – Concurso Banco Geral do Comércio - Fachada	37
Figura 4 – Concurso Biblioteca RJ - Axionométrica	38
Figura 5 – Escritório Vigliecca & Associados	39
Figura 6 – Livro - Hipóteses do Real (2012)	40
Figura 7 – Livro - Arena Castelão (2014)	40
Figura 8 – Livro - O Terceiro Território (2014)	41
Figura 9 – Grupo de viagem, 1950	42
Figura 10 – Mapa do itinerário de viagem - Geração 2008	44
Figura 11 – Isla Mala - 1970	48
Figura 12 – Isla Mala - 1970	49
Figura 13 – Isla Mala - Implantação do conjunto	49
Figura 14 – Isla Mala - Foto interna	50
Figura 15 – Isla Mala - Imagem aérea	50
Figura 16 – Bulevar Artigas - Perspectiva interna	51
Figura 17 – Bulevar Artigas - Imagem aérea	52
Figura 18 – Bulevar Artigas - Implantação	52
Figura 19 – Bulevar Artigas - Perspectiva aérea	54
Figura 20 – Bulevar Artigas - Conjunto recém construído	54
Figura 21 – Bulevar Artigas - Foto do conjunto, 2011	55
Figura 22 – Bulevar Artigas - Corte transversal	55
Figura 23 – Bulevar Artigas - Fachada	55
Figura 24 – Bulevar Artigas - Centro de serviços comuns	56
Figura 25 – Sesc Nova Iguaçu - Foto aérea	59
Figura 26 – Sesc Nova Iguaçu - Implantação	60
Figura 27 – Sesc Nova Iguaçu - Foto externa	60
Figura 28 – Sesc Nova Iguaçu - Foto externa	61
Figura 29 – Morro do S4 - croqui	62
Figura 30 – Morro do S4 - Fotomontagem	63
Figura 31 – Morro do S4 - Corte longitudinal	64
Figura 32 – Morro do S4 - Diagrama	64
Figura 33 – Morro do S4 - Implantação	65
Figura 34 – Morro do S4 - Implantação	66
Figura 35 – Ribeirão dos Perus - Implantação	67
Figura 36 – Ribeirão dos Perus - Implantação	68
Figura 37 – Ribeirão dos Perus - Perspectiva	69

Figura 38 – Ribeirão dos Perus - Perspectiva	69
Figura 39 – Morar Carioca - Croqui	71
Figura 40 – Morar Carioca - Croqui	72
Figura 41 – Morar Carioca - Estratégia de intervenção em encostas	73
Figura 42 – Morar Carioca - Estratégia de intervenção em encostas	74
Figura 43 – Morar Carioca - Estratégia de intervenção em encostas	74
Figura 44 – Morar Carioca - Estratégia de intervenção em áreas planas	75
Figura 45 – Morar Carioca - Estratégia de intervenção em áreas planas	75
Figura 46 – Morar Carioca - Estratégia de intervenção em áreas planas	76
Figura 47 – Morar Carioca - Estratégia de intervenção em complexos	76
Figura 48 – Morar Carioca - Estratégia de intervenção em complexos	77
Figura 49 – Morar Carioca - Estratégia de intervenção em complexos	77
Figura 50 – CODHAB (Sol Nascente) - Perspectiva interna	79
Figura 51 – CODHAB (Sol Nascente) - Perspectiva externa	80
Figura 52 – CODHAB (Sol Nascente) - Planta térreo	80
Figura 53 – CODHAB (Sol Nascente) - Plantas superiores	81
Figura 54 – CODHAB (Sol Nascente) - Unidades habitacionais	81
Figura 55 – CODHAB (HIS) - Fachada	82
Figura 56 – CODHAB (HIS) - Fachada	82
Figura 57 – CODHAB (HIS) - Perspectiva do conjunto	83
Figura 58 – CODHAB (HIS) - Diagrama	83
Figura 59 – CODHAB (HIS) - Perspectiva do conjunto	84
Figura 60 – CODHAB (HIS) - Diagrama	84
Figura 61 – Le Corbusier - “Devemos matar a rua-corredor”	89
Figura 62 – CIAM I - Suíça, 1928	90
Figura 63 – CIAM IX - Urban Re-identification Grid	91
Figura 64 – CIAM XI - Otterlo, 1959.	92
Figura 65 – Manifesto Doorn	93
Figura 66 – Encyclopédie Méthodique (1825) - Quatremère de Quincy	103
Figura 67 – A cabana primitiva de Laugier	104
Figura 68 – Quartiere INA-Casa Tuscolano II (1949-50)	115
Figura 69 – Croqui de Le Corbusier para o edifício-sede do MES	127
Figura 70 – Rio das Pedras - Croqui	130
Figura 71 – Rio das Pedras - Foto aérea	132
Figura 72 – Rio das Pedras - Plantas	132
Figura 73 – Rio das Pedras - Pátio interno	133
Figura 74 – Rio das Pedras - Vista externa	133
Figura 75 – City of Composite por David Griffin and Hans Kollhoff	134
Figura 76 – Gleba A - Croqui	136

Figura 77 – Gleba A - Foto inserção	137
Figura 78 – Gleba A - Foto aérea do conjunto	138
Figura 79 – Gleba A - Foto aérea do conjunto	138
Figura 80 – Gleba A - Foto aérea do conjunto	139
Figura 81 – Gleba A - Corte transversal	139
Figura 82 – Gleba A - Fachada	140
Figura 83 – Gleba A - Implantação	140
Figura 84 – Concurso Palácio dos Sovietes	141
Figura 85 – Paraisópolis - Croqui de implantação	144
Figura 86 – Paraisópolis - Implantação contígua	145
Figura 87 – Paraisópolis - Axionométrica	146
Figura 88 – Paraisópolis - Maquete física	146
Figura 89 – Nigel Henderson, Eduardo Paolozzi, Alice and Peter Smithson	147
Figura 90 – Jardim Nazaré - Croqui	149
Figura 91 – Jardim Nazaré - Implantação	151
Figura 92 – Jardim Nazaré - Planta baixa	151
Figura 93 – Jardim Nazaré - Corte transversal	152
Figura 94 – Jardim Nazaré - Maquete física	152
Figura 95 – Estudos de caso	154
Figura 96 – Casarão do Carmo - Croqui da rua interna	155
Figura 97 – Casarão do Carmo - Inserção urbana	156
Figura 98 – Casarão do Carmo - Antes da intervenção	158
Figura 99 – Casarão do Carmo - Foto aérea antes da intervenção	159
Figura 100 – Casarão do Carmo - Foto da rua do Carmo, 1910.	161
Figura 101 – Casarão do Carmo - Maquete física	162
Figura 102 – Casarão do Carmo - Diagrama	163
Figura 103 – Casarão do Carmo - Pavimento térreo	163
Figura 104 – Casarão do Carmo - Planta da unidade habitacional	164
Figura 105 – Casarão do Carmo - Conjunto concluído	166
Figura 106 – Casarão do Carmo - Conjunto concluído	167
Figura 107 – Casarão do Carmo - Conjunto concluído	168
Figura 108 – Casarão do Carmo - Conjunto concluído	169
Figura 109 – Casarão do Carmo - Corte longitudinal	171
Figura 110 – Casarão do Carmo - Corte longitudinal com vista para Igreja	172
Figura 111 – Gleba H - Croqui	173
Figura 112 – Gleba H - Inserção urbana	174
Figura 113 – Núcleo Heliópolis - Alojamentos provisórios	176
Figura 114 – Gleba H - Situação prévia	178
Figura 115 – Gleba H - Diagrama	179

Figura 116–Gleba H - Implantação	179
Figura 117–Gleba H - Unidade habitacional	180
Figura 118–Gleba H - Foto aérea	181
Figura 119–Gleba H - Vista do acesso	182
Figura 120–Gleba H - Vista da praça interna	183
Figura 121–Gleba H - Vista externa	185
Figura 122–Parque Novo Santo Amaro V - Croqui	187
Figura 123–Parque Novo Santo Amaro V - Inserção urbana	188
Figura 124–Parque Novo Santo Amaro V - Situação prévia	190
Figura 125–Parque Novo Santo Amaro V - Em construção	192
Figura 126–Parque Novo Santo Amaro V - Em construção	192
Figura 127–Parque Novo Santo Amaro V - Vista do vale	193
Figura 128–Parque Novo Santo Amaro V - Croqui da fachada	193
Figura 129–Parque Novo Santo Amaro V - Implantação	194
Figura 130–Parque Novo Santo Amaro V - Foto aérea	194
Figura 131–Parque Novo Santo Amaro V - Vista da passarela	195
Figura 132–Parque Novo Santo Amaro V - Vista aérea do conjunto	195
Figura 133–Parque Novo Santo Amaro V - Vista da passarela	196
Figura 134–Parque Novo Santo Amaro V - Vista da fachada	196
Figura 135–Parque Novo Santo Amaro V - Vista do campo de futebol	197
Figura 136–Parque Novo Santo Amaro V - Vista da fachada	197
Figura 137–Parque Novo Santo Amaro V - Parque linear	198
Figura 138–Parque Novo Santo Amaro V - Bienal de Veneza 2018	199
Figura 139–Parque Novo Santo Amaro V - Bienal de Veneza 2018	199

Lista de abreviaturas e siglas

AIA	American Institute of Architects
APA	Área de proteção ambiental
BDI	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional da Habitação
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CCU	Centro Cooperativista Uruguaio
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CEI	Centro de Educação Infantil
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CNEC	Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores
CODHAB	Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
DF	Distrito Federal
FABES	Secretaria da Família e Bem-Estar Social
FUNAPS	Fundo de atendimento à população em habitação subnormal
GEAP	Grupo de Estudos de Assentamentos Populares
HIS	Habitação de Interesse Social
IAB	Instituto dos Arquitetos do Brasil
IAPAS	Instituto de Administração da Providência e Assistência Social
IAPI	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
MEC	Ministério da Educação
PAI	Perímetro de Ação Integrada
PMH	Plano Municipal de Habitação
PMSP	Prefeitura do Município de São Paulo
SEAC	Secretaria Especial de Ação Comunitária

SEBES	Secretaria do Bem Estar Social
SEGETH	Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Gestão Territorial e Habitação
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SESC	Serviço Social do Comércio
SMHC	Secretaria Municipal de Habitação e Cidadania
SP	São Paulo
UH	Unidades Habitacionais
VHP	Vila de Habitação Provisória
ZEIS	Zona especial de interesse social

Sumário

1	Introdução	21
1.1	Objetivo	27
1.2	Metodologia	29
2	O arquiteto uruguaio	33
2.1	A viagem de arquitetura - <i>Arquitectura RIFA</i>	41
2.2	Centro Cooperativista e o marco normativo	44
2.3	Complexo Habitacional Bulevar Artigas	51
2.4	Arquitetura em potencial e o exercício reflexivo	56
2.5	Projetos e obras habitacionais	84
3	(Re)construção do campo teórico - anos 60	87
3.1	Após os modernos	88
3.2	Urbanidade - Definições conceituais	96
3.3	A Terceira Tipologia	103
3.4	Morfologia urbana	106
4	Estratégias projetuais - <i>Declinatio</i> e o salto interpretativo	125
4.1	Supressão de recuos - A quadra como suporte	127
4.1.1	Vila Mara - Rio das Pedras	130
4.2	Legibilidade - Coligação e continuidades	134
4.2.1	Heliópolis - Gleba A	136
4.3	O valor do vazio - Proporções e densidades	141
4.3.1	Paraisópolis	144
4.4	Suturas - Integração a malha urbana	147
4.4.1	Jardim Nazaré	149
5	Estudos de caso	153
5.1	Casarão do Carmo	155
5.1.1	Leitura do projeto	170
5.2	Gleba H - Residencial Sílvio Baccarelli	173
5.2.1	Leitura do projeto	183
5.3	Parque Novo Santo Amaro V	187
5.3.1	Leitura do projeto	200
6	Considerações finais	203
	Referências	205

1 Introdução

A presente pesquisa surge de diversas aproximações com a tema. A oportunidade de trabalhar e estar presente diretamente no debate atual sobre a construção das práticas em Habitação Social, é a primeira dessas, inevitavelmente, deparei-me com as obras de Vigliecca. No desejo de refletir sobre a construção do espaço urbano e o revisitado enfrentamento do desenho do espaço público na cidade de São Paulo, percebemos um terreno extremamente fértil de pesquisa projetual nas obras habitacionais recentes desenvolvidas pelo arquiteto e pela sua equipe. O desvio às práticas mais corriqueiras, se esquivando das propostas protocolares, denotou elementos suficientes para iniciar a pesquisa.

Suas obras começaram a contribuir, muito recentemente, com algumas pesquisas acadêmicas. A maioria transita dentro do panorama da produção de habitação Social no Brasil e seu processo histórico. Nesse quesito, destacamos a pesquisa da Renata Coradin, com a orientação do profº Drº Paulo Bruna, intitulada *Habitar Social: A produção contemporânea na cidade de São Paulo*, de 2014. Já o trabalho de Marina Puglisi, com orientação do profº Drº Abílio Guerra, se dedica, estritamente, a olhar as obras de Vigliecca, analisando a construção dos espaços coletivos no Conjunto Habitacional Rincão (1989), Conjunto Habitacional Rio das Pedras e Vila Mara (1989) e O Parque Novo Santo Amaro V (2009).

Nesse sentido, o fio condutor deste trabalho é o momento da formação do arquiteto, bem como a participação efetiva na revisão do pensamento arquitetônico e urbanístico da década de 60. Reconstruiremos essa trajetória para observar quanto ainda reside na sua ação projetual. Aprofundaremos em temas específicos de abordagem teórica, depositados também nesse período para reavivar o momento de circulação das ideias que teceram as novas propositivas para a construção das cidades, visto o declínio do pensamento moderno.

O território urbano, evidentemente, deve refletir os processos históricos de ocupação. Ademais, o estudo da cidade, da construção física e do suporte das relações humanas devem buscar superar as delimitações puramente estéticas que a arquitetura indicou em outros tempos. Os significados arquitetônicos dentro do contexto urbano nos obriga a estabelecer novas variáveis, rompendo as questões formais para decifrar outros códigos e adentrar em outros campos científicos, aprofundando a relação arquitetura-cidade.

A compreensão do tecido urbano fragmentado requer certo esforço. Diversos campos disciplinares se dedicam a esse fenômeno, que ainda segue carente de uma base teórica-metodológica referencial. Nesse panorama, se faz necessária a revisão dos aspectos da relação biunívoca Homem-espaço na urbe, superando os antigos conceitos racionalistas. A crescente de urbanização carregou consigo novas complexidades a partir de meados do século XIX. A industrialização é um desses marcos migratórios que acarretaram em outras formas do viver urbano e impôs condições drásticas à manutenção das cidades, colocando em crise o modelo tradicional das cidades medievais, sem conseguir atribuir um novo modelo de concepção.

O planejamento positivista que degradou as cidades existente, também lançou olhares para uma cidade futura outra, porém, com certo ímpeto para impessoalizar os espaços urbanos. (MESQUITA, 2008)

Os conceitos postulados no período do movimento moderno trataram, até certa ordem, de forma reducionista as definições que relacionam a arquitetura e os fenômenos urbanos. Os trabalhos que aqui serão estudados não encontraram, em sua época, nenhum, ou mínimo, rebatimento na tradição arquitetônica brasileira, que tem suas bases em premissas divergentes aos postulados pelos projetos estudados. A arquitetura brasileira constituiu uma consistência em fundamentos estéticos, na determinação do objeto arquitetônico como campo quase exclusivo de exploração formal, fortalecendo a iniciativa do edifício-objeto, com a função de contraste exemplar em uma alternativa generalizável. (BARROS, 2014)

Para a maioria dos pensadores do segundo pós-guerra, o ato de habitar já não está vinculado à experiência de relação com os arquétipos. O mundo industrial enterrou essa possibilidade permanentemente. Para reparar essa ruptura, emerge o tema da valorização da experiência do cotidiano, das necessidades básicas, da relação antológica entre a casa e o Homem. No momento em que a Alemanha vive um processo significativo de reconstrução de suas cidades de forma massiva, Martin Heidegger propõe essa valorização no ensaio de 1951 denominado *Bauen, Wohnen, Denken (Construir, Habitar, Pensar)*. O texto foi fundamental para a percepção negativa do *habitat* genérico e da crise de significado da construção de habitação coletiva. Heidegger se opõe, diametralmente, ao positivismo tecnológico.

Essa tensão entre a tradição e a modernidade permitirá fazer prevalecer os valores culturais e sociais sobre os valores tecnológicos. Dessa forma, aproxima-se o conceito de cidade social - lançado por Ebenezer Howard - *versus* a cidade da máquina Corbusiana. Reabilita-se, assim, o conceito da valorização social da comunidade, para construir uma arquitetura baseada não em valores tecnológicos, mas, fundamentalmente, em ideais de valorização cultural dos materiais e dos espaços.

O campo de investigação urbana, a interrogação acerca do “significado das cidade” exige identificar o âmbito físico o qual resulte possível tanto uma análise morfológica do conjunto com uma classificação tipológica dos seus distintos elementos, que estabeleça as possíveis relações existente entre estes. (AYMONINO, 1981)

A escolha do arquiteto Héctor Vigliecca, se justifica pela relevância na arquitetura contemporânea brasileira, especialmente a paulista, visto que já são mais de 50 prêmios em projetos habitacionais, edifícios culturais, educacionais e institucionais. Dentre as propostas recentes para a cidade de São Paulo que ensaiam um novo enfrentamento da questão habitacional, a pesquisa analisará as obras de Vigliecca, devido a sua fundamental importância para a renovação do tema em áreas de precariedade na região metropolitana de São Paulo, ditadas por uma postura distinta à modernidade tardia brasileira.

O período enfatizado ficou marcado pela pluralidade dos temas emergidos, muitos, em reflexo à abordagem da arquitetura no período do pós-guerra, que confrontavam os modelos que ainda perpetuavam a tipologia “mecanizada” e seu excesso de racionalidade. Buscaram-se, então, estruturas que se reaproximavam das formas humanas ou humanizadas, temas presentes em artigos traduzidos de Yona Friedman, Archigram e dos Smithsons. A afronta não se tratava de uma argumentação simplesmente formal, mas sim, uma reavaliação teórica do pensamento moderno ordenador.

O arquiteto uruguaio acompanhou, de perto, os debates resultantes da revisão crítica frente aos desafios urbanos. O grande desafio de Héctor Vigliecca, considerando o território e as questões sociais e humanas, está em elaborar estratégias teóricas e projetuais para o enfrentamento das condições urbanas atuais. O estímulo passa por aproximar-se de questões relacionadas a temas sobre a apropriação, a legibilidade e a legitimação, bem como sobre a forma como as pessoas usam o território, reconhecem-no e reafirmam a necessidade do uso público e coletivo.

O planejamento urbano tradicional vinculado às formas de controle da cidade se evidenciou como uma tentativa já desgastada e resistente, sem força suficiente para que a cidade se torne, enquanto território, uma criação coletiva. Atualmente, devido ao fracasso das propostas de planejamento, são perceptíveis constantes iniciativas de mudanças políticas, econômicas, sociais e ambientais, demandando uma atuação efetiva sobre o tecido urbano, que garante a inversão dess movimento, direcionando os seus esforços a favor da revalorização do espaço público.

Portanto, é nesse contexto que o arquiteto consolida o pensamento, trazendo à tona a presença do usuário na ação do espaço projetado e na construção do objeto arquitetônico, frente às complexidades urbanas.

Esta lealdade à consciência da minha formação resiste a transpor a barreira das utopias do projeto cultural e social moderno sobre a ideia e forma dos convívios do público com o coletivo e com o privado, concatenados numa comunhão harmônica. (RUBANO, 2014)

A questão transversal que impulsiona o seu trabalho, está em propor habitação e resgatar a marca do processo histórico, associando a ela um novo programa, capaz de alcançar a intersecção entre: valorizar e reativar as preexistências e agregar estruturas atuais. (RUBANO, 2014)

Em editorial da *Arquitectura Viva*, nº 97 (2004, p. 20) – *Vivienda sin Ciudad*, Luis Fernández-Galiano afirma que:

A habitação não é hoje um problema que demande experimentos estéticos ou inovações estilísticas. É um problema urbano, da civitas ou polis, quer dizer de cidadania e político. Necessitamos mais arquitetura, mas, sobretudo, necessitamos mais cidade.

Solà-Morales (2002) ao criticar as proposições que os arquitetos oferecem à cidade contemporânea, identificando-as como “vedetes” arquitetônicas, reforça que tais propostas carregam uma cidade que espelha o individualismo próprio da cultura contemporânea, reflexos de uma competitividade em ascender a uma posição de destaque. Essas propostas singulares, que se apropriam de tudo em benefício próprio, não têm a intenção de resolver conflitos urbanos. Dessa forma, o autor considera que “esta não é toda arquitetura contemporânea, nem a única maneira de se estabelecerem relações acrílicas entre a arquitetura, a cidade e seus modos de produção convencionalmente aceitos”.

A cidade, entendida como uma imagem icônica do século XX, é o espaço aglutinador dos antagonismos, dos conflitos, das contradições e, ao mesmo tempo, se mostra como a grande criação do homem, como o resultado mais complexo, resumo da sua capacidade como ser criador e transformador, impondo-se, na tentativa de dominar e se sobrepor à natureza.

Essa complexidade existente na cidade, segundo Morin (2006 apud NIGRO, 2007), é “constituída de partes heterogêneas inseparavelmente associadas, que se apresenta com os traços de um emaranhado, da desordem, da incerteza”. Sendo assim, a cidade é muito mais do que uma soma dos subsistemas que a constituem: ambiental, socioeconômico, socio-espacial, infra-estrutural e institucionais. As qualidades e as características dos componentes dos subsistemas não se revelam na sua totalidade. Estão organizadas em um processo no qual cada parte contribui para o todo, um complexo organismo em que se interagem e são interdependentes. (NIGRO, 2007)

A formulação do “terceiro território”, propositiva teórica abraçada por Vigliecca, é o resultado de uma reflexão da experiência do arquiteto para as propostas de intervenção nas áreas de precariedade urbana. Diferentemente das políticas compensatórias que centram as suas ações em projetos de urbanização assentadas em instaurar sistemas de infraestrutura e saneamento, deixando a cargo do tempo e dos seus habitantes que lhes atribuam densidade, o “terceiro território” coincide com “uma nova estrutura, que se intersecta à existente, para que possa estabelecer uma nova unidade que, simultaneamente valoriza, estimula e dá sentido a essa outra morfologia, sem destruir nem excluir o existente.” Essa formulação surge de um pensamento descrito no texto “Opacidade e Situação” desenvolvido pela arquiteta Anne Marie Summer para uma publicação na revista *Oculum* nº 4 (1993, p.38).

Talvez, como força elucidativa, reforçando a necessidade de compreendemos a elaboração teórica de Vigliecca para as intervenções em tecidos consolidados, evocamos o memorial descritivo de Fernando Távora, sobre a casa de férias em Ofir. Esse projeto, executado para um amigo de Távora - Dr. Fernando Ribeiro da Silva –, foi apresentado no 11º encontro do CIAM na cidade de Otterlo, em 1959, e ilustra um grande diálogo entre a intervenção arquitetônica em um edifício tradicional português:

Uma das mais elementares noções de química ensina-nos qual a diferença entre um composto e uma mistura e tal noção parece-nos perfeitamente aplicável, na sua

essência, ao caso particular de um edifício. Em verdade, há edifícios que são compostos e edifícios que são misturas (para não falar já nos edifícios que são mixórdias...) e no caso presente desta habitação construída no pinhal de Ofir, procuramos, exatamente, que ela resultasse em um verdadeiro composto e, mais do que isso, um composto no qual entrasse em jogo uma infinidade de fatores, de valor variável, é certo, mas todos de considerar.

Fernando Távora, obviamente, pretendia que a definição química fosse traduzida para conceitos edilício. O autor se apropriou da definição de que uma mistura é a reunião de substâncias ou elementos químicos, em que cada componente mantém as suas características originais, diferentemente do composto, que quando combinados originam uma terceira substância com características próprias. Héctor Vigliecca busca elaborar um composto, uma intervenção arquitetônica em áreas desprovidas de qualquer valor de urbanidade que, quando em contato com a nova intervenção, seria capaz de reverberar um pulso de transformação, originando um novo tecido coletivo, a favor da construção da cidade, unindo as duas situações a favor de uma terceira, que responde, necessariamente, à configuração urbana.

Rubano (2014) afirma que o objetivo essencial da habitação de interesse social não deve ser simplesmente por motivos de quantidade, nem mesmo de custo. Seu desígnio maior deve ser a construção de cidade. Opõe-se à imposição de modelos preestabelecidos, devendo originar-se da compreensão do território, de forma que a proposta seja criada sobre a observação do que o local revela.

A realidade urbana brasileira não é um obstáculo para o trabalho de arquitetura de Héctor Vigliecca. Dispõe dele para criticá-la e transformá-la, dentro dos estreitos limites impostos pela situação atual aos instrumentos de arquitetura e urbanismo. Se essa operação for considerada, como deve ser nesse caso, como fundamental, e não apenas adjetiva, veremos que isso distingue esse trabalho de uma longa tradição local. Para esse arquiteto, as cidades de hoje, disformes, não são referência semântica tradicional, mas algumas estruturas espaciais devem ser nelas reconhecidas e criticamente enfatizadas, para reafirmar sua dimensão coletiva, não apenas de seus usos, mas de sua apreensão e entendimento comum. (BARROS, 2014)

Após esse trecho introdutório do seu texto *Arquitetura em tempos difíceis*, Barros (2014) não reconhece no trabalho de Héctor Vigliecca nenhuma semelhança, ou eco, como sugere, na tradição arquitetônica brasileira, afirmando a dissonância aos seus pressupostos projetuais, o estreito vínculo do edifício as dimensões culturais e espaciais preexistentes nas cidades. Compreende-se duas determinantes a esse descompasso: a primeira se trata de uma ordem hegemônica, consolidada no movimento desenvolvimentista do Estado deflagrado em 1930, o que, segundo o autor, dá origem funcional e estética à arquitetura brasileira, vigorando, ideologicamente, até a construção de Brasília. O segundo aspecto se refere à negligência à cidade existente, um desdobramento do edifício-objeto. Nesse sentido, Barros (2014, p.13) esclarece que “não se tratou de mera elaboração de ideais de beleza, mas de uma objeção àquilo que não lhe correspondia como princípio e ideal: a injustiça social brasileira e sua espacialização nas cidades desordenadas”.

Simultaneamente, arquitetos, sociólogos, outros profissionais, e a população em geral constataavam a pobreza espacial, funcional e qualitativa das periferias organizadas pelo urbanismo operacional, sempre pouco criativo, e descobriram o desperdício de território e da paisagem e do seu potencial para fazer cidade. (LAMAS, 1993)

Seus projetos de habitação social verificam e confirmam o choque disciplinar, o contextual-urbano e uma realidade socioespacial, que tem como pressuposto histórico a inexistência de uma representação coletiva. Entender a arquitetura como fenômeno urbano mais relevante, envolve induzir uma revisão dos instrumentos técnicos e linguísticos, visando a formulação de uma tese capaz de superar a divisão disciplinar, abrindo a possibilidade de construir uma cidade em que a validade estética repouse na sua qualidade morfológica.

A ciência social é o campo que mais se dedica a se enveredar na compreensão do espaço da cidade, desde a década de 1950 se investiga, insistentemente, a construção de um arcabouço teórico-metodológico, capaz de sustentar respostas mais consistentes da relação Homem-espaço.

O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois têm um papel na realização social. (SANTOS, 1988, p.26)

A Geografia, a Sociologia e a Antropologia, e mais recentemente a Psicologia, são os campos disciplinares atentos às transformações e os estudos urbanos. Rapoport (1978) sugere uma aproximação da geografia humana em uma abordagem conjunta da arquitetura e do urbanismo para compreender três diferentes atitudes sobre o ambiente construído:

- i) *A atitude ou comportamento determinista* - o meio ambiente físico determina o comportamento humano;
- ii) *A atitude possibilista* - o meio ambiente físico coloca limites e possibilidades que cabe ao usuário escolher, baseado nos seus critérios culturais;
- iii) *A atitude probabilista* - o meio ambiente físico outorga possibilidades para que o mesmo faça a escolha, sem determinar nenhuma escolha. É sabido que algumas situações existem escolhas prováveis que o espaço construído é capaz de inibir.

Se aceitamos que os propulsores que moldaram o modelo urbano fragmentado, o qual vivenciamos atualmente, corresponde ao período de transformação da cidade tradicional para a moderna que, além das mudanças sociais e políticas reais, deflagrou a sua dispersão e setorização, entendemos quais devem ser as ações de planejamento a serem revistas. Aly (2010) propõe, dado esse contexto, que a hipótese de intervenção no modelo contemporâneo está na possibilidade

de estabelecer novas conexões e relações entre os edifícios e os espaços públicos circundantes, suturando as rupturas, requalificando os percursos, conferindo sentido e vitalidade às áreas de baixa qualidade espacial e morfológica, resignificando os recintos residuais.

A discussão sobre a urbanização contemporânea brasileira nos seus princípios “intraurbanos”, como colocado por Villaça (2011), compreende o arranjo interno dos espaços urbanos, suas estruturas ou processos de estruturação. Nas relações de domínio público e privado na escala em que envolve uma definição geométrica de propriedade e os aspectos sociais das formas de uso, terão destaque os modos de produção e apropriação do chamado “lugar público”. São essas escala que Vigliecca se propõe a encarar.

Podemos concluir, dadas essas colocações iniciais, que são exigidas novas estratégias de projeto, que demandam outras formulações teóricas, aproximando os desafios sociais e territoriais das questões da arquitetura e do urbanismo, revendo as abordagens, a partir de novas questões impostas. (TAFURI; DALCO, 1976)

1.1 Objetivo

O que move esta pesquisa é o compromisso de reunir um conhecimento que respalda o ofício da disciplina, a etapa propositiva. Para todo projeto investigativo, especialmente em arquitetura, busca-se, ou deve-se buscar, contribuir com a produção de conhecimento, a partir da construção de um argumento com sustentação e análise da operação empírica, o projeto arquitetônico.

O objetivo principal está em analisar três projetos construídos de habitação coletiva de interesse social na cidade de São Paulo, desenvolvidos pelo escritório de arquitetura Vigliecca & Associados. Compreende-se que a formação do arquiteto e o seu percurso profissional são fatores determinantes nas estratégias projetuais adotadas, ponto de onde partiremos.

Serão confrontadas propostas arquitetônicas e teóricas para a construção da cidade não somente a partir de projetos em escalas urbanas, ou metropolitana, mas trazer à tona novamente o tema da habitação como elemento estruturador da malha urbana, reconhecendo as relações que estabelecem no território.

A pesquisa deverá revelar os desafios das questões contemporâneas que o arquiteto Héctor Vigliecca se dispôs a enfrentar — com aprofundamento teórico — para consolidar as estratégias adotadas durante o processo de projeto em áreas urbanas críticas.

Em meio às abordagens que imprimem desejos autorais e a espetacularização da forma como afirmação e impositiva legitimidade, este trabalho será um intento em construir um suporte teórico capaz de embasar a investigação e as possibilidades de atuações nas cidades por outras vias. Serão estabelecidos critérios que priorizam temas de arquitetura-urbana, em busca de resultados que contribuem para fundamentar a construção do pensamento tipológico no Brasil.

Na construção da casa [...] é pouco útil a experiência do singular oferecida por qualquer obra de caráter individual. A construção da casa exige, em primeiro lugar, um trabalho de caráter coletivo. (TESSENOW, 1999)

O embate contemporâneo está no descompasso progressivo entre o ordenamento territorial e as formulações teóricas defendidas pela base acadêmica, raciocínios em cursos paralelos que não se cruzam em momento algum. A questão habitacional das cidades contemporâneas, já não mais reside na supressão de dados estatísticos do *deficit*, devendo estar depositada na qualidade arquitetônica e na capacidade de configurar um suporte consistente para construção da cidade. A arquitetura é a mediadora do pensamento, ou seja, do planejamento, e da construção, vínculo solidificante para concretizar a construção do *habitat* Heideggeriano.

Uma ponte, um hangar, um estágio, uma usina elétrica são construções e não habitações: a estação ferroviária, a auto-estrada, a represa, o mercado são construções e não habitações. Na auto-estrada, o motorista de caminhão está em casa, embora ali não seja a sua residência; na tecelagem, a tecelã está em casa, mesmo não sendo ali a sua habitação. Nelas, o homem de certo modo habita e não habita, se por habitar entende-se simplesmente possuir uma residência. (HEIDEGGER, 2002)

É correto depreender das palavras de Heidegger, que o *habitat* está onde a vida está, não somente na residência, mas na condição do ser-homem no mundo, a forma como o homem cultiva e constrói o ambiente em que vive. Portanto, a dissertação objetiva reconstituir o raciocínio projetual do arquiteto, fomentando a relação do projeto de arquitetura como projeto de cidade, através das relações humanas no espaço urbano.

Se faz necessário ratificar o entendimento do projeto arquitetônico como um instrumento válido de pesquisa sobre questões relacionadas à construção da cidade contemporânea. A inserção da tridimensionalidade no desenho urbano resguarda aos valores formais e informações preciosas, o planejamento bidimensional rumo à obsolescência, pois é incapaz de tecer informações razoáveis para as ações de planejamento.

Ao depurar a ação de projeto do arquiteto, pretende-se averiguar gestos prospectivos, fundamentalmente enraizados em ações metodológicas que sobressaem em saltos especulativos da realidade. A revisão e o refazer constante do desenho denunciam o desejo em alcançar as estratégias que fomentam um desenho urbano consistente através do projeto arquitetônico.

Assim como Castillo (2017) defende a perspectiva investigativa da ação projetual em sua tese, a qual essa dissertação também ambiciona perpetuar, constata que, para tal fim, o projeto arquitetônico deve atender três dimensões: ontológica, epistêmica e metodológica, de forma articulada e imbricada.

A dimensão ontológica contempla a delimitação do projeto arquitetônico como uma área do conhecimento, reconhecendo as suas problemáticas e os seus objetivos. A dimensão epistemológica reside no entendimento do pensamento em ação, na separação do fazer e do

pensar seus modos cognitivos. A dimensão metodológica se refere ao processo de produção desses conhecimentos, uma reflexão ativa sobre a prática, a experiência de se pensar o projeto, o que é capaz de desencadear uma proposição teórica.

Ressalto a importância que será dada à dimensão metodológica, que deverá, por opção, ter um peso maior nas páginas desta dissertação. Isso será sustentado na análise do projeto, versando com as teorias que o dão suporte, assim como a teoria, qualificando e dilatando as virtudes das intervenções arquitetônicas. O instrumento projetual se desenvolve projetando e o projeto se constrói a partir desse instrumental, um ato criativo simultâneo, uma atividade teórico-prática de retroalimentação. (ETTLIN, 2015)

Objetivos específicos

- Apresentar o período de formação do arquiteto Héctor Vigliecca, compreendendo as inflexões no percurso que consolidaram as suas estratégias projetuais frente às condições existentes da cidade contemporânea;
- Reconstituir a revisão teórica da arquitetura e do urbanismo na década de 1960, apoiadas nas contradições encontradas nas propostas modernas, em xeque após a década de 1950;
- Compreender as transformações morfológicas nas grandes metrópoles no século XX, transpondo a base teórica, fundamentalmente sobre questões tipológicas, para a realidade brasileira;
- Explorar e densificar as discussões iniciais e atuais sobre a ciência de estudo da forma urbana, fomentando o debate sobre a morfologia e o desenho urbano;
- Constituir uma cultura de projeto resultado de uma sistemática reflexão sobre a ação projetual.

1.2 Metodologia

Por se tratar de uma dissertação de interesse exclusivamente analítico, a qual confronta dados empíricos com os tratados teóricos, conjuntamente, o trabalho deve oferecer suporte para aumentar o poder de compreensão do meio ambiente urbano, o meio de atuação.

A estrutura da dissertação permite expor a forma com que o trabalho se articulará para a construção da narrativa e como enfrentará a problemática do objeto de pesquisa. O raciocínio desejado para a dissertação parte de uma introdução sobre o arquiteto, atribuindo-se ao período da sua formação as diretrizes teóricas que pretendemos explorar nos capítulos subsequentes, construindo uma base teórica espessa, que estabelecerá os parâmetros de análise dos projetos selecionados como estudos de caso.

A seleção das obras eleitas para compor este trabalho deve servir para construir um inventário do arquiteto, mas, mais do que isso, os três projetos definidos como estudos de caso devem ser suficientes para ilustrar o léxico que o texto buscará elaborar. As obras foram definidas pelos seguintes critérios: recorte espaço-temporal, contexto e interfaces socioculturais e a escala de intervenção sobre o território urbano.

O recorte espaço-temporal foi definido considerando as publicações e as pesquisas desenvolvidas próximas ao tema. Para tanto, a primeira certeza é a de que deveríamos tratar de obras recentes, recém concluídas, na qual o frescor contribui para o debate atual, sem perspectivas históricas de contextos outros. O espaço foi delimitado pela própria atuação do arquiteto, portanto, a metrópole de São Paulo, onde, de fato, ocorre a participação mais ativa com o debate internacional, e onde estão as obras edificantes.

Para as situações contextuais que traçam o panorama do projeto, optamos por ampliar e diferenciar as escolhas, certo de que a diversidade aumentará a complexidade dos temas abordados e o efeito comparativo entre as obras enriquecerá a análise. Dentro do repertório disponível, foi selecionada uma obra na área central da cidade, região consolidada morfologicamente, entremeada por objetos históricos, sendo a oferta por infraestrutura de equipamentos e serviços suficiente. A primeira obra é o conjunto do Casarão do Carmo, parte do programa *Morar no Centro*, em atendimento às famílias que moravam em situação de cortiço, projeto contratado no ano de 2003 e finalizado somente em 2017.

O segundo projeto selecionado está dentro de uma das maiores favelas da cidade de São Paulo, Heliópolis, objeto de atuação e recorrência da promoção da ação pública, e, oportunamente, a obra escolhida é uma área revisitada pelo poder público, na qual a primeira intervenção desenvolvida pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo foi ineficaz ou, pelo menos, inconsistente, demandando outra intervenção sobre o mesmo terreno. A segunda obra é o conjunto para a Gleba H, o residencial Sílvio Baccarelli, parte do programa de Urbanização de Favelas da Prefeitura de São Paulo, iniciado em 2009 e concluído em 2013.

A última obra selecionada foi o conjunto Parque Novo Santo Amaro V, obra de grande relevância para a carreira do arquiteto, de extensiva divulgação, que integra um perímetro em área de grande precariedade social e urbana, sendo parte do programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê – Programa Mananciais. A área é caracterizada por topografia acidentada, fundo de vale, com ocupações sobre córrego e nascente. Foi encomendado pela Secretaria de Habitação também no ano de 2009 e foi finalizado em 2012.

A escala e as dimensões são relevantes para a leitura das obras, pois, de certa forma, podem engessar ou condicionar algumas decisões de projeto, além das intersecções que somente cada escala proporciona, gregária, urbana ou territorial. Assim como o item anterior, a diversidade das escalas de intervenção é profícua para a pesquisa. O conjunto no Carmo é o de menor escala, são poucas unidades habitacionais a serem providas, lote de dimensões formais da matriz de lotes residenciais do centro da cidade de São Paulo. O conjunto em Heliópolis é de escala

intermediária. Duzentas famílias foram contempladas no processo em um terreno de proporções de uma quadra tradicional ladeada por três ruas. O conjunto Santo Amaro V é o de maior escala territorial, talvez, com ações e intenções macroestruturais de atendimento regional.

A metodologia base que norteará as determinantes para a leitura dos projetos estão fundamentadas e extraídas livremente do método de análise de urbanidade batizado de *Morpho*. A metodologia é centrada sobre os aspectos físicos da área urbana, apesar de reconhecer as perspectivas sociais, econômicas e psicológicas que também tangem a questão. Essa abordagem está registrada no artigo do arquiteto Vitor Oliveira denominado *Morpho: a methodology for assessing urban form*, publicado no ano de 2013, que compõe parte do volume 17.1 da *Journal Online - Urban Morphology*. (OLIVEIRA, 2013b)

O autor adotou uma leitura com base na Escola Inglesa de morfologia urbana. A premissa envolve uma seleção reduzida de elementos físicos para descrever a cidade: as ruas, os lotes e os edifícios, uma simplificação da realidade que proporciona sobriedade à análise. O trabalho de Kropf (1996) também é uma das referências. O autor se dedica ao entendimento do que conceitua como tecido urbano, descrevendo-o como um conjunto orgânico que se decompõe em diferentes níveis, em que cada um atribui uma resolução diferente para o conjunto. Dessa forma, pinçam-se os elementos estruturantes e compositivos que a metodologia *Morpho* se apropria.

O método preconiza qualificar a base morfológica de uma determinada área urbana para definir aspectos que expressam graus de urbanidade, através do desempenho da forma urbana. Para tais fins, são estipulados setes critérios: 1. Acessibilidade das ruas (space syntax); 2. Densidade das parcelas; 3. Época de construção dos edifícios (sublinhando a importância do fator tempo no processo de construção da cidade); 4. Dimensão dos quarteirões (expressando o vínculo entre ruas e parcelas); 5. Alinhamento dos edifícios (expressando a relação entre parcelas e edifícios); 6. Altura dos edifícios e largura das ruas; 7. Função dos edifícios. (OLIVEIRA, 2016a)

Apoiado nesse método atual de análise de atribuições de urbanidade e civilidade no tecido da cidade, optamos por interpretar quais dessas atribuições estão conectadas por decisões reais de projeto no repertório de Vigliecca. As chaves operacionais, como o próprio arquiteto denomina, ou as estratégias projetuais, como colocamos, serão as bases para as leituras dos projetos selecionados como estudos de caso e cada estratégia será depurada no capítulo correspondente. Foram extraídas quatro operações de projeto, as quais denominamos como: 1. A supressão de recuos - a quadra como suporte; 2. Legibilidade - Coligação e continuidades; 3. O valor do vazio - Proporções e densidades; e 4. Suturas - integração a malha urbana.

2 O arquiteto uruguaio

Através de uma narrativa cronológica, buscaremos aclarar questões referentes, especificamente, à formação do arquiteto e o período revolvido dos anos sessenta, o qual nos interessa trazer à superfície novamente. Ao expor a evolução histórica do arquiteto através de suas obras, dado que o objetivo que instrumenta este presente trabalho está na ressonância entre suas explorações projetuais e a revisão do pensamento teórico emergido nesse período, será imprescindível percorrer por sua trajetória de formação, elencando e destacando as características relevantes que ainda transparecem nos seus projetos. Devemos reconhecer as decisões projetuais que determinam as escolhas de projeto.

Entende-se, neste estudo, a importância didática possível no trabalho de Vigliecca. A consistência coerente é resultado de uma exploração empírica no ato de projetar. Salvo qualquer gesto generalizado ou doutrinário, a metodologia não está na sistematização da ação, mas na compreensão do território construído e nas potencialidades de se agir sobre um tecido existente. Portanto, não está na fórmula, mas no fazer arquitetônico, revelando a qualidade da sua produção, farta em exemplos fundantes, não em obras de exceção. Trata-se de um processo contínuo e criativo, não de acontecimentos isolados.

Héctor Ernesto Vigliecca Gani nasceu em 1940 na capital uruguaia, Montevidéu, e era descendente de italianos, mais especificamente de Montezemolo, comuna italiana da região de Piemonte, entre Gênova e Nice, uma cidade com cerca de 300 habitantes. O avô do arquiteto emigrou para o Uruguai no final do século XIX. Vigliecca cresceu no centro de Montevidéu, seu pai foi o único filho universitário, formando-se como dentista. A casa que moravam seguia um desenho moderno, resultado de um grupo de arquitetos pioneiros que atuavam na capital. A renda da família advinha do trabalho do avô que vendia carvão para o aquecimento das residências. A casa da família era dividida em três níveis: o térreo era alugado para comércio de selo, no primeiro piso funcionava o consultório odontológico do seu pai e a família se acomodava no último pavimento. Restava o quintal para a horta, galinhas, produção de vinho e, ainda, reuso das águas pluviais.

A mãe de Héctor nasceu no leste Húngaro, na divisa com a Romênia, origem judaica sefardi. Devido a um ataque antissemita, foi enviada sozinha para a Alemanha. Com apenas 14 anos, recebeu uma passagem comprada por amigos judeus, com destino ao porto da capital uruguaia, para encontrar o seu irmão mais velho, que, devido ao fechamento dos portos brasileiros para imigrantes, deixou Curitiba rumo a Montevidéu.

O próprio arquiteto relata o surgimento da arquitetura em sua vida devido ao gosto por desenho. Ele afirma que os pais mencionavam que, quando criança, ao passar em frente à faculdade de arquitetura, repetia em voz alta o desejo de estudar ali. Ingressou na faculdade no início da década de 60, até então, o único curso de arquitetura do país. (SERAPIÃO, 2013)

Durante o período de sua formação, Héctor fez uma viagem de estudos por São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília, recém-inaugurada. Essa foi a sua primeira visita ao Brasil. Ele se deparou com o aplicado modernismo brasileiro, enquanto no seu país essa visão já não se sustentava, já estavam alinhados com o debate pós-moderno europeu. Ainda estudante, participou de um grupo de estudos denominado *Núcleo Sol*, que tinha como premissa de pesquisa a oposição aos preceitos cunhados pela *Carta de Atenas*, que se aproximavam das lições e explorações do Team X. O grupo experimentava projetos comprometidos com o contexto urbano e social, defendendo uma nova visão humanizada do ambiente urbano.

As atualizações sobre a discussão internacional e as notícias arquitetônicas chegavam à biblioteca da Universidade da República do Uruguai, através das publicações da revista francesa *l'Architecture d'Aujourd'hui*, mas a maior contribuição que alimentava o grupo de estudos de Vigliecca eram as publicações argentinas, principalmente os cadernos temáticos da revista *Summa*, que republicavam artigos editados na Europa, Estados Unidos e Japão, com a curadoria de Marina Waisman. (SERAPIÃO, 2013)

O campo científico da arquitetura e do urbanismo trepidava sobre o pensamento ortodoxo moderno e, nesse momento particular da história, também da disciplina, surge um fôlego no interior desse processo. A revista *Summa - Revista da Arquitectura, Tecnología y Diseño*, criada no ano de 1963, se apresenta como a publicação que dá voz à mudança. (ANTELO, 2015)

É importante ressaltar, que a década de sessenta para o Uruguai foi de profunda crise social, econômica e política, caracterizada pelo fechamento de muitas empresas e aumento substancial no número de desempregados no país, com a elevação progressiva da inflação, atingindo 50%, em 1965. Esse período de adversidade permite acionar uma marcha intensa de alternativas, de revisão e de reestruturação. É nesse contexto que o cooperativismo habitacional surge como um autêntico sistema de gestão e produção social do *habitat* humano. (VALLÉS, 2015)

O Uruguai havia passado por um período de grande valorização na América Latina. Em uma conjuntura internacional favorável, o pequeno país ficou conhecido como a “Suíça da América”. Parte da fama se deve à legislação social bastante avançada para a época. Durante o período da presidência de José Battle y Ordóñez, no começo do século, foram lançadas bases das grandes reformas políticas, sociais e econômicas do país, com intervenção governamental em diversos setores, compondo um sistema de segurança e bem-estar social. O resultado dessas políticas foi o baixo grau de analfabetismo e de subnutrição, com serviços de saúde e educação eficientes. (PADRÓS, 2011)

Esse quadro começa a rumar em direção contrária na década de 50. Parte disso ocorre devido à perda no mercado internacional dos produtos agrícolas, somados à incapacidade de incorporar novas tecnologias e à desorientação produtiva que aumentam os saldos negativos, com endividamento externo e achatamento da participação do Estado. No cenário exterior, os setores dominantes eram diretamente afetados pela Guerra Fria, pela revolução cubana e

pela implantação dos sistemas ditatoriais militares, no Brasil (1964) e na Argentina (1966).

Neste cenário de instabilidade, insurgiu o grupo de guerrilha urbana, conhecido como Tupamaros, movimento o qual fez parte o ex-presidente Pepe Mujica. Suas operações começaram na década de 1960, realizando assaltos a bancos para conseguir comprar e distribuir comida e dinheiro para as populações mais pobres do Uruguai. Consolidadas as atividades, o grupo iniciou ataques às forças de segurança e executou rapto de personagens políticos. Em 1968, o então presidente, Jorge Pacheco Areco, declarou estado de emergência, mas foi seu sucessor, Juan Maria Bordaberry, quem colocou o exército na rua para combater o movimento guerrilheiro, desenhando a tomada do poder pelos militares em 1973. Inicia-se o golpe de Estado em 26 de Junho, momento de alto terrorismo do Estado, que, em pouco tempo, alcançou uma das maiores taxas de presos políticos *per capita* do mundo. A democracia é retomada somente no ano de 1985.

Vigliecca conclui a graduação em 1968. Após formado, integrou um grupo de arquitetos em um escritório modelo denominado *Estúdio 18*, que, posteriormente, foi rebatizado como *Estúdio Reconquista*. O grupo era composto por colegas de uma mesma geração, muitos também integrantes do *Núcleo Sol*, mencionado anteriormente. O entusiasmo dos recém formados proporcionavam diversas associações e geravam muitos debates com trocas de ideias sobre os projetos desenvolvidos ali. Coexistiam duas linhas gerais, que direcionavam os membros: de um lado estavam os arquitetos que se conectavam com a arquitetura nórdica, de Alvar Aalto. Do outro lado, do qual Vigliecca era participante, estavam os arquitetos que se alinhavam com as revisões teóricas encabeçadas pelo TEAM X, James Stirling, Archigram e os metabolistas japoneses. (SERAPIÃO, 2013)

Figura 1 – Estúdio Reconquista. A. Vilaamil, L. Livni, C. Arcos, H. Vigliecca, R. Lorente, T. Sprechmann, R. Bascans, R. Escudero, H. Benech, J. Lussich e C. Pintos. Fonte: Monolito nº16, 2013.

Em 1969, Vigliecca busca a realização de um ímpeto pessoal e consegue uma bolsa para estudar na Itália. Ele ingressa no curso de pós-graduação em Urbanismo, na *Università degli Studi di Roma*. Embarcou em um navio italiano da *Linea C*, saindo da baía de Montevidéu

rumo à Capital Italiana. Foram 18 longos dias de viagem. Seus professores haviam sugerido o contato com Ludovico Quaroni, então editor da revista *Casabella*, conhecido pelo seu trabalho em programas de habitação social desenvolvidos durante o período pós Segunda Guerra Mundial. Passou três anos na Europa. Além da Itália, percorreu pela Alemanha, Inglaterra e Espanha. Em 1972, retornou ao Uruguai, devido à condição de saúde de sua mãe. Nessa estada, então temporária, recebeu algumas oportunidades de trabalho que o fez desistir do retorno premeditado à Europa.

Ramiro Bascans, Thomas Sprechmann e Arturo Villaamil, colegas que faziam também parte do Estúdio Reconquista, estavam iniciando o desenvolvimento de um projeto habitacional para o Centro Cooperativista Uruguaio, o conjunto para o Complexo Bulevar Artigas. Vigliecca foi convidado a integrar a equipe e aceitou o convite.

No ano seguinte, o país sofreu o golpe militar, final de Junho de 1973, e Vigliecca e Sprechmann são perseguidos e presos. A mãe da então namorada de Héctor era advogada do movimento de guerrilha e o próprio arquiteto revelou em entrevistas recentes que na sua casa havia materiais que poderiam ser motivos para a sua busca. Após capturado, passou várias semanas no Cilindro e foi levado e interrogado por vários dias. Não lhe faltavam razões para a saída do país. Após ser humilhado, foi liberado, correu para casa, fez as malas e comprou uma passagem de ônibus para o Brasil. (SERAPIÃO, 2013)

Héctor aterrizou em São Paulo no primeiro mês de 1975, carregando na mala três cartas de recomendação escritas por Alfredo Britto. A primeira negativa recebe do arquiteto Júlio Neves. A segunda recebe do escritório de Eurico Prado Lopes. A última carta, entregou para Joaquim Guedes e conseguiu o seu primeiro emprego em terras brasileiras.

No final do mesmo ano, Vigliecca conseguiu, com muita insistência, que Joaquim Guedes participasse do concurso para um centro de convenções na cidade de Salvador. Após alguma hesitação no início, Guedes acabou por aceitar o desafio e sugeriu o contato com o arquiteto baiano Assis Reis. A entrada no concurso o proporcionou uma temporada na Bahia para o desenvolvimento do projeto. Após apresentar a proposta para o chefe, que na ocasião declarou muita dúvida quanto à solução proposta, Guedes optou por não participar, com o receio da derrota. Vigliecca, desprovido desse medo e entusiasmado com a solução encontrada, solicitou carta-branca a Guedes para prosseguir com o protocolo do concurso e, por fim, a equipe composta por Vigliecca, Reis e duas arquitetas recém-formadas, que colaboraram com o desenvolvimento do projeto, foi consagrada a equipe vencedora do concurso. No ato da assinatura do contrato, Héctor ainda não possuía o seu diploma validado e tentou negociá-lo, porém, sem sucesso. O contrato foi transferido para o segundo colocado do concurso, os irmãos Roberto.

Figura 2 – Croqui da proposta vencedora. Fonte: Imagem digitalizada do livro Hipóteses do real, 2012.

Após um curto período de trabalho no escritório de Guedes, Vigliecca conseguiu um emprego no Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores (CNEC), empresa da Camargo Corrêa, formada, em sua maioria, por engenheiros de barragens. O emprego surgiu quando tentava assinar o contrato negado do concurso da Bahia, um dos engenheiros que o apoiou naquele momento ofertou essa nova oportunidade. Nesse cargo, Héctor teve a possibilidade de participar de projetos de grande porte, construção de novas cidades e vilas, com as construções das barragens. Segundo o arquiteto, o projeto mais marcante na CNEC foi a solicitação para a renovação de um casarão do início do século XX, para a sede regional do Banco Geral do Comércio, dirigido pela Camargo Corrêa. A proposta do uruguaio foi de criar um anexo que estabelecia um diálogo formal com o edifício eclético existente, no entanto, com materialidade oposta, moderna, envidraçada, o que gerou repúdio da empresa construtora, considerando a proposta como uma “barbaridade”. (SERAPIÃO, 2013)

Figura 3 – Proposta contextualista da fachada. Fonte: Imagem digitalizada da Monolito, nº 16.

Concomitantemente ao seu emprego na CNEC, Vigliecca matinha um escritório na avenida Faria Lima para participação em concursos, principalmente. Em uma dessas oportunidades, Carlos Arcos, que na época trabalhava com Rino Levi, apresentou Bruno Padovano a Héctor, que havia retornado de uma temporada em Harvard e, depois de muita conversa e compartilhando o entusiasmo em participar de concursos, o encontro culminou no envio de uma proposta para a reurbanização do Vlae do Anhangabaú. Nesse período, Vigliecca participou de inúmeros concursos, no Brasil e no Uruguai, diferentes parcerias e muitos estagiários ocuparam a sua sala na Faria Lima.

O concurso de maior relevância que Vigliecca participou nesse período foi para a Biblioteca Pública do Rio de Janeiro. Mais de trezentas propostas foram submetidas e parte do sucesso na convocação se deve à cadeira ocupada por Oscar Niemeyer no grupo de jurados. Com a polêmica que cerca o resultado do concurso, vencido por um ex-colaborador de Niemeyer, Vigliecca perdeu o ânimo com as licitações brasileiras, quando então recebeu o convite de Padovano para participar do Sesc Nova Iguaçu. Héctor aceitou o convite e integrou a equipe organizada por Padovano, felizmente. Anunciado como os vencedores, Vigliecca pediu demissão da CNEC. Ele estava com 45 anos e vislumbrou a oportunidade de construir sua carreira. O resultado edificou a parceria e Vigliecca e Padovano se associaram por quase uma década. (SERAPIÃO, 2013)

Figura 4 – Concurso Biblioteca Pública do RJ. Fonte: www.vigliecca.com.br

Quando foi decidida a quebra da sociedade com Bruno Padovano, Vigliecca iniciou uma nova etapa na sua trajetória, alugando um espaço na região do Itaim Bibi, quando conheceu Luciene Quel, na época recém-formada, com 25 anos, e fundaram o escritório Vigliecca & Associados, no ano de 1996. A primeira conquista é o prêmio para o concurso da sede da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), alavancando o escritório, o qual se mantém atuante até hoje. Atualmente, além dos sócios fundadores, Héctor Vigliecca e Luciene Quel, é composto pelos associados: Paulo Serra (Diretor), Ronald Werner (Gestor de Projetos Esportivos), Neli Shimizu (Gestora de Habitação de Interesse Social) e Caroline Bertoldi (Gestora de Projetos Urbanos), somados a mais de quarenta integrantes em São Paulo e no Rio de Janeiro. (RUBANO, 2014)

Figura 5 – H. Vigliecca, P. Serra, R. Werner, L. Quel, N. Shimizu, C. Bertoldi . Fonte: www.vigliecca.com.br

A trajetória recente do escritório contempla muitos projetos que merecem destaque: Estádio da Arena Castelão (2012), em Fortaleza, um dos estádios da Copa do Mundo 2014; Parque Olímpico de Deodoro (2016), no Rio de Janeiro, maior região olímpica da RIO2016; Anexo da Biblioteca Nacional, maior biblioteca da América Latina segundo a Unesco, no Rio de Janeiro e uma Proposta para a Operação Urbana Consorciada Mooca-Vila Carioca – Bairros do Tamanduateí (2013), em São Paulo. Internacionalmente, o escritório também recebeu algumas condecorações: finalista no concurso para o Grande Museu do Egito (2003), no Cairo; menção honrosa para a Biblioteca Nacional do México (2002), na Cidade do México e uma menção honrosa no concurso Plan Nueva Alameda Providencia (2015), em Santiago, Chile.

Vigliecca & Associados decidiu também por atender a uma demanda acadêmica, com a produção de materiais bibliográficos que registram as reflexões e as experiências do escritório. Foram publicados três livros bilíngues (português/inglês): “Hipóteses do Real” (2012), “Arena Castelão – Governador Plácido Aderaldo Castelo” (2014) e “O Terceiro Território – Habitação Coletiva e Cidade” (2014), publicado nos Estados Unidos pela Universidade da Flórida e pelo American Institute of Architects (AIA). Elaborou o livro “Projeto Urbano: Alameda Providencia, Chile” (2015) para as plataformas digitais.

Figura 6 – Hipóteses do Real. Capa do livro digitalizada (2012)

Figura 7 – Arena Castelão. Capa do livro digitalizada (2014)

Figura 8 – O Terceiro Território. Capa do livro digitalizada (2014)

Nos subcapítulos elencados abaixo, pretendemos nos aprofundarmos em momentos ou assuntos específicos, que resvalam ou realmente atingem o percurso profissional de Vigliecca, o que nos dará mais subsídio para compreender algumas das estratégias do projeto que iremos decompor.

2.1 A viagem de arquitetura - *Arquitectura RIFA*

Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace el camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar. (MACHADO, Antonio)

O primeiro dado importante a se destacar, seguindo a perspectiva cronológica, é a viagem internacional que os estudantes fazem pelo planeta, com duração variável de seis meses a um ano. Os graduandos percorrem diversos países com um itinerário expressivo de obras a serem visitadas, além de inúmeras recepções e palestras em escritórios de arquitetura. Essa é uma informação que ainda surpreende os desavisados, a visita de campo compõe uma parte importante da trajetória de qualquer arquiteto.

A *Arquitectura Rifa* é uma instituição estudantil, em que a premissa fundamental está em arrecadar fundos para o financiamento da viagem acadêmica internacional, sendo essa a coroação do período de graduação e um preâmbulo da atividade profissional. A organização para angariar os fundos ocorre através de rifas para o sorteio de itens como viagens, veículos, uma casa e outros bens. Essa promoção acarreta em diversos eventos culturais entre os discentes,

como os concursos de projeto, de fotografia, literário, dentre outros, compondo parte importante também da antecipação de atividade profissional. (AMEN; FACAL; SOFÍA, 2010)

A primeira viagem promovida na *Universidad de la República* do Uruguai data do ano de 1944, portanto, são mais de 70 anos de viagens. Milhares de estudantes já perambularam pelo planeta, vasculhando as grandes obras arquitetônicas. Podemos reiterar o valor que a visita e a aproximação, percepção, de uma obra arquitetônica tem para a formação de um arquiteto, as consequências que desencadeiam no ato de se pensar e se fazer arquitetura, transformando os raciocínios de projeto, as construções de hipóteses, superpondo razões objetivas e subjetivas, acumulando memórias e ampliando os recursos da imaginação. A construção de repertório é decisiva no encaminhamento da carreira. Quando intenso e condensado, como na proposta da viagem internacional, esse circuito virtuoso cresce de maneira exponencial. A viagem internacional é, sem dúvida, uma referência importante da formação na Udelar.

Figura 9 – Fotos do grupo de viagem, 1950. Fonte: www.plexo.edu.uy

No século XVIII, a aristocracia europeia realizava uma viagem à Itália. A cultura arquitetônica não estava alheia a esse devir. Com o crescente aumento do número de viagens, parte da classe média alta europeia começa a participar dessa peregrinação. Tal roteiro ficou conhecido como *La Grand Tour*.

A Escola de Belas Artes de Paris premiava o vencedor do concurso final de projetos de graduação com *La Grande Tour* a cidade de Roma. O próprio Le Corbusier, que era um crítico assíduo do modelo de ensino da Escola de Paris, seguiu a risca os conselhos do seu mestre, Charles L'Eplattenier, e realizou diversas viagens pelo mundo. Suas viagens não foram somente de arqueologia arquitetônica, desfrutando, também, de momentos e motivos de visitas a outros estúdios e diversas obras em construção com os arquitetos. (CAPANDEGUY; DANZA, 2010)

Desse cenário que a Faculdade de Arquitetura de Montevideu, pública e gratuita, fundada na segunda década do século XX, se apropriou. O primeiro prêmio foi dado em 1920 para Julio Vilamajó, com um projeto para um Palácio das Nações, ganhando a sua viagem para a Europa, na qual pôde visitar no período de sua reconstrução, logo terminada a Primeira Guerra Mundial. As primeiras turmas que participaram dessa nova iniciativa também se valeram dos méritos, assim como em Paris, os melhores alunos eram brindados com esse estímulo. Para esse caso, a viagem era totalmente financiada pelo Estado. Outros arquitetos que foram beneficiados com esse prêmio se tornaram figuras destacadas, como é o caso de Mauricio Cravotto, Carlos Gomes Gavazzo,

Guillermo Jones Odriozola, Mario Payssé Reyes, além de Vilamajó. Nesse período, a viagem contemplava grandes obras tradicionais do velho mundo, assim como, inserções modernas e vanguardistas, proporcionando, também, visitas a escritórios renomados de arquitetura pelo mundo.

Na década de 1940, ocorre uma mudança substancial desse modelo. Com um novo engendramento para financiar a viagem dos alunos, tal viagem se torna viável para todos os discentes e não para poucos, o que engrandece e valoriza a formação de cada estudante, deixando de ser um programa de premiação, para ocupar parte do programa de formação integral.(CAPANDEGUY; DANZA, 2010)

É necessário reforçar o impacto e a relevância que a viagem de estudos teve sobre a carreira de Vigliecca, pontuando, dentro da disciplina, o peso que tal possibilidade pode ter na grade de formação de novos arquitetos. Quando se discute intensamente o papel do professor e o ensino da arquitetura no país, essa modalidade é latente e visível. O argumento das dificuldades implantadas se dissolvem quando vemos o exemplo duradouro da Udelar. Desde o ano de 2011, a definição curricular da viagem instaura marcos institucionais nos planos de estudos, ainda que não obrigatória, no âmbito da opcionalidade, garantindo que ao longo do tempo será um campo vasto e fértil para a produção de conhecimento, de forma consistente e amparada.

Alguns percalços devem ser superados para que essa oportunidade de viagem se consolide como uma atividade curricular com impacto real. Dados de 2012 apontam que apenas 10% dos ingressantes na carreira de arquitetura concluíram o curso em menos de oito anos, o que acarreta desistência de muitos possíveis viajantes, ou que postergam a sua ida para conclusão da grade obrigatória. As primeiras experiências concretas que exercitaram padrões de curricularização foram as gerações de 2003, que viajaram em 2009, com base no *plan 2002*, e a geração de 2004, com a proposta denominada *Viaje 2.0*, considerada a primeira experiência de curricularização da viagem de arquitetura.

Os objetivos gerais que esse formato pretende alcançar na base curricular está em vincular a viagem de estudos com algumas atividades particulares a serem desenvolvidas antes, durante e depois da viagem. Esse desejo deve induzir o contato com muitas realidades (obras, autores e construtoras) com âmbitos acadêmicos de todas as partes do mundo, de maneira planejada, que se encerra com um registro documental dessa oportunidade, assegura um benefício futuro coletivo e institucional, e, principalmente, de antecipação individual.

A última geração a planejar a viagem para o ano de 2018, os ingressantes de 2011, formularam o projeto acadêmico da viagem denominado *Plexo - Territórios lúdicos*. Os objetivos específicos definidos pelo programa foram:

- Gerar um marco de ação teórico-prático, capaz de dar coesão aos interesses dos estudantes e os requerimentos que a viagem exige;

- Aprofundar a formação disciplinar do arquiteto desde uma perspectiva lúdica, colocando ênfase nos eixos temáticos definidos pelo programa;
- Continuar com o trabalho iniciado pelo programa, a respeito da utilização das novas tecnologias, como meio/suporte para o acesso em tempo real às informações e o seu aproveitamento para a construção de novas dinâmicas otimizadas na viagem.

Figura 10 – Mapa do itinerário de viagem - Geração 2008. Fonte: www.plexo.edu.uy

Bobadilla (2016) sustenta que *el Viaje* se tornou uma entidade capaz de superar o tempo e espaço, transcendendo a sua dimensão concreta. A viagem está enraizada culturalmente, sua existência já está naturalizada e familiarizada, tanto no Uruguai como nos países que os alunos percorrem. Os estudantes são aguardados anualmente, não há mais estranhamentos.

2.2 Centro Cooperativista e o marco normativo

O Centro Cooperativista Uruguaio (CCU) é uma associação civil sem fins lucrativos, pessoa jurídica de alcance nacional, que atua diretamente em áreas urbanas e rurais, almejando a melhora da qualidade de vida, através do desenvolvimento comunitário. Foi fundado por iniciativa do bispo de San José, Monsenhor Luis Baccino, no ano de 1961, como um centro de promoção, capacitação e assistência técnica dirigida a muitas modalidades cooperativas. O bispo angariou um grupo de cinco cristãos, para os quais providenciou bolsas de estudo na Universidade Católica de Lovaina, com apoio do Movimento Internacional da Juventude Agrária Católica (MIJARC) e financiamento da Boerendond Belge (Centro Cooperativista Agrário de Bélgica), para atuar, diretamente, no primeiro núcleo do CCU. (CENTRO COOPERATIVISTA URUGUAYO, 2016)

Três anos antes da aprovação do marco normativo, o qual iria arrimar legalmente a ação das cooperativas, no ano de 1965, o CCU decidiu aumentar a sua equipe com caráter multidisciplinar, agregando arquitetos, engenheiros e assistentes sociais com o ímpeto da investigação para soluções concernentes à temática habitacional que assolava o país, envolvendo o programa cooperativo para alcançar as classes com menor poder aquisitivo. (CENTRO COOPERATIVISTA URUGUAYO, 2012)

O objetivo fundamental das cooperativas de habitação está em promover moradia digna aos seus associados, sem deixar de lado os objetivos tangentes, que são as atividades e serviços complementares, suporte para as novas moradias. Cabe contextualizar, que as primeiras cooperativas uruguaias surgem, aproximadamente, um século após os precursores europeus. Tais iniciativas foram promovidas pela classe obreira de estaleiros da Inglaterra e Suíça, padeiros na França e tecelões na Escócia. Essas organizações tiveram forte matriz sindical, associadas às organizações de trabalho no surgimento do modelo capitalista. (PEÑA, 2014)

Otero (2015) lista três fatores determinantes à produção uruguaia, como uma referência na produção de habitação social, que são:

- Uma gestão coletiva do solo que além de resolver os problemas de moradia das faixas menos favorecidas da sociedade promoveu uma prática de participação social muito importante.
- Os ensaios tecnológicos derivados das particulares condições de construção dos conjuntos, que geraram interessantes alternativas à construção tradicional em termos de custos e tempos de obra.
- As qualidades arquitetônicas e as apuradas implantações dos conjuntos que, apoiados em fartos equipamentos comunitários, se constituíram em elementos de qualificação urbana nas áreas onde eram implantados.

De uma maneira geral, as moradias providas por cooperativas, em diversos países, são de grande êxito, e possuem uma contribuição importante no que se refere ao acesso à moradia para a população de baixa renda, além de constituir um campo disciplinar relevante para a Arquitetura e Urbanismo. Esses modelos também são capazes de gerar um impacto positivo nas questões sociais, pois, geram bairros com valores comunitários, participativos e democráticos, avesso à promoção pública, desarraigada das relações sociais existentes e inerentes a qualquer agrupamento urbano. (RICHER, 2010)

As arquiteturas do cooperativismo logram formular respostas integradas a problemáticas complexas; amalgamando aspectos técnicos, econômicos, sociais e culturais, para integrá-los de modo razoável e pragmático, em um clima efervescente de compromisso, criatividade e entusiasmo. A importância da atividade interdisciplinar e a participação ativa dos cooperativistas foram adequadamente reconhecidas e integradas desde o início dos processos de projeto, que resultam de uma rotunda natureza arquitetônica; interessantes do teórico ao prático, inovadores no construtivo, no tipológico e no urbano. (SCHEPS, 2015)

As primeiras experiências, de caráter quase experimental, das cooperativas habitacionais acontecem no ano de 1966 em três diferentes localidades do interior do país: 1. *COSVAM*, na

cidade de Salto, importante cidade consolidada destinada aos funcionários municipais; 2. *ÉXODO DE ARTIGAS* em Fray Bentos, no estado de Río Negro, vila inserida em uma área agrícola destinada a trabalhadores ferroviários e 3. *ISLA MALA*, no estado de Florida, uma pequena população rural destinada a trabalhadores rurais. Com o apoio do CCU, somado ao aporte dos cooperativistas e a intermediação do Instituto Nacional de Vivienda Económica (INVE), se alcançou o fundo necessário para atender 95 famílias nesses projetos inéditos no Uruguai. Para esse momento, tiveram que se constituir como cooperativas de consumo, pois, antes de 1968, não estavam regulamentadas as cooperativas habitacionais. (PEÑA, 2014)

Em 1967, o parlamento iniciou a elaboração da lei que daria suporte à exigente demanda por habitação e viria a mobilizar novamente a indústria da construção civil. No ano seguinte, com a aprovação da lei nº 13.728, cria-se o marco jurídico, que regulamenta o cooperativismo habitacional. O art. 130 da mencionada lei, define o que seriam, por fim, essas organizações:

As sociedades que, regidas pelos princípios do cooperativismo, têm como principal objetivo proporcionar acomodação adequada e estável aos seus membros, por meio da construção de casas por meio de esforços próprios, ajuda mútua, administração direta ou contratos com terceiros e prestação de serviços complementares à habitação. (*tradução livre do autor*)

Dois modelos de financiamento foram regulamentados pela nova lei, ambos permitem a construção das edificações, considerando 15% de contribuição por parte dos cooperados. O primeiro modelo implantado foi de *ayuda mútua* e estabelece que a parcela do empréstimo que financia a obra poderá ser aportado pelas famílias com horas de trabalho na construção, o modelo de mutirão, como ficou conhecido no Brasil. Todos os núcleos familiares devem colaborar de forma conjunta para a conclusão do complexo habitacional, sendo que, ao final, as unidades serão sorteadas para uma destinação, porém, pode existir outra forma de colaboração, referente a mesma porcentagem, em que cada família constroi sua própria unidade habitacional. O outro modelo de financiamento é através do *ahorro previo*. Nessa modalidade, os 15% são abonados em espécie, um sistema de poupança coletiva. Cada família deve contribuir com a metade do valor correspondente no momento de escriturar o empréstimo e a outra metade durante o desenvolvimento da obra. Por essas razões, a cooperativa trabalha com a autogestão do empréstimo, ficando responsável pela contratação da construtora e do projeto.

As unidades podem estar filiadas às suas matrizes ou podem ter caráter autônomo. De acordo com o regime de propriedade, podem estar classificadas como cooperativas de usuário ou cooperativas de proprietários. Nas cooperativas de usuários, a propriedade é coletiva, é patrimônio da cooperativa e os membros têm direitos de uso e aproveitamento, sem limite de tempo. A unidade habitacional é transferida por herança aos sucessores, de acordo com os preceitos garantidos por lei. No entanto, o associado não pode vender a sua unidade, mas, a cooperativa poderá pagar ao associado o valor que corresponde às contribuições feitas até o momento, como também os valores referentes aos honorários pelo trabalho prestado. Caso ocorra,

a cooperativa deverá escolher a nova família a ocupar a propriedade. O direito de uso e desfruto será concedido após assumida a dívida e a responsabilidades com a cooperativa.

A cooperativa de proprietários atribui aos cooperados a propriedade exclusiva e individual do imóvel. A adjudicação da unidade poderá ser imediata, após a construção da mesma, ou deferida, quando é concedida a propriedade da casa uma vez que o processo de amortização do custo da unidade tenha sido concluída.

O cooperativismo, por fim, se tornou um poderoso elemento de organização e de conscientização, convertendo-se em um baluarte no processo e luta para a redemocratização no Uruguai. (PEÑA, 2014)

A grande maioria das edificações construídas, principalmente no início das atividades cooperativas a cargo da nova legislação, retomaram a tradição da autoconstrução, seguindo o modelo de contrapartida por ajuda mútua. Dessa forma, a cooperativa é quem determina as horas destinadas para a contribuição de cada família, que, em média, giram em torno de 20 horas semanais. (RICHER, 2010). Para tal fim, os modelos construtivos e de gestão deveriam ser concebidos nesse panorama, portanto, os procedimentos executados pelos sócios deveriam ser de simples execução, seguros e repetitivos, pois a força contribuinte necessitava apenas se somar à mão de obra especializada, quem ditava e organizava o andamento da obra. (NAHOUM, 1999)

As primeiras iniciativas que seguiram esse modelo se articularam em outra organização de segundo grau, que, no princípio, foi denominada de “*Federación Unificadora de Cooperativas de Viviendas por Ayuda Mutua*” (FUCVAM). Houve então um rechaço por parte do governo, que exigiu que a letra “U” deveria referir-se à “*Uruguay*”. A federação se prontificou a atender a problemática dos trabalhadores a se adequarem à nova legislação.

A experiência precursora - Isla Mala

O conjunto da cooperativa *25 de Mayo*, em *Isla Mala*, integra um dos três projetos pioneiros citados nos parágrafos anteriores. Os precursores foram determinantes para aferirem a viabilidade do programa, que articularia o financiamento público, o trabalho organizado dos associados, a autogestão e a assessoria técnica, tudo isso antes da promulgação da legislação específica. Portanto, antes de tero amparo legal existiam as Cooperativas Habitacionais.

Figura 11 – Isla Mala, 1970. Fonte: Revista Dinâmica nº 126

Os três projetos pioneiros foram elaborados pelo mesmo arquiteto, Mario Spallanzani. *Isla Mala* é um conjunto expressivamente pequeno, que atende a uma cooperativa com vinte e oito unidades de três e quatro dormitórios. O primeiro gesto de projeto foi o desmembramento do terreno, que não partiu por seccionar de forma igualitária, mas atendendo às necessidades específicas de cada família. Castillo (2015) destaca o desafio imposto sobre o projeto arquitetônico, ressaltando a importância de Spallanzani nesse percurso, pois, todas as dimensões da Arquitetura estão na reformulação: a resolução enquanto conjunto, a escala, a relação com o tecido urbano, a articulação do espaço público e privado, sendo, essa última, uma questão prioritária. O conjunto habitacional deve responder a uma proposta social, com ênfase no coletivo.

Figura 12 – Isla Mala, 1970. Fonte: Revista Dinâmica nº 126

A construção teve a colaboração do Engenheiro Zaffaroni, que propôs a implementação de um sistema de construtivo misto, mesclando a tecnologia artesanal com elementos de pré-fabricação. A implantação das unidades é de lógica radial, resultando em terrenos individuais trapezoidais, que se ampliam em direção ao fundo.

Figura 13 – Implantação do conjunto. Fonte: Revista Dinâmica nº 126

Na edição de 2015 do Dia do Patrimônio no Uruguai, o centro das atenções estavam em obras arquitetônicas. Foram incorporadas à lista de Monumentos Históricos Nacionais, cinco obras de distintos pontos do país, consideradas registros da modernidade arquitetônica uruguaia. Técnicos da Faculdade de Arquitetura da Universidade da República fizeram um levantamento de 700 prédios em todo a nação e selecionaram apenas cinco finalistas, dos quais está contemplado o conjunto *25 de Mayo*. A investigação foi apresentada à Comissão do Patrimônio em um evento na cidade da Flórida, que teve o maior número de indicações, a saber: duas. O comitê apontou que, embora possua valor arquitetônico, também se considera a multiculturalidade, o patrimônio imaterial que o conjunto representa. (TABARÉZ, 2015)

Figura 14 – Foto interna do pátio central, 2015. Fonte: Google Maps

Figura 15 – Imagem aérea. Fonte: Google maps

2.3 Complexo Habitacional Bulevar Artigas

Figura 16 – Perspectiva interna do conjunto. Fonte: www.vigliecca.com.br

Ficha técnica:

Local: Bulevar General Artigas, Montevideu, Uruguai

Data: 1971-1974

Situação: Construído

Contratante: CCU – Centro Cooperativista Uruguayo

Equipe: Héctor Vigliecca, Ramiro Bascans, Thomas Sprechmann e Arturo Villaamil

Área de intervenção: 31.000 m²

Área construída: 24.872 m²

Unidades habitacionais: 322 unidades, 4 tipologias, 69 a 95 m²

Densidade do projeto: 638 hab/ha

Figura 17 – Imagem aérea. Fonte: Google maps

Figura 18 – Implantação. Fonte: www.vigliecca.com.br

O Bulevar Artigas é um dos mais importantes conjuntos habitacionais desenvolvidos no Uruguai pelo Centro Cooperativista na modalidade *ahorro previo*. O projeto, que recebeu o empréstimo do Banco Hipotecário do Uruguai, foi iniciado no ano de 1971 e a construção finalizou no ano de 1974. A inauguração oficial do conjunto foi no dia 25 de agosto de 1975.

Composto por quatro torres habitacionais agrupadas em altura, a implantação segue o sentido longitudinal da quadra, a maior dimensão, paralelamente às ruas lindeiras, estratégia para definir um grande espaço central de uso coletivo. No sentido transversal, em um ponto nodal, equidistante dos acessos as torres, tem-se um bloco dedicado a serviços, comércio e equipamentos.

A sua importância está também na densidade obtida, são 332 unidades habitacionais, aproximadamente 630 habitantes por hectare. Em alguns contextos urbanos, essa densidade seria desaconselhável, ou mesmo, incompatível. A grande virtude do projeto está na solução encontrada com os blocos perimetrais, garantindo que o núcleo interno reservado adquira um caráter urbano notável e as alturas das edificações não sejam opressoras. Internamente, o projeto atende com grande diversidade e flexibilidade, as soluções dos apartamentos, permitindo até 42 opções de plantas diferentes baseadas, unicamente, no módulo fixo de serviços. O módulo é composto pelas circulações horizontais e verticais. Os patamares de acesso a meio nível, a partir do elevador, contempla o núcleo sanitário e a solução de dupla orientação solar. Essas estratégias ocasionam as diversas possibilidades organizacionais. No primeiro estudo foram apresentados 80 arranjos diferentes a partir desse partido, que, no final, com as indicações dos futuros moradores, se reduziram a 42 variações. (CASTILLO, 2015)

A escolha construtiva e estética pelo concreto exposto e as vedações em alvenaria sem revestimento, que caracterizam o edifício, demonstra uma intenção que se assemelha à arquitetura britânica vigente, o brutalismo, procedentes das *new towns* da década de 1960. Outra aproximação possível das referências inglesas são as galerias externas de acesso aos apartamentos, proposta postulada pelo casal Smithsons, consagrada como “*streets in the air*“. As galerias conectam as circulações verticais das torres e confluem para o núcleo central que atende, além das áreas comerciais, um salão comunitário.

A permeabilidade do conjunto, a relação direta com o espaço comum, faz com que a proposta expanda seus limites para além lote, sendo capaz de alcançar intenções urbanas que, casadas com o potencial construtivo, a densidade alcançada e os usos diversos atendidos, são capazes de almejar um novo desenho urbano a partir dessa nova estrutura habitacional.

Figura 19 – Perspectiva da aérea do conjunto. Fonte: www.vigliecca.com.br

Figura 20 – Conjunto recém-construído. Fonte: www.vigliecca.com.br

Figura 21 – Foto do conjunto, 2011. Foto: Leonardo Finotti

Figura 22 – Corte transversal. Fonte: www.vigliecca.com.br

Figura 23 – Fachada. Fonte: Solead Patiño. arquitecturaceleste.wordpress.com

Figura 24 – Centro de serviços comuns. Fonte: www.vigliecca.com.br

2.4 Arquitetura em potencial e o exercício reflexivo

Os concursos de projeto de arquitetura no Brasil, e no mundo, constituem cenários profícuos em que arquitetos recebem uma oportunidade singular para se expressar. São colocados muitos conceitos que o mercado de trabalho refuta, regido, muitas vezes, por interesses outros. Essa modalidade cobre e resguarda esses ensejos de projeto. Apesar da dúvida quanto à efetividade, à eficiência e à eficácia do instrumento como um processo, como levantado por Suzuki (2016), é seguro quanto à contribuição e ao aprimoramento da produção e do exercício profissional. Os concursos suscitam discussões críticas necessárias para a contemporaneidade, além do reconhecimento social da profissão.

Pode-se dizer que os concursos de arquitetura têm mais de 2.500 anos de história, pois a Acrópole de Atenas foi resultado de um concurso, assim como muitas catedrais da idade média. Na Inglaterra e na Irlanda, durante o século XIX, tiveram mais de 2.500 competições em cinquenta anos, sendo 362 chamamentos somente para a cidade de Londres. O *Institute of British Architects* elaborou o primeiro regulamento para a elaboração de concursos de arquitetura em 1839, formalizado em 1872. A regulamentação alemã ocorreu em 1867. Nesse mesmo período, a Holanda criou uma associação, ambicionando a evolução da disciplina, utilizando do modelo de concursos conceituais com o intuito único de estimular a criatividade dos arquitetos. (FIALHO, 2002)

Exemplos significativos em suas determinadas épocas e contextos, o pavilhão de Osaka (1970), de Paulo Mendes da Rocha, e o pavilhão de Sevilha (1992), de Angelo Bucci, Álvaro Puntoni e João Oswaldo Villela, provocaram debates importantes sobre a produção arquitetônica

no Brasil e, de alguma forma, ilustram as proposições defendidas nesse modelo de contratação. É sabido também que são momentos oportunos de ascensão e notoriedade para a carreira de inúmeros arquitetos. (RIBEIRO, 2017)

De acordo com Flynn (2001), a média histórica dos concursos de arquitetura no Brasil atinge uma marca pouco expressiva, de quatro ao ano, com percurso bastante inconstante e períodos raros de exceção, em destaque o ano de 2006 com 10 concursos realizados e 2009, foram registrados apenas 13.

Quando é ofertado um mesmo problema para o recebimento simultâneo de diversas fontes, isso seguramente resultará em um campo rico de soluções que compõem um lastro relevante à disciplina. Atualmente, o repertório produzido no universo das ideias, projetos não construídos ou não premiados, são reconhecidamente importantes nas pesquisas historiográficas, pois, registram produtos que demonstram capacidades técnica e criativas que não teriam acesso por vias normais de contratação, além de permitirem a prática do ofício em temas de maior complexidade. Portanto, sobram argumentos que sustentam a tese da relevância dos concursos de arquitetura no campo disciplinar. (FIALHO, 2002)

A análise de uma trajetória profissional restrita às participações em concursos depara-se com um filtro importante que não pode ser menosprezado. A contribuição das biografias arquitetônicas enquanto gênero historiográfico está na possibilidade de tratar as questões da arquitetura a partir do particular para o geral e de compreendê-las como um processo criativo e não como um ato isolado. (CAMARGO, 2012)

Elencamos, neste estudo, três contribuições de Héctor Vigliecca em concursos nacionais, entre vencedores, premiados e não premiados, que abordam o tema da habitação de interesse social, através da promoção pública em área de atenção. Esse modelo de contratação ainda favorece a valorização de projetos de maior qualidade se compararmos com padrões de licitação de obra pública sem protocolo efetivo de projeto, tema de atrito e ativismo por parte da classe a favor da qualidade dos projetos contra o pregão com outros objetivos.

Elisabete França, Superintendente da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo e organizadora do concurso *Renova SP* em 2011, coloca:

Concurso realizados em momentos especiais, nos quais a arquitetura e o urbanismo são o centro das atenções e cujos resultados apontam para soluções exemplares. Soluções inovadores e em consonância com seu tempo, são instrumentos importantes na busca de respostas que melhor atendam os interesses da cidade. (FRANÇA; BARDA, 2011)

Na publicação organizada por Lizete Rubano - *Hipóteses do real. Concursos de Arquitetura e urbanismo 1971-2011* - foram compilados 22 projetos que cumprem a função de debate sobre arquitetura e urbanismo na cidade contemporânea, através de elaborações projetuais, confirmando que a participação em concursos é parte integrante do seu ofício de Vigliecca como arquiteto e do desejo de expor e explorar suas ideias publicamente. Até o ano de

2011, Vigliecca acumulava 84 participações em competições nacionais e internacionais de programas e escalas bastante abrangentes, de mobiliário a planos urbanos, atingindo a impressionante marca de 46 condecorações recebidas. (RUBANO, 2012)

As entidades nacionais de arquitetura e engenharia, como o CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil), o IAB (Instituto de Arquitetura do Brasil), dentre outros, devem, no exercício institucional, representar a posição para pressionar as organizações públicas, solicitando as mudanças necessárias na Lei de Licitações, exigindo o projeto completo, que contemple o contexto inserido à realidade local. Além da vasta experiência das entidades na elaboração de concursos, existe outro modelo adotado pelo Serviço Social do Comércio (SESC), uma instituição pública de direito privado, que promove concursos públicos severamente organizados para as sedes dos seus centros de lazer e cultura, selecionando profissionais capacitados por normas licitatórias próprias. (SUZUKI, 2016)

Vários concursos foram realizados recentemente pelo SESC: SESC São Gonçalo – RJ (1991); SESC Tatuapé (Belenzinho) – SP (1997); SESC Santo Ângelo – RS (2004); SESC RIO Escola – RJ (2004); SESC Cine-Teatro Glória – ES (2007); SESC Guarulhos – SP (2009); SESC Centro Cultural - Brasília - Distrito Federal (2009); SESC Franca – SP (2012) e SESC Ribeirão Preto – SP (2013).

Neste recorte destacamos, para devidos fins, o concurso elaborado no ano de 1985 para a unidade Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, vencido pela equipe coordenada pelos arquitetos Bruno Roberto Padovano e Héctor Vigliecca. Sua importância aqui reside no peso de que a conquista desse prêmio configura na sua estada no Brasil. O projeto ascendeu a uma repercussão nacional relevante, tendo a obra concluída no ano de 1993. Esse concurso representou um passo importante na trajetória do arquiteto, que, com a divulgação da premiação e a construção da unidade, conseguiu se estabelecer em definitivo nas terras brasileiras, após dez anos da sua vinda e após diversas tentativas e participações em concursos.

Figura 25 – Sesc Nova Iguaçu - Foto aérea. Fonte: www.vigliecca.com.br

Uma gleba residual localizada às margens da rodovia Presidente Dutra foi o sítio designado para a realização do concurso organizado pela instituição do Serviço Social do Comércio, com o IAB/RJ. Foram submetidas 80 propostas para esse novo centro. O complexo deveria ser implantado num terreno de mais de 45 mil metros quadrados de geometria irregular e em um contexto urbano de casas e galpões industriais.

O projeto construído soma 16,3 mil metros quadrados, são quatro corpos principais assentados sobre o terreno acidentado, que acompanha os limites imprecisos da gleba, equalizando as proporções de massa construída e áreas livres. Uma praça, quase concêntrica, com atributos urbanos, articula todos os setores construídos oferecendo novos usos. A implantação das edificações, ora paralela, ora perpendicular as divisas do lote, se assentam longitudinalmente a topografia se orientando de modo a definir os volumes. A virtude essencial do projeto está na liberdade de fluxo, com inúmeras conexões nos dois níveis. O acesso principal desenha um bulevar peatonal, que se estende em continuidade espacial com a cidade, como um novo fato urbano.

A tipologia adotada, coberturas de duas águas que mimetizam as edificações fabris, não destoam totalmente do entorno, iniciativa de projeto com o intuito de favorecer a apropriação dos espaços de maneira espontânea. O maior prédio, destinado às quadras, parece como um grande galpão. O setor administrativo está locado no edifício laminar e o menor pavilhão abriga o restaurante, lanchonete e setores de apoio. O quarto bloco, próximo à divisa do terreno, resguarda as atividades culturais e um auditório para 400 pessoas. Apenas dois materiais são utilizados nas edificações: tijolo aparente e massa raspada da mesma coloração do tijolo. Os planos exteriores utilizam de tijolo e os planos defasados são de massa, simples assim.

Figura 26 – Implantação. Fonte: www.vigliecca.com.br

A obra recebeu a indicação ao prêmio *Mies van der Rohe Awards for Latin American Architecture* e recebeu o prêmio Carlos Barjas Millan, premiação realizada pelo IAB/SP, em 1992. Foi também contemplado pela revista Projeto Design entre os 30 projetos mais representativos do Brasil em 2005.

Figura 27 – Foto do acesso. Fonte: www.vigliecca.com.br

Figura 28 – Foto do conjunto. Fonte: www.vigliecca.com.br

Renova SP

O concurso foi resultado de um processo contínuo da SEHAB, que, desde 2005, com a elaboração do Plano Municipal de Habitacional - PMH, ancorou a sua meta em refletir sobre a demanda e os programas habitacionais coerentes para suprir o *deficit* na cidade de São Paulo.

Com a implementação do PMH, surgiu a incumbência de contratar projetos para determinados perímetros de ação integrada - PAIs - com grau prioritário de intervenção, devido à situação de precariedade. Com suporte da Lei Federal 8.666/93, foi definido por fazê-los na modalidade de concurso. A expectativa, segundo Maria Tereza Diniz (2011), foi superada, buscavam-se soluções urbanísticas e arquitetônicas que atendessem às situações reais para as diversas áreas e contextos urbanos. O concurso foi capaz de provocar o debate, estimulando a discussão entre a classe, depurando modelos habitacionais por questões de exequibilidade, viabilidade econômica, infra-estrutura, racionalidade construtiva, manutenção e desenho urbano. (DINIZ, 2011)

Foram selecionados 22 perímetros como objeto do concurso. Dezesete projetos foram agraciados com o primeiro lugar e convocados a assumir o desenvolvimento do projeto executivo; cinco projetos foram premiados em segundo lugar e cinco áreas não tiveram um projeto vencedor. O júri compreendeu que, apesar de competente, a proposta era insatisfatória para a complexidade de ação e foram recompensados com uma menção honrosa.

O escritório de Héctor Vigliecca participou do concurso recebendo dois prêmios: primeiro lugar no lote 4 do perímetro de ação integrada do Grupo 1: Morro do S4; menção honrosa para a proposta no lote 6 do perímetro de ação integrada do Grupo 2: Ribeirão dos Perus 6.

Morro do S4 - 1º colocado

Figura 29 – Croqui. Fonte: www.vigliecca.com.br

Ata de julgamento - Primeiro prêmio | proposta 596.783

O percurso que vai da leitura da área, passando pela interpretação, até a formulação das propostas é muito claro e demonstra amplo domínio dos arquitetos neste campo de atuação. O projeto propõe “infiltrações de urbanidade” por meio de intervenções que buscam deixar clara a geografia e a rede de infraestrutura pública, ao mesmo tempo em que aposta em um incremento de usos urbanos e nos cidadãos. Nesse sentido, vislumbra, a partir do fundo de vale, a viabilização de uma maior porosidade e conectividade entre os dois lados cindidos do perímetro. Destacam-se as várias escalas de intervenção - desde a implantação de pontes e passarelas equipadas, até os edifícios que, por sua escala, constituem-se elementos de identidade, adensamento e legibilidade da paisagem urbana destacada. Também ressaltamos o estudo de vazios ampliados nos interiores de quadras, ou o desenho de “tipologias de complementação”, que permitem a reconfiguração de vias e praças redefinindo e ampliando as relações público-privadas.

Ficha técnica

Local: São Paulo/ SP

Data: 2011- em andamento

Concurso: 1º Prêmio

Situação: Não construído

Contratante: Prefeitura Municipal de São Paulo

Equipe: Héctor Vigliecca, Luciene Quel, Neli Shimizu, Ronald Werner Fiedler, Caroline Bertoldi, Bianca Riotta, Beatriz Botti, Camila Argento, Jéssica D'Elias, Julia Risi, Mayara Rocha, Mariana Pugliesi, Clarice Serra, Paulo Serra e Luci Maie

Diagnóstico: Margareth Uemura

Infraestrutura: Planorte e Cogér

Estrutura: Gerson Camilo da Silva

Área de intervenção: 537.677,8 m²

Área construída: 134.199,8 m²

Unidades habitacionais: 1.989 unidades, 2 tipologias, 53,2 m²

Densidade do entorno: 198 hab/ha

Densidade do projeto: 147,8 hab/ha

Figura 30 – Fotomontagem | antes e depois. Fonte: www.vigliecca.com.br

Memorial descritivo

O Perímetro de Ação Integrada Morro do S4 faz parte dos projetos contratados pela Prefeitura do Município de São Paulo através do Concurso Renova SP. Resultado da remoção de um dos assentamentos do Perímetro Morro do S4, o terreno de projeto encontra-se em ZEIS 1 e será destinado ao reassentamento das famílias provenientes da mesma área.

O edifício proposto oferece 178 novas unidades habitacionais. Aproveitando-se da situação em encosta, é possível atingir até nove pavimentos sem a necessidade de elevadores.

Sua altura e recuos ponderam as volumetrias novas com seu entorno de maneira solidária, formando um alinhamento contínuo que desenha o espaço público das calçadas, evitando áreas residuais. Eliminamos os recuos frontais, portanto a própria edificação define e qualifica os espaços públicos.

Como a lâmina contínua da edificação contorna os limites do lote, estabelecem-se na parte central os pátios condominiais onde as áreas de lazer se organizam em patamares que se acomodam na geografia do terreno. Os corredores de circulação para acesso às unidades, bem como as escadas abertas abrem-se para os pátios, de modo que estes estarão sempre sob o olhar dos próprios moradores, exercendo um cuidado social sobre essas áreas.

Figura 31 – Corte longitudinal. Fonte: www.vigliecca.com.br

Figura 32 – Estratégias de intervenção. Fonte: www.vigliecca.com.br

Figura 33 – Implantação no PAI. Fonte: www.vigliecca.com.br

Figura 34 – Implantação em detalhe. Fonte: www.vigliecca.com.br

Ribeirão dos Perus 6 - Menção honrosa

Figura 35 – Implantação no PAI. Fonte: www.vigliecca.com.br

Ata de julgamento - Menção honrosa | proposta 186.443

Apesar da proposta prever massiva remoção de favelas, e se estender sobre os bairros mais consolidados, contém um bom projeto com a proposição de edifício-terraço entremeados entre os existentes a serem mantidos, experiência que valerá a pena a ser levada a cabo, mesmo que em outro sítio.

Ficha técnica

Local: São Paulo, SP

Data: 2011

Concurso: Menção honrosa

Situação: Não construído

Contratante: Prefeitura Municipal de São Paulo

Equipe: Héctor Vigliecca, Luciene Quel, Ronald Werner Fiedler, Neli Shimizu, Caroline Bertoldi, Bianca Riotto, Fernanda Trotti, Hernani Paiva, Kelly Bozzato, Luiz Marino, Mayara Rocha, Pedro Ichimaru, Rafael Alcântara, Renata Haring, Paulo Serra e Luci Maie

Área de intervenção: 735.712 m²

Unidades habitacionais: 1.445 unidades, 4 tipologias

Densidade do entorno: 33,5 hab/ha

Densidade do projeto: 78,5 hab/ha

Figura 36 – Implantação. Fonte: www.vigliecca.com.br

Memorial descritivo

O projeto para Ribeirão dos Perus, no concurso Renova SP, se localizava em área periférica da cidade, junto ao futuro traçado do Rodoanel. As novas habitações substituíam as existentes em áreas de risco, entendidas como áreas inadequadas para construções por se apoiarem nas camadas superficiais do solo.

As áreas de remoções respondem principalmente às áreas necessárias para as operações da obra do Rodoanel, às áreas de habitação sobre solos com risco geológico e às áreas necessárias para a reconversão urbana e locação dos novos conjuntos habitacionais.

A linha demarcada pelo Rodoanel se configura neste caso como uma fronteira física e de controle da extensão urbana sobre uma área de preservação, que deve ser recuperada nas partes onde já foi ocupada informalmente. A oeste do Rodoanel, estabelece-se um parque linear público, equipamento de lazer que desenha o limite da malha urbana.

Figura 37 – Perspectiva. Fonte: www.vigliecca.com.br

Figura 38 – Perspectiva. Fonte: www.vigliecca.com.br

Morar Carioca

O convênio firmado em 2010, parceria do IAB/RJ com a Secretaria Municipal de Habitação e Cidadania (SMHC) da cidade do Rio de Janeiro, teve como objetivo principal promover ações relacionadas à implantação do “Plano Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais”. O projeto estava munido de uma roupagem conceitual, além dos objetivos específicos dos projetos de urbanização de favelas. Lançado em julho de 2010, a meta estipulada, na sua concepção, ambicionava urbanizar todas as favelas através destes programa até o ano de 2020. Pretendia-se compor um legado social relevante, em contrapartida, dos grandes eventos que a cidade iria sediar, como as Olimpíadas de 2016.

A primeira etapa do programa foi exatamente o lançamento do concurso. Foram selecionados 260 de 378 agrupamentos, caracterizados como áreas de precariedade como objetos de intervenção. O concurso foi elaborado para a seleção das equipes multidisciplinares que se demonstrassem capacitadas a embrenharem a temática da reurbanização em todas as esferas de transformação.

No total foram submetidas 86 inscrições. Dessas, quarenta trabalhos foram selecionados para serem desenvolvidos nas etapas subseqüentes da contratação. Treze equipes receberam menção honrosa. No grupo dos projetos premiados, apenas cinco trabalhos foram enfatizados pela indicação unânime do corpo de jurados e pelo grau de excelência da proposta, como descrito na ata de julgamento.

A cidade do Rio de Janeiro já passou por diversas etapas e ações de mediação nas áreas de favela, que transitam em vertentes opostas, dependendo do cenário político vigente e dos interesses dominantes. Desde a década de 1940, com a construção dos Parques Proletários, devido à instituição do Código de obras de 1937 que se refere as áreas como “aberrações” urbanas danosas a saúde pública, demandando a remoção imediata da população, as favelas cariocas recebem a atenção de muitas tentativas de ingerência pública.

A Prefeitura do Rio de Janeiro assume uma revisão doutrinária quando na década de 1990 é criado o Grupo de Estudos de Assentamentos Populares (GEAP), organizando as secretarias conjuntamente com empresas municipais ativas na implantação de políticas habitacionais em favelas desde os governos anteriores. O grupo produziu um documento denominado “Diretrizes da Política Habitacional”, estruturando um total de seis programas habitacionais, dos quais estava incluso o renomado programa “Favela-bairro”. (BURGOS, 1999)

Burgos (1999) afirma que o programa “Favela-bairro” objetivava “construir ou complementar a estrutura urbana principal (saneamento e democratização de acessos) e oferecer as condições ambientais de leitura da favela como bairro da cidade”, caracterizando como ações de recuperação e integração do tecido existente, porém, sem intervenções nas moradias de fato.

O concurso, sem dúvida, ofereceu uma oportunidade única para explorar as estratégias

orientadas às áreas de favela. Trata-se ainda de uma temática recente na urbanística contemporânea, reconhece-se que a urbanização requer e demanda um conhecimento específico apoiado em políticas públicas sólidas. A reflexão ampliada e aprofundada promoveu o debate sobre as inúmeras questões que estão decantadas sobre a perspectiva de integração do tecido urbano das cidades brasileiras.

Figura 39 – Croqui. Fonte: www.vigliecca.com.br

Ficha técnica

Local: Rio de Janeiro, RJ

Data: 2011 - descontinuado

Concurso: Concurso Nacional, Projeto Selecionado

Situação: Não construído

Contratante: Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro – SMH

Equipe: Héctor Vigliecca, Luciene Quel, Neli Shimizu, Ronald Werner Fiedler, Caroline Bertoldi, Pedro Ichimaru, Bianca Riotto, Thais Velasco, Ana Luiza Galvão, Poliana Monteiro, Paula Cardoso, Claudia Bresciani, Natália Tanaka, Julia Risi, Rodrigo Giorgi, Paulo Serra, e Luci Maie

Diagnóstico e integração: Margareth Matiko Uemura, Giselle Tanaka, Daniela Motisuke, Carolina Leonardo e Jefferson Tomaz

Infraestrutura: Marcelo Tenório, Fabio Amaral e Rafael Correa

Legislação e fundiário: Raphael Bischof

Topografia: Claudio Morales e Mery Ferreira

Área de intervenção: 494.500 m²

Densidade do entorno: 103 hab/ha

Densidade do projeto: 450 hab/ha

Figura 40 – Croqui. Fonte: www.vigliecca.com.br

Memorial

O projeto de reurbanização e de habitação de interesse social do Morro dos Macacos faz parte do Programa de Integração de Assentamentos Precários Informais – Morar Carioca, do governo municipal do Rio de Janeiro.

O projeto prevê a inserção de espaços livres adaptáveis que podem ter seu uso definido anteriormente pela comunidade, de acordo com as necessidades da população, como praça, playground, feira; readequação das vielas existentes, hierarquizando-as e permitindo o acesso de veículos de serviço público e acesso às casas; aumento do perímetro de interface entre o espaço público e privado, por meio da readequação de vielas, inserção de espaços livres, valorizando-os mutuamente e gerando a autotransformação das casas; implantação do sistema de drenagem sobre o eixo das vielas e conectados às caixas de retenção sob os espaços livres, permitindo o armazenamento de águas pluviais no caso de grandes volumes de chuva de forma a conter os alagamentos.

Propõe-se ainda o adensamento em edifícios verticais implantados juntos aos espaços livres, destinados primeiramente ao reassentamento da população desalojada pelas obras de reurbanização; construção de tipologias de complementação específicas para definir com clareza os espaços livres e poder regenerar com maior vitalidade as novas frenes urbanas resultantes das remoções e adequações das vielas; e reconexão das vielas internas, unindo seus pontos cegos por meio de sua interligação com os espaços livres.

O projeto define parâmetros urbanísticos específicos para o perímetro dos espaços livres e vias de conexão com o entorno, de forma a regular e induzir uma ocupação que valorize as intervenções realizadas, potencializando vazios consistentes como propulsores da urbanidade.

Favelas isoladas em morros e encostas

Figura 41 – Estratégia de intervenção em encostas. Fonte: www.vigliecca.com.br

Figura 42 – Estratégia de intervenção em encostas. Fonte: www.vigliecca.com.br

Figura 43 – Estratégia de intervenção em encostas. Fonte: www.vigliecca.com.br

Favelas Isoladas em Áreas planas

Figura 44 – Estratégia de intervenção em áreas planas. Fonte: www.vigliecca.com.br

Favelas Isoladas em Áreas planas

Figura 45 – Estratégia de intervenção em áreas planas. Fonte: www.vigliecca.com.br

Figura 46 – Estratégia de intervenção em áreas planas. Fonte: www.vigliecca.com.br

Complexo de favelas

1. ISOLAMENTO

Falta de conexões com a cidade e no interior do complexo

2. ARTICULAÇÕES

Suturas com o tecido urbano do entorno/cidade e conexões internas

3. HIPÓTESE

Pontos de inflexão urbana como propulsores de urbanidade

Figura 47 – Estratégia de intervenção em complexos. Fonte: www.vigliecca.com.br

Figura 48 – Estratégia de intervenção em complexos. Fonte: www.vigliecca.com.br

Figura 49 – Estratégia de intervenção em complexos. Fonte: www.vigliecca.com.br

Codhab

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB/DF), vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (SEGETH), é uma empresa pública integrante da administração indireta do Governo do Distrito Federal. Criada através da lei nº 4.020, de 26 de setembro de 2007, atua articulando políticas e programas, suas principais competências são: Planos, programas e projetos habitacionais; Regularização urbanística, ambiental e fundiária; Política de desenvolvimento habitacional; Projetos sociais e intervenções urbanas; Implementação e otimização da qualidade da habitação; Remoção de aglomerados informais ilegais; Articulação com estados e municípios relacionados à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE); Controle e avaliação com vistas a monitorar o Sistema de Habitação do Distrito Federal (SIHAB/DF);

A CODHAB, nos últimos anos, foi uma grande promotora de concursos nacionais para cobrir diversas demandas e escalas no Distrito Federal. O primeiro concurso foi o chamamento para o desenvolvimento do Centro de Ensino Infantil (CEI) no Residencial Parque do Riacho, região administrativa do Riacho Fundo II, inaugurando um relevante retrospecto e contribuição até meados de 2018, com a segunda convocação para o Setor Habitacional QNR 06, na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

Além de programas institucionais educativos, foram ofertados editais para a Unidade Básica de Saúde, edifício de uso misto, habitação e comércio, todos destinados à região administrativa de Santa Maria e Sol Nascente. Posteriormente, foram lançados diversos concursos para o provimento habitacional em diversas escalas e regiões. A equipe coordenada por Vigliecca participou de alguns concursos promovidos pela Companhia. Selecionamos dois resultados premiados dentre as participações. O primeiro é o estudo para a construção de um edifício de uso misto no distrito do Sol Nascente - a proposta foi condecorada com uma menção honrosa. O segundo projeto selecionado, trata-se das soluções apresentadas para as unidades de habitação de interesse social, seguindo as determinantes estabelecidas pelo edital: Tipologias de até 68m² de área construída e um espaço amostral para a implantação em um lote de no máximo 128m². As tipologias foram subdivididas e categorizadas pelo custo máximo de construção em três grupos: 1. Habitação unifamiliar econômica e casa sobreposta, com valor unitário de até 72 mil reais por unidade; 2. Habitação unifamiliar econômica e casa sobreposta, com valor unitário de até 85 mil reais por unidade; 3. Habitação unifamiliar econômica e casa sobreposta, com valor unitário de até 106 mil reais por unidade. A unidade embrionária deveria incorporar quarto, sala de estar/jantar, cozinha, banheiro e área de serviço, prevendo a expansão futura da unidade. Apesar de se apresentar como um concurso de caráter mais especulativo, o edital estabelecia parâmetros reais, denotando que a viabilidade econômica estava em avaliação juntamente com os critérios considerados para o julgamento das propostas: Valorização da acessibilidade e dos espaços públicos; Soluções de conforto térmico e eficiência energética; Viabilidade técnico-construtiva, economia e eficiência na manutenção; Aspectos plásticos e estéticos.

Edifício de uso misto, Sol Nascente, Trecho 02, quadra 105

Figura 50 – Perspectiva do pátio interno. Fonte: CODHAB

Ata de julgamento - Menção honrosa | proposta 900

A proposta se destaca pela forma diferenciada de ocupação do lote, diversidade de tipologias espaciais, oferta de espaços públicos para convívio e encontro. A adoção do pavimento semienterrado para estacionamentos resulta em acréscimos de custos globais do empreendimento, assim como a solução para o reaproveitamento de águas pluviais com cobertura verde afigura-se onerosa e de difícil manutenção.

Ficha Técnica

Local: Sol Nascente, Brasília, DF

Data: 2016

Concurso: Menção honrosa

Situação: Não construído

Contratante: CODHAB - Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal

Equipe: Héctor Ernesto Vigliecca Gani, Kelly Bozzato, Jéssica D’Elias, Carolina Passos, Luiz Marino Kuller, Neli Yumi Shimizu, Ronald Werner Fiedler e Luciene Quel

Área de intervenção: 3.106,00 m² (Lote B1) 3.106,00 m² (Lote B2)

Unidades habitacionais: 84 UH (Lote B1) 62 UH (Lote B2)

Taxa de ocupação: 71,38% (Lote B1) 75,54% (Lote B2)

Densidade do projeto: 640 hab/ha

Figura 51 – Perspectiva externa. Fonte: CODHAB

Figura 52 – Planta térreo. Fonte: CODHAB

Figura 53 – Plantas superiores. Fonte: CODHAB

Figura 54 – Unidades habitacionais. Fonte: CODHAB

Habitação de Interesse Social, Grupo 02

Figura 55 – Fachada | Unidade unifamiliar. Fonte: CODHAB

Figura 56 – Fachada | Casas sobrepostas. Fonte: CODHAB

Ata de julgamento - Menção honrosa | proposta 1011

Pela tipologia singular e qualidade da solução do conjunto.

Ficha Técnica

Local: Brasília, DF

Data: 2017

Concurso: Menção honrosa

Situação: não construído

Contratante: CODHAB - Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal

Equipe: Héctor Vigliecca Gani, Luciene Quel, Ronald Werner Fiedler, Neli Yumi Shimizu, Pedro Ichimaru Bedendo, Luiz Marino Kuller, Carolina Passos, Fernanda Trotti, Camila Couto Argento, Luiz Felipe Quel Filho, Juliana Yuki Shiraishi, Paulo Eduardo Fonseca de Campos, Paulo Roberto de Oliveira Mattos e Alexandre Lins dos Santos.

Área do lote: 112,00m² (UNIDADES SOBREPOSTAS)

Área do lote: 67,00m² (UNIDADES UNIFAMILIARES)

Área construída: 68,00m² - 47m²+21m² ampliação (UNIDADE SOBREPOSTAS)

Área construída: 66,70m² - 56,2m²+10,5m² ampliação (UNIDADE UNIFAMILIARES)

Figura 57 – Perspectiva do conjunto | Unidade unifamiliar. Fonte: CODHAB

Figura 58 – Diagrama | Unidade unifamiliar. Fonte: CODHAB

Figura 59 – Perspectiva do conjunto | Casas sobrepostas. Fonte: CODHAB

Figura 60 – Diagrama | Casas sobrepostas. Fonte: CODHAB

2.5 Projetos e obras habitacionais

Como registro documental, listamos as obras e os projetos de conjuntos habitacionais desenvolvidos por Héctor Vigliecca em diversos momentos da sua carreira profissional.

Muitos não foram contemplados neste trabalho para alcançarmos o objetivo firmado, mas, o repertório compõe parte importante da pesquisa. Alguns projetos e obras serão apresentados também como parte constituinte da dissertação. Abaixo atestamos o inventário do arquiteto sobre o tema.

Uruguai

- i) Conjunto Habitacional Bulevar Artigas (1971-1974)
- ii) Conjunto Habitacional Santo Antônio(1972)
- iii) Edifício Ellauri (1973-1974)
- iv) Conjunto Habitacional Hurasú (1974-1975)

Brasil

- i) Prêmio Brasilit de Arquitetura (1981)
- ii) Habitação Popular no Brás (1989)
- iii) Núcleo Urbano de Campinas (1990)
- iv) Conjunto Habitacional do Rincão (1991-2003)
- v) Conjunto Habitacional Rio das Pedras (1991-2003)
- vi) Habitar com o Ambiente (1994)
- vii) Residencial Colinas das Mantiqueiras (1996-1997)
- viii) Residencial Parque Pedra Bonita (1996-1997)
- ix) Casarão do Carmo (2002-2017)
- x) Conjunto Habitacional Itaquera (2003-2004)
- xi) Vila dos Idoso (2003-2007)
- xii) Conjunto Assembleia (2004)
- xiii) Conjunto Cônego Vicente Miguel Marino (2004)
- xiv) Reurbanização do Complexo Paraisópolis (2004-2006)
- xv) Heliópolis Gleba A (2004-2007)
- xvi) Urbanização do Jardim Nazaré (2004-2008)

- xvii) Conjunto Habitacional Flamenguinho (2005-2008)
- xviii) Conjunto Habitacional Jardim Veloso (2005-2008)
- xix) Conjunto Habitacional Miguel Costa (2005-2008)
- xx) Colina D'Oeste, Morro do Socó e Portais (2007-2010)
- xxi) Lar dos Idosos (2008)
- xxii) Conjunto Habitacional Jardim Vicentina (2008-2009)
- xxiii) Heliópolis Gleba H (2009-2013)
- xxiv) Residencial Parque Novo Santo Amaro V (2009-2012)
- xxv) Plano Urbanístico do Boulevard da Paz (2010)
- xxvi) Parque Continental Labhab/Gerdau (2011)
- xxvii) Ribeirão dos Perus (2011)
- xxviii) Morar Carioca (2011)
- xxix) Morro do S4 (2011)
- xxx) Sol Nascente, trecho 02 (2016)
- xxxi) Habitação de Interesse Social (2017)
- xxxii) Urbanização QNR 06, Ceilândia (2018)

3 (Re)construção do campo teórico - anos 60

É verdade que o pragmatismo se apresenta como uma opção de conhecimento válida, mas não no sentido de participação e subjetividade que nasce das representações pessoais na construção de uma linguagem múltipla. No tocante à cidade, esta abordagem leva a um diálogo com a cidade que é muito diferente do diálogo modernista, pois em lugar de visões gerais e projetos racionalistas totalitários, temos a experiência urbana. (RIBEIRO, 2010)

A análise que o trabalho pretende elaborar dos projetos selecionados de Héctor Vigliecca objetivam qualificar as atribuições dos novos conjuntos habitacionais frente a cidade, pesando mais as relações externas e contextuais que as decisões internas e intrínsecas ao objeto arquitetônico. Portanto, é imprescindível o aprofundamento teórico em alguns temas tangentes necessários para compreender o propósito da investigação, e, principalmente, explorar e compreender as manifestações em que a disciplina foi submetida na década de sessenta.

Nas discussões sobre a pós-modernidade não existe um consenso sobre o seu real aparecimento, mas certamente há o registro de um período de transformação. Houve um descaminhamento em relação às premissas modernistas em todas suas esferas de conhecimento. Na arquitetura e urbanismo, mesmo fugindo de estilismo ou modismo, as rédeas que guiam a prática profissional atualmente diverge de cinquenta anos atrás, que, por sua vez, era oposta ao pensamento formador do começo do século. O período pós Segunda Guerra Mundial decreta o fim das grandes narrativas, o modelo de produção é revisado, a produção nos padrões do Fordismo cede o posto para a modelo de acumulação flexível, muitas forças que suscitam o repensar da teoria crítica sobre as categorias de análise. As sociedades não se encaixavam nas categorias dualistas, o que exige novos posicionamentos críticos e teóricos, assim como, novas formas de atuação e abordagens por parte dos urbanistas. (RIBEIRO, 2010)

Foucault (1983 apud HARVEY, 1992), personagem importante no desenvolvimento do pensamento pós-moderno, elabora que “desenvolver a ação, o pensamento e os desejos através da proliferação, da justaposição e da disjunção”, considera “preferir o que é positivo e múltiplo, a diferença à uniformidade, os fluxos às unidades, os arranjos móveis aos sistemas. Acreditar que o que é produtivo não é sedentário, mas nômade”. O pensamento totalizante, os discursos hegemônicos e as ilusões sustentadas pelos modernistas, no qual não se encontrou o Homem universal é abandonada em favor do reconhecimento da complexidade na esfera urbana e a experiência cotidiana das ruas.

Hoje, como continuidade do processo crítico a respeito dos parâmetros da cidade moderna – surgido nos anos 60 – novos métodos são propostos para avaliar as relações entre tipologia e morfologia urbana a fim de resgatar alguns valores da cidade tradicional que de alguma maneira transformem a cidade em um lugar verdadeiramente habitável e habitado. Nesse processo, a reflexão sobre a cidade existente, viva, é fundamental. Não somente nos sítios históricos, mas naqueles pedaços de cidade que se vão transformando sobre antigos traçados cujas

potencialidades precisam ser permanentemente desvelados e, por isso, constantemente interpretadas e traduzidas. (GONSALES, 2002)

Serão evitadas descrições, ou mergulhos explicativos do que seja a tal modernidade, ou do movimento moderno. Inúmeros autores utilizam do recurso de confronto para aclarar os desencontros. Para este trabalho trataremos com mais atenção o momento de revisão, dando como certa, a compreensão sobre as tratativas modernas na arquitetura e no urbanismo de uma forma geral. Não é necessário decidir se, de fato, o pós-moderno é um momento histórico de substituição do pensamento moderno, mas, enquanto urbanistas, é importante compreender esse período de revisão teorizada por muitos. Conscientemente ou não, a atuação no tecido urbano não é mais a mesma. Devemos explorar as possibilidades, com outras disciplinas, de averiguar as formas de construção de forma coerente e útil para as cidades. O ideário do não-lugar, da utopia, é também destruído com as ruínas ocasionadas pelas consequências da Guerra. (RIBEIRO, 2010)

3.1 Após os modernos

A partir da segunda metade do século XX, com o declínio do ideal moderno, se faz necessário o aprofundamento, superando as superficialidades estilísticas, para compreender os reais princípios que impulsionam as novas leituras da sociedade. Muitas das concepções ainda estão ligadas à sociedade atual, contemporânea. O mito da modernidade se desfalece, surge uma epifania em diversas áreas do conhecimento, tateando novas descobertas experimentais, que impulsionam muitas correntes de pensamento. O espectro é abrangente, não se trata apenas de um anti-modernismo, no entanto, cabe dizer que está distante de concepções ideológicas totalizadoras. Portanto, trata-se da construção cultural pluralista e multidirecional. (MEDRANO, 2007)

Os centros históricos nem sempre estiveram na pauta para a reabilitação do espaço urbano. Foi trilhado um longo caminho, no qual se admitiam as demolições dos quadros antigos, condenados por propostas de alargamento das ruas, arejamento dos espaços estrangulados, discursos saneadores, que foram as estratégias ditadas em diversos núcleos urbanos. Em meados do século XIX, a resposta ao crescimento demográfico, as idas do desenvolvimentismo industrial, deflagaram um novo caminho para se adequar aos novos equipamentos, meios de transporte, enquanto os centros se tornavam as incubadoras de doenças e epidemias, e não representavam nenhum valor urbano. Falamos das operações *Haussmannianas* em Paris, a construção do *ring* em Viena após a demolição das muralhas, assim como Bruxelas a partir de 1850. Cerdá em Barcelona, seguido do Plano *Jaussely*; Roma, Milão, Nápoles, Marselha e muitas outras cidades adotam a mesma configuração.

As diretrizes em saneamento, circulação e embelezamento, com a premissa da nova vida social, denotam a segunda metade do século XIX e se alongam até a Segunda Guerra Mundial,

quando as medidas tratadas pela *Carta de Atenas* ganham campo. Após os irreparáveis estragos acometidos às cidades europeias, bem como a destruição dos centros com a devastação dos marcos históricos, se inicia o debate sobre o futuro desses territórios.

A recusa e as reações mais efetivas se iniciaram com enfrentamentos teóricos, conciliando diversos enfoques disciplinares, para então revalidar os ambientes urbanos antigos, comparando a vivacidade desses espaços com as propostas modernas em descrédito. Um diagnóstico tardio, associado às mazelas da guerra mundial com a apropriação despreocupada dos preceitos modernos para a reconstrução das cidades europeias, denunciou a pobreza formal e social das produções urbanísticas a que foram sujeitadas. (LAMAS, 1993)

Assumida a complexidade da esfera urbana, muitos pensadores que rechaçaram a visão distanciada sustentada pelo planejamento moderno, se lançam a favor de teses sobre os valores da experiência urbana, desenvolvendo metodologias que assumem o conhecimento da vivência plural e efetiva na elaboração de projetos e planos urbanos, não aceitando meta-propostas generalizadas.

Assim como o Movimento Moderno repudiou a “*rue-corridor*” e o quarteirão como estruturador urbano, sem uma análise devidamente apurada, as primeiras manifestações contrárias desse momento foram igualmente emotivas, abraçando os feitos da cidade antiga e a história das cidades como alicerce dos seus argumentos.

Figura 61 – Il faut tuer la rue-corridor - “Devemos matar a rua-corrredor”. Fonte: Imagem digitalizada do livro *Précisions sur un état présent de l'Architecture et de l'Urbanisme*, 1930.

O desejo da supressão da rua-corredor advém não somente por motivos sanitaristas, em que dado momento foi responsabilizada pela disseminação e foco de doenças, mas definitivamente era compreendida como impedidora do progresso, incapaz de acomodar as

necessidades da era da máquina. De modo mais elaborado, o modernismo ataca este modelo urbano por constituir uma organização arquitetônica dos âmbitos privado e público, rua pública e edifício privado, da vida social que planejava superar. (HOLSTON, 1993)

Os laços culturais e sociais da Inglaterra e dos Estados Unidos são fortificados, momento proficiente para a convergência de ideias vanguardistas. Esses países encabeçaram a revisão crítica sobre a utilização lúdica do tempo livre, potencializadores da natureza criativa do ser humano: o Independent Group, Charles e Ray Eames, Black Mountain Collage, Theatre of Action, The Factory, a internacional situacionista e a geração Beat, são exemplos desses núcleos formadores. (ETTLIN, 2015)

A criação do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) no início do século, de alguma forma, atesta o pensamento moderno como movimento, a união entre os principais personagens dispostos às produções mais enfáticas, crentes das convicções do novo homem da era industrial. Uma iniciativa comandada por Hélène de Mandrot promove a primeira reunião entre os entusiastas no seu castelo na cidade de La Sarraz, Suíça, em 1928. Dessa consideração, partimos então ao entendimento de que o último evento de divulgação do movimento moderno, enquanto “movimento”, foi o X Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado em Dubrovnik em 1956, sob a égide do TEAM X. Ali foram cravadas às divergências sobre o rumo que deveria ser tomado pelo modernismo. Tais cisões se arrastavam desde o VII CIAM, realizado em Bérgamo em 1949. (MUMFORD, 2000)

Figura 62 – Participantes do I CIAM, 1928. Fonte: www.cronologiadourbanismo.ufba.br

Nesse panorama, destacamos o IX Congresso realizado em 1953, em Aix-em-Provence, um momento em que os membros mais jovens, aqueles que em grande parte criticavam a instituição do CIAM e seus métodos desde a Segunda Guerra Mundial, viram-se entre outros que compartilhavam da mesma opinião. Sob o título de *La Charte de L' Habitat* (“A Carta do Habitat”), as discussões no congresso revelaram o desejo de ambas as gerações de produzirem um documento que seria a revisão da *Carta de Atenas*, publicada no ano de 1933. A produção desse documento havia sido sugerida pelos próprios membros fundadores no Congresso de Bérgamo, em 1951, proposto pelo grupo francês ASCORAL, durante o VIII CIAM. (BARONE, 2002)

Figura 63 – Urban Re-identification Grid. IX CIAM – 1953. Fonte: design.designmuseum.org

A postura de Alison e Peter Smithsons contra antigos dogmas enraizados e postulados na *Carta de Atenas*, de que a cidade deveria adotar um zoneamento para áreas específicas de moradia, lazer, trabalho e transporte e de que os edifícios habitacionais deveriam consistir de soluções verticais espaçadas, foram enfrentadas com o painel acima. Os autores articulam as fotos de Nigel Henderson com os projetos dos próprios arquitetos, inclusive o projeto para o concurso Golden Lane, elaborado no ano anterior, estimulando-os a repensar a subdivisão da cidade em quatro novos segmentos: a casa, a rua, o bairro e a cidade. Os edifícios habitacionais deveriam reproduzir a solução “*Street in the sky*”, uma exploração consagrada na proposta para Golden Lane, levando a dinâmica das ruas para dentro dos edifícios, esforço esse para que os habitantes realmente estreitassem a relação com o lugar: “*neighbourliness*”.

A esse respeito, é preciso mencionar a fotógrafo Nigel Henderson, cujas fotos da vida nas ruas de Londres foram expostas pelos Smithsons em Aix-en-Provence e cuja percepção e modo de vida desempenharam um papel tão crucial para a formação da sensibilidade deles. (FRAMPTON, 1997)

TEAM X foi o nome que recebeu o grupo de jovens arquitetos encarregados de organizar o X Congresso Internacional (CIAM). A encomenda foi feita a eles no Congresso anterior. O décimo encontro se realizaria inicialmente em Argel, em 1955, mas, por questões relacionadas com a instabilidade do norte da África, foi transferido para Dubrovnik (antiga Iugoslávia), em 1956. Os integrantes mais importantes, considerados seu núcleo rígido são: Jaap Bakema,

Georges Candilis, Giancarlo De Carlo, Aldo van Eyck, Alison e Peter Smithson e Shadrach Woods.

Para a história da arquitetura, o início do TEAM X ficou associado ao fim dos CIAM. O papel do grupo no desfecho da história dos CIAM é simbolizado por uma mítica foto de 1959, tirada em Otterlo, no último Congresso. A fotografia exhibe Alison e Peter Smithson, Aldo van Eyck e Jaap Bakema por detrás de uma placa com as letras “C.I.A.M.” e o desenho de uma cruz, prenunciando a “morte” dos Congressos. (BARONE, 2002)

Figura 64 – Otterlo, 1959. Fonte: Imagem digitalizada do livro *TEAM 10 1953-81 – In Search of a Utopia of the Present*, 2005

Apesar de não estar listado como parte oficial dos Congressos, o encontro que ocorreu na Suécia, na cidade de Sigtuna, no ano de 1952. Foi um evento notável pela grande participação dos integrantes mais jovens do CIAM, muitos dos quais se tornariam membros do TEAM X, incluindo Jaap Kakema, Aldo van Eyck e Georges Candilise pela ausência dos membros executivos, entre eles Le Corbusier, José Luís Sert, Walter Gropius e Sigfried Giedion.

As discussões mais importantes desse encontro em Signuta se concentraram na formulação do termo *habitat*. Os membros foram incapazes de definir precisamente o que eles queriam dizer. Entretanto, eles, em geral, concordavam que se referia a um ambiente que pudesse acomodar a “satisfação total e harmoniosa, espiritual, intelectual e física” dos seus habitantes. O próprio uso do termo *habitat*, de acordo com Candilis, representava uma mudança importante no pensamento do CIAM, que se desenvolveria no curso dos Congressos seguintes

para representar uma série de valores que os membros jovens associaram com um “olhar mais humano” à arquitetura e ao urbanismo. O encontro terminou com uma reiteração - por Candilis -, de que o CIAM deveria criar a *Carta do Habitat* que guiaria, assim como a *Carta de Atenas*, o desenvolvimento do novo urbanismo.

Manifesto Doorn é uma adaptação posterior feita por Alison Smithson da *Carta do Habitat*, resultado da primeira reunião do TEAM X na cidade holandesa de Doorn, entre 29 e 31 de janeiro de 1954. É entendido como o último manifesto do Movimento Moderno, uma modalidade predileta daqueles arquitetos combativos dos anos 1920–30 para expressar uma ideia e proposta em sua maioria utópica. Portanto, utilizam-se da estrutura declaratória e pragmática, expondo uma série de postulados genéricos para abarcar um conceito ainda vago, o entendimento do ambiente construído como fator determinante da arquitetura e da cidade. (SOSA; SEGRE, 2016)

Figura 65 – Texto mecanografado do Manifesto de Doorn. Fonte: team10assignment.blogspot.com.br

Essa declaração foi assinada por todos os participantes como um documento preparatório e programático para pautar os trabalhos que seriam apresentados no X CIAM, em que o tema central foi exatamente: *habitat*. A introdução de um termo latino usado comumente na ecologia, mas que já havia se aproximado da arquitetura no VIII CIAM trazido por Le Corbusier, reservava, ainda nessa época, um significado difuso, um conceito novo, que parte de um senso de comunidade aplicado ao território urbano. O fato do termo se tornar caro a diferentes membros do Congresso, inclusive entre aqueles que divergiam, ocasionou a abertura suficiente para a ascensão dos jovens que contestavam certos dogmas modernistas. (RAMOS, 2013)

Apesar de algumas diferenças quanto à forma - a *Carta do Habitat* teve quatro pontos e uma explanação e o *Manifesto Doorn* apresentou oito pontos -, são textos muito similares. Em ambos, os membros do TEAM X esclarecem os princípios sobre o que significa a construção do ambiente humano, desde a casa até a cidade. O reconhecimento das especificidades entre ambientes embasavam conceitualmente a proposta, com o intuito de evitar a repetição de soluções em contextos diversos, pois, como afirmavam, “o modelo da casa depende do ambiente”. (MUMFORD, 2000)

Os itens apresentados no *Manifesto Doorn* são:

- i) É inútil considerar a casa, exceto como parte de uma comunidade, devido à interação entre elas [e com a comunidade].
- ii) Não devemos desperdiçar nosso tempo codificando os elementos da casa até que o outro relacionamento [o da comunidade] não esteja cristalizado.
- iii) O “habitat” refere-se à casa específica num tipo particular de comunidade.
- iv) As comunidades são as mesmas em toda parte. I) moradias isoladas – chácara. II) Aldeia. III) Cidades de vários gêneros (industrial, administrativo, especial). IV) [grandes] cidades (multifuncionais).
- v) Elas aparecem relacionadas com seu ambiente (habitat), na seção do Vale de [Patrick] Geddes. [segundo diagrama da “Seção de Vale” desenhado por Peter Smithson, 1960]
- vi) Qualquer comunidade deve ser internamente acessível – ter a circulação facilitada –, consequentemente, qualquer tipo de transporte está disponível, a densidade deve aumentar na medida do aumento da população, ou seja, (1)¹¹ é a menos densa e (4) é a mais densa.
- vii) Devemos, portanto, estudar a habitação e os agrupamentos que são necessários para produzir comunidades acessíveis em vários pontos na seção do Vale.
- viii) A adequação de qualquer solução [aos problemas apontados] pode estar no campo da invenção arquitetônica, preferivelmente que no da antropologia social. (tradução nossa)

As reações arquitetônicas iniciais pós-modernas são carregadas de um posicionamento visivelmente anti-moderno, caracterizadas por buscar conciliar um apelo de caráter historicista e certa submissão ao popularesco, como Medrano (2007) aponta, um subproduto estilístico e vulgar da sociedade de consumo do capitalismo avançado. Jencks (1989 apud Medrano, 2007) descreve:

O edifício pós-moderno tem um código duplo, até certo ponto é moderno e até outro alguma coisa mais: vernáculo, revival, localista, comercial, metafórico, ou contextual.

Existem exemplos importantes de obra duplamente codificada no sentido em que buscam comunicar-se simultaneamente a dois níveis: no primeiro, o interlocutor é a minoria de arquitetos, um elite que descobre sutis diferenças na linguagem, e o segundo, os interlocutores formam um grupo da população, usuários e transeuntes que aspiram somente capitá-lo e desfrutá-lo. (JENCKS, 1989)

Jencks (1977) consagra a demolição do conjunto habitacional de Pruitt-Igoe em St. Louis, no ano de 1972, quando considerado inabitável, como a alegoria perfeita para proclamar a data e o horário de óbito do pensamento moderno. Sobre o mesmo tema:

As torres de vidro, os blocos de concreto e as lajes de aço que pareciam destinadas a dominar todas as paisagens urbanas de Paris a Tóquio e do Rio a Montreal, denunciando todo ornamento como crime, todo individualismo como sentimentalismo e todo o romantismo como kitsch, foram progressivamente sendo substituídos por blocos-torres ornamentados, praças medievais e vilas de pesca de imitação, habitações projetadas para as necessidades dos habitantes, fábricas e armazéns renovados e paisagens de toda espécie reabilitadas, tudo em nome da defesa de um ambiente urbano mais “satisfatório”. (HARVEY, 1992)

Seguindo a lógica exposta na tese de Lamas (1993), iremos recuperar alguns pontos focais, nos quais brotam as novas enunciações. São muitas correntes paralelas que surgem nesse horizonte e tecem as novas abordagens urbanísticas que centram os valores humanos e reavaliam os aspectos históricos nas construções.

Uma das guinadas desse período está na redescoberta, ou melhor, na revalorização dos aspectos visuais e imaginativos da paisagem urbana com dois grandes estudos paradigmáticos: Gordon Cullen publicou *Townscape* (1961), em português traduzido como *Paisagem Urbana*. O autor disserta sobre a observação das cidades por meio das qualidades emotivas, o ponto de referência é a capacidade individual dos seus habitantes em perceberem o espaço construído, valorizando as sequências espaciais seriadas, a escala dos detalhes e dos pormenores que em conjunto adquirem um poder de atração visual. A experiência pessoal da vivência urbana não se trata de um mero exercício descritivo. Essa visão está imediatamente conectada à dinâmica do processo construtivo.

Hoje em dia o ambiente encontra-se totalmente fragmentado em zonas desconexas: casas para um lado, árvores para o outro, isto é, zonas totalmente desligadas umas das outras, como uma série desarticulada de notas musicais tocadas no piano com um único dedo. O objetivo deste livro é tentar integrar estes elementos que compõem o ambiente numa relação expressiva, por forma a que, utilizando, embora, as mesmas notas, surjam acordes e seqüências coerentes. [...] todo este livro é em si um conjunto de exemplos de ligação e conexão. (CULLEN, 1983)

O outro estudo referido acima é a publicação do autor americano Kevin Lynch, *The image of the city*, ou em português, *A imagem da cidade*, publicado originalmente em 1960. Lynch e outros estudiosos do M.I.T. se debruçam sobre o desenho da cidade e as suas qualidades visuais amparadas num objetivo determinante: o bem-estar intelectual e social dos habitantes. Ele

introduz conceitos como legibilidade e imageabilidade do tecido urbano, Lynch (1996) também adentra as bases da percepção da paisagem urbana e extrai as suas constantes, elementos que deveriam compor todo estudo de planejamento, como colocado por Choay (2003).

A imagem da cidade constituiu um dos subsídios mais importantes dos anos sessenta, e imediatamente influenciaram os escritos de Rossi ou de Norberg-Schulz. Lynch afronta nos seus trabalhos a interpretação da cidade a partir de critérios psicológicos e geométricos influenciados pelas teorias perceptivas da Gestalt. O objetivo deste livro é iluminar os estratos mais profundos para ver como a consciência coletiva e individual cria imagens da forma da cidade para torná-la 'legível'. A introdução dos conceitos urbanos e formais de 'caminho', 'margem', 'bairro', 'nó' e 'marco' exerce uma enorme influência até hoje. (MONTANER, 2001)

Outras reações foram mais modestas, ou melhor, mais discretas. O embate dessa vez era contra a tábula rasa, gesto muito prospectado nos projetos modernos de arrasamento. A intenção era a de fortalecer os vínculos da cidade existente e da cidade tradicional, uma proposição mais coletiva, por assim dizer, reeditando as conexões com a cultura, a forma e a história da cidade. Substituindo as ações inventivas pelas ações transformadoras, é uma nova visão contextualista, que carrega no seio o conceito de tipologia. Essas abordagens eram representadas e defendidas por muitos arquitetos e teóricos com credibilidade suficiente para se destacarem no cenário nebuloso da década de sessenta, falamos de Aldo Rossi, Carlo Aymonino, Giorgio Grassi e Manfredo Tafuri. (MEDRANO, 2007)

3.2 Urbanidade - Definições conceituais

O espaço imediato em torno à residência – seja esta a casa individual, ou parte de um conjunto, sob a forma de apartamento dentro de edifício – completa, amplia, integra a residência num todo além de residencial. Todo que pode ser definido como supercasa. Que deixa de ser privado, para ser público. Solidário. Comunitário. Gilberto Freyre (1979). Oh de casa! Recife: IJNPS, 1979.

Certo de que a vida urbana age e converge em dimensões espaciais, o social habita e as vidas coexistem na espacialidade, portanto, seria o termo *urbanidade* suficiente para qualificar ou quantificar as ações no espaço coletivo?

O termo utilizado e referido por diversas vezes nesta dissertação exigiu que dedicássemos alguns parágrafos para conseguir destrinchar o conceito, buscando quais as aproximações e definições que seriam capazes de contribuir para o entendimento das ações de projeto de Vigliecca na cidade, ações que almejam proliferar espaços com tal virtude, ricos em urbanidade. Este subcapítulo se dedica exclusivamente a vasculhar os pensadores que elaboram sobre esse conceito.

Qualquer definição rasteira ou precipitada será, sem dúvida, incompleta e parcial, pois, assim como o debate sobre a cidade, e não poderia ser diferente, uma resposta ansiosa do autor será tendenciosa, incapaz de descrever as propriedades que o conceito sugere. Pode ser

um conceito elusivo, no entanto, existe um ponto seguro, a *urbanidade* está associada direta e proporcionalmente ao local onde habita o coração da cidade, da relação recíproca entre os cidadãos e ambiente construído. (NETTO, 2012). O termo está atrelado a designar o caráter do espaço público como espaços hospitaleiros, o oposto seria os espaços inóspitos, ou indesejáveis, de baixa urbanidade. Cabe o entendimento do espaço público como lócus de uma cultura urbana compartilhada. Atualmente, ainda resistimos a um momento de forte tendência ao desurbano, o que torna mais evidente a necessidade de mergulhar nessa temática, pois, defrontamos diariamente com centros urbanos cerceados, cercados, contornados e introvertidos. A urbanidade deve ser capaz de avaliar, qualificar e quantificar, os valores do coletivo em uma cultura que envolve o convívio dos opostos. (AGUIAR, 2012)

A dificuldade que pode existir em precisar a melhor definição que se enquadra no termo em debate está por se tratar de uma abstração e de uma experiência da realidade na interlocução direta ou indireta, da relação do indivíduo e o urbano, o que contempla inúmeras variáveis intangíveis e pessoais, que transcendem a ação do arquiteto. No entanto, cabe ao autor provocar ou promover esses momentos de afeição da experiência urbana que enriquece e potencializa as condições espaciais, transcendendo qualquer desejo inicial do arquiteto. O espaço, simplesmente, não garante o uso sugerido, fato que está sujeito a ações de apropriação, subjetivas ou mesmo a subversão da proposição inicial. É de responsabilidade do arquiteto dimensionar e propor espaços suficientes que por contrário são capazes de inibir ou inviabilizar um uso desejado.

Do ponto de vista da intervenção, creio que se deve hoje operar sobre um pedaço de cidade definido, sem querer excluir, em nome de um planejamento abstrato do desenvolvimento da cidade, outras possibilidades de experiência, mesmo que totalmente diferentes. Um pedaço de cidade oferece maiores critérios concretos, do ponto de vista do conhecimento e do ponto de vista da programação (intervenção). (ROSSI, 2001)

Reafirmamos que há um consenso quanto às inúmeras conotações possíveis para o termo *urbanidade*. Não obstante, estamos interessados no que concerne à arquitetura, restringindo, assim, à gama da sua utilização, com propósito de ser útil para conduzir as decisões da ação projetual. Como discorre Andrade (2010), de fato, a sociedade não é somente condicionada pelo espaço físico da cidade, mas não podemos abstrair que os seus predicados morfológicos podem, ou não, agregar maiores condições para o exercício da cidadania. Nos apropriamos das interpretações do campo teórico da Geografia Urbana, uma das disciplinas que mais se dedica a compreender as complexidades da vida urbana e, como método, reforça a interação de espaço e sociedade para a compreensão dos valores de urbanidade. Gomes (2012 apud ANDRADE, 2010, p. 6) afirma que “a ordem espacial da cidade, isto é, sua disposição física unida à sua dinâmica sociocomportamental, são elementos fundadores da condição urbana”.

Holanda (2010) em seu texto “Urbanidade: arquitetônica e social” discute o conceito dentro da taxionomia *sócio-arquitetônica*, enlaçando as implicações entre sociedade e arquitetura. O autor assegura uma primeira intenção para o entendimento do conceito,

desassociando dois constituintes. Se os atributos forem relacionados a modos de interação social, falamos em *urbanidade social*. Se os atributos estiverem relacionados ao lugar e às condições espaciais, então, falamos de *urbanidade arquitetônica*. Podemos acolher a primeira incidência de como a arquitetura pode contribuir para exponenciar os atributos da *urbanidade arquitetônica*, segundo Holanda (2010): “espaço público bem definido, forte contiguidade entre edifícios, frágeis fronteiras entre espaço interno e externo, continuidade e alta densidade do tecido urbano”, são decisões que elevam as forças espaciais para uma experiência urbana de maior qualidade.

Holanda (2007), no seu texto “Arquitetura sociológica”, expõe duas variáveis sobre o projetar arquitetônico, ambas de igual valor. Nessa bifurcação, como denomina, está, por um lado, a variável dependente, qualidades socionaturais que interferem diretamente nas decisões projetuais, por exemplo: clima, relevo, hidrografia, disponibilidade de materiais, conhecimento científico-tecnológico e interesses econômicos-políticos-ideológicos. A resposta arquitetônica resulta através dessas determinações dependentemente. No outro braço da bifurcação estão as variáveis independentes, os efeitos e as consequências geradas pelas decisões de projeto. Nesse quadro estão: espaços suportes para amparar uma desejada funcionalidade, condições higro-térmicas adequadas e confortáveis, custos da construção, geração e gestão dos resíduos, juízo estético, valores simbólicos, enfim, a forma como a arquitetura impacta e interfere nas cidades pela lente dos cidadãos.

Kohlsdorf e Kohlsdorf (2004) realizaram um estudo, com a finalidade de entender a arquitetura como qualquer espaço socialmente utilizado, que engloba variantes dadas às expectativas. O juízo global é a ponderação entre as avaliações parciais, individuais, dado o entendimento da relação recíproca entre humano e o não-humano. Com base na dissertação elaborada, cada dimensão parcial é apreendida pelo indivíduo ou pelo grupo social. Dessa forma, apresentamos abaixo o quadro desenvolvido pelos autores, cotejando as classificações e as expectativas sociais respectivas que incidem na proposição espacial:

- i) Funcional - Resposta do espaço a expectativas de realização de certas atividades: quantidade de espaço disponível; configuração dos espaços disponíveis; relações locacionais entre as unidades funcionais.
- ii) Bioclimática - Resposta do espaço a expectativas de conforto higrotérmico, acústico, luminoso e de qualidade do ar.
- iii) Co-presencial - Resposta do espaço a expectativas por facilidade de encontros não programados nas áreas livres públicas. Níveis Analíticos: padrões espaciais; vida espacial; vida social.
- iv) Topoceptiva - Resposta do espaço a expectativas de orientar-se e identificar os lugares. Níveis Analíticos: percepção; imagem mental; representação geométrica secundária.
- v) Econômica - Resposta do espaço a expectativas por certos custos de sua construção e manutenção. Níveis Analíticos: Custos de formação (origem: planificação e construção); Custos de funcionamento/ utilização (manutenção, substituição).

Krafta (2010) supõe a existência de três diferentes categorias de *urbanidade* ou três situações distintas de manifestação decorrente da condição espacial e das formas de interação

entre os indivíduos. A primeira é a relação direta da forma física do espaço urbano, portanto, um determinismo espacial, que condiciona ou promove uma cadeia de eventos. Analisando de uma maneira mais flexível, a forma seria um facilitador dos encontros sociais ou suporte das relações diretas entre os indivíduos. A segunda situação que o autor pontua não está na relação isolada do indivíduo com o lugar, mas com a presença de olhares e testemunhos. Portanto, assumem a condição de observado que, mesmo sem comunicação, sugere um comportamento adequado, que condiciona as formas de vestir, andar, de apropriar-se e usufruir da cidade, uma expressão de *urbanidade*.

O terceiro caso agrega o fator tempo na interação e, também como a situação anterior, é uma relação indireta, envolvendo o comportamento de produção e transformação dos lugares. É a soma das interferências no mesmo lugar por diferentes indivíduos, em que cada ação modifica o lugar, ocasionando e reforçando futuras interações. Desse modo, a primeira situação foca na linguagem espacial, na relação direta facilitada pelo espaço urbano. A segunda interfere na imagem, uma relação indireta no espaço urbano, e a última é a relação indireta, através do espaço urbano. A

urbanidade na forma urbana está presente quando a interação entre diferentes objetos ocorre como ato de vontade, portanto fora dos constrangimentos impostos pelos diversos protocolos que regem a produção da cidade. (KRAFTA, 2010, p. 8)

Considerando para exame e qualificação dos graus de urbanidade, que estendem e se dilatam de acordo com essas variáveis, a única situação que oferece dados objetivos está na interação congelada, ou seja, inferida nos objetos que compõem o lugar, adjunto ao agregado de edifícios e construções produzidos em tempos diferentes e por diversos agentes. Colocamos luz na outra contribuição que esse debate pretende corroborar para elucidar as estratégias projetuais do arquiteto Héctor Vigliecca. Para a análise proposta, que avalia o aporte urbano que os edifícios selecionados propõem, podemos proceder de um achatamento temporal, colocando o contexto urbano no tempo presente, os quais todos devem atender aos critérios de *urbanidade* desse tempo. A nova inserção aponta para a compreensão e para a leitura dos seus interlocutores, sendo esse o contexto o qual se admite o novo objeto arquitetônico. O conjunto pode ser lido em uma chave local, analisando as relações entre os edifícios lindeiros, mas, pode também ser lido em chaves globais, contribuindo para a construção de uma cultura de projeto. Sendo assim, a aferição de *urbanidade* contida em cada ambiente urbano está na multiplicidade de interferências no universo da cidade.

Krafta (2010) ainda elucubra três estratégias de intervenção do novo objeto arquitetônico em um conjunto existente, com os quais irá interagir inevitavelmente e admite que essa simples relação já é uma ação de urbanidade.

A primeira situação, a qual o autor considera inicialmente como caricatural, ocorre quando “o novo objeto se insere segundo as mesmas regras obedecidas pelos outros, pré-existentes, do seu contexto”. Estão contempladas nessa regra: a geometria, as proporções, os

ornamentos, a implantação, dentre outros aspectos, com a ressalva que se a distância temporal entre as construções é curta e o caráter caricatural se dilui.

Para essa condição, a resolução projetual é dotada, como descreve o autor, de uma tentativa de driblar a tensão histórica, assumindo as prerrogativas de convivência do passado entre os edifícios, Krafta (2010) traduz, nos seus dizeres, que a “urbanidade da forma urbana pode ser expressa através da inserção de sucessivos objetos visando à homogeneidade”. Como estratégia projetual está a adoção dos alinhamentos dos prédios lindeiros, as fachadas contínuas e o respeito ao gabarito. A escolha do agente opta pela regra da pré-existência na sobreposição do tempo com a atitude de continuidade. Para essa elaboração, a corrente italiana de Aldo Rossi e Giancarlo Piretti se despontam como notáveis.

A segunda elaboração propõe que “cada novo objeto preserva o domínio espacial dos seus predecessores, constituindo então uma diferenciação por justaposição e contribuindo para manter um contexto de pequenas unidades mediadas por separações”, considerada essa situação mais refinada, no entanto, conservadora.

Para esse novo enunciado, o autor caracteriza que a “urbanidade da forma pode ser expressa através da inserção sucessiva de objetos, formando uma diversidade de domínios locais homogêneos”. Krafta ainda assume o teor de persistência do existente. No entanto, ele expande a área de compreensão, elevando a escala do pressuposto anterior, que se detém à nova edificação, para um fragmento maior do tecido urbano. A *urbanidade*, nessa elaboração, está alinhada com a evolução dos sistemas, ocasionando maior diversidade.

A terceira situação, que o autor considera como a mais complexa, é quando o “novo objeto intercepta e transforma o domínio espacial de um ou mais predecessores, contribuindo para transformar o conjunto em que se insere mediante o amalgamento de pequenas unidades em um conjunto maior”.

Nessa situação, que mais se distingue das anteriores, a “urbanidade da forma pode ser expressa através da inserção sucessiva de objetos que alteram a composição pré-existente e constroem uma nova ordem”. Os elementos aqui se superpõem, se interagem e intersectam a tensão histórica verdadeiramente, na situação final em que todos, os novos e os pré-existentes, resultam transformados pela nova condição. Estão abrangidas nessa proposição, as categorias de todas as escalas, sendo possível propor uma nova ordem aos pequenos elementos, aos conjuntos e fragmentos de cidade na totalidade, que subvertem e recondicionam a situação urbana existente. Nesse último quadro supomos que as obras de Vigliecca se encaixem com mais propriedade, por mais que estejam embebidas de elementos das duas proposições anteriores como ponto de partida. A proposição derradeira, para o tecido em que atua, finda transfigurada. Pretendemos que o desenvolvimento do trabalho seja capaz de expor e elucidar essa proposição que em seu discurso está assegurada pela hipótese teórica do *Terceiro Território*.

Para instrumentalizar as formas de análise, introduzimos uma tríade sugerida por Xu,

Ye e Xu (2017), para mensurar o grau de urbanidade de um composto urbano. Como parte dessa dissertação, interessa-nos aprofundar e agregar diversos subsídios sobre os tópicos de base estritamente teórica para dar sustância às análises desse trabalho. No artigo *Complex Power: An Analytical Approach to Measuring the Degree of Urbanity of Urban Building Complexes*, os autores determinam que a *urbanidade* pode ser graduada se cruzados três aspectos: acessibilidade, densidade e diversidade. Simplificadamente, o aspecto relativo à acessibilidade está associado à quantidade ou metragem de área de uso coletivo, entendendo-se por espaço público, da edificação analisada até os edifícios circundantes. Os aspectos relativos à densidade e diversidade, de mais fácil compreensão, basicamente estão relacionados à quantidade e à multiplicidade de usos, pontos de interesse ofertados e atendidos pela edificação e pelo contexto. Esse estudo analítico se debruça sobre questões e particularidades de complexos asiáticos especificamente, de proporções diversas. No entanto, se oferece outro suporte de interesse no enunciado, contemplando três aspectos que estão intimamente conectados com objetos arquitetônicos e seu contexto de inserção na cidade contemporânea.

Num segundo estudo, Ye et al. (2017) propõem outra metodologia para quantificar o grau de urbanidade através da sintaxe da forma urbana, uma ferramenta capaz de assistir a prática do desenho urbano pautada no anseio pela *urbanidade*. É baseada no entendimento, também, de três elementos morfológicos, uma nova tríade que, em sintonia com o estudo anterior, integra o que traduzimos como a trama ou malha urbana, atento aos traçados das ruas, à densidade das edificações e à multiplicidade de usos ofertados. Percebemos rapidamente a ressonância nas análises.

Como efeito comparativo, ratificando as proposições defendidas como produtoras de *urbanidade*, analisamos o caso da cidade de Brasília, a cidade utopia, que, nos dias atuais, está decantada no campo árido da realidade, vencidos os tempos de glória. Brasília é uma cidade sem esquinas, o pedestre é motorizado, as distâncias são quilométricas, os usos são setorizados. É sobre essa escala e essa pauta que adentraremos.

A idealização dos modernos no âmbito urbanístico seria a busca da perfeição no desenho das cidades. Trata-se da cidade da igualdade, suporte para se construir a nova sociedade, imaginando a força que o desenho urbano moderno seria capaz de introjetar. A cidade moderna é entendida como constituída de um ideário segundo as forças centrais da industrialização, que floresce a partir do século XIX, enquanto a cidade contemporânea é a sucessora nesse quadro cronológico, com alicerces em grandes rupturas políticas, culturais e de produção vivenciadas na segunda metade do século XX. Portanto, a cidade contemporânea abandona o legado moderno e o anseio pela perfeição, tratando não mais da igualdade, mas sim, das diferenças. (MAGALHÃES, 2005)

Na sua tese de doutorado, Magalhães (2005) busca elaborar o conceito de contiguidade, que vai de encontro com os pressupostos em xeque neste capítulo, pois, ao tratar das questões morfológicas das cidades modernas *versus* as cidades contemporâneas, compreende-se que os

modernos visavam o gesto de ruptura com a cidade existente, enaltecendo formas ausentes em relação ao território e à cultura, tendendo à busca do sem lugar, do utópico. Ao revés, a proposta da cidade contemporânea contrapõe, admite a interpretação dos valores formados historicamente, a favor da construção de uma identidade coletiva radicada na cultura. São os valores que o autor pretende conter na noção de *contiguidade* frente às leituras do território. A contiguidade leva ao entendimento da valorização e da leitura das precedências, concentrando as ações na articulação com o tecido urbano, fomentando o adensamento e não a expansão urbana e a desarticulação do modelo anterior.

A proposta para a cidade de Brasília de Lúcio Costa concretiza um dos objetivos fundamentais da visão urbanística moderna, a saber, a eliminação da “rua corredor”. A rua tradicional é definida pelos alinhamentos das edificações. A proposta urbana busca superar os limites definidos e legíveis entre o espaço público da vida social e o âmbito da vida privada. A rua tradicional expõe o contraste entre esses domínios e absorve todas as derivadas do espaço coletivo, o local onde a cidade acontece, o lugar das interações sociais. Portanto, a cidade moderna visava uma situação distante, sob um discurso ideológico em expandir os limites além dos traçados das ruas, propondo um modo de vida diferente do cristalizado nas cidades pré-industriais. A proposta da nova capital federal, a capital do progresso, é capitaneada por esses anseios modernistas vigentes da época. (HOLSTON, 1993)

a cidade européia, embora ferida, deve e pode ser preservada e utilizada como incitação ao reencontro com as escalas da urbanidade. (CHOAY, 2003)

O apelo à humanização dos espaços urbanos que emerge na década de sessenta, amparado por diversas disciplinas e por grandes pensadores como a notável Jane Jacobs, jornalista norte-americana que revolucionou o urbanismo mundial com seu livro *Morte e vida das Grandes Cidades*, ou Amos Rapoport, polonês refugiado durante a Segunda Guerra Mundial, graduado arquiteto na Austrália, é um dos fundadores dos Estudos de Comportamento Ambiental (EBS) ou, ainda, Jan Gehl, arquiteto dinamarquês que destinou. Sua carreira à busca da melhoria da qualidade da vida urbana, reorientando o planejamento urbano em favor de pedestres e ciclistas sustentam grandes tratativas combativas à urbanística moderna, remodelando a formação de novos arquitetos da geração, como é o caso de Héctor Vigliecca.

Este capítulo ambicionou examinar a validade da afirmação referente à relação íntima entre a morfologia urbana e *urbanidade*. A ampliação do conceito nos permite admitir a envolvente urbana como parte importante na conformação dos espaços públicos e nas relações das pessoas e, como explorado nos parágrafos anteriores, impregnados de juízo de valores como cortesia, civilidade, gentileza, associado a um comportamento socialmente aceitável, por interlocução direta ou interação indireta com os usuários. (KRAFTA, 2010)

3.3 A Terceira Tipologia

O termo *tipologia*, na arquitetura, surgiu em torno de meados do século XIX. De acordo com Mauro (1985), o surgimento do termo é influenciado pela renovação do interesse em modelos abstratos. A terminologia foi usada para se referir à análise comparativa e à classificação das características estruturais. Em meados do século XX, o estudo tipológico se torna um modo básico de pensar, o que permite uma comunicação recíproca entre as ciências lógico-matemática e as ciências sociais e cultural.

Jean-Nicolas-Louis Durand e Quatremère de Quincy são reconhecidos como precursores do discurso em prol do conceito como base do conhecimento histórico dos estilos arquitetônicos. Durand, em *Recueil et parallèle des édifices* (1800), ainda não utiliza exatamente o termo *tipo*, mas, sistematiza os vários edifícios da arquitetura mundial, tanto pela função quanto pelo padrão do partido, criando, assim, um catálogo historiográfico de categorias.

Quatremère de Quincy, em seu terceiro volume da *Encyclopédie Méthodique* (1825) e também no *Dictionnaire Historique de L'architecture* (1832), amplia o significado do termo, ainda que permaneça a visão historicista de Durand. Quincy entende que o reconhecimento da origem é a causa primitiva do desenvolvimento e das variações das formas que nos antecedem. São produtos da ação humana, conformam o tipo, mas a partir de uma ideia ou forma básica da arquitetura, válida para a imitação, condutora de inúmeras possibilidades se vinculadas à intencionalidade do arquiteto e ao contexto do projeto. (GÜNEY, 2007)

Figura 66 – Encyclopédie Méthodique, 1825 - Quatremère de Quincy. Fonte: thecityasaproject.org

A primeira tipologia, segundo Vidler (1976), é desenvolvida na filosofia do racionalismo iluminista, afirmando-a “como Newton na ciência, como Locke na filosofia, como Rousseau na antropologia”. O arquiteto do Iluminismo revisitou a forma primordial do abrigo como o primeiro tipo habitacional. Inicialmente formulado por Abbe-Marc-Antoine Laugier (1713-1796) no seu *Essai sur l'architecture*, essa compreensão do conceito da tipologia, propondo uma base natural para a arquitetura, é referida ao modelo da cabana primitiva, que na representação de Laugier, possui elementos e normas racionalizadas. Vidler descreve quatro categorias de árvores como as primeiras colunas, acomodadas em um quadrado perfeito, sobrepostas por ramos colocados transversalmente em forma de vigas, perfeitamente horizontal, que se inclinam para formar o telhado em triângulo, como um frontão. Em outras palavras, a cabana primitiva se postulou como a origem de todas as formas possíveis de arquitetura, o princípio e medida de toda arquitetura.

Figura 67 – A cabana primitiva de Laugier. Fonte: *An Essay on Architecture*, 1977

Quatremère de Quincy define o conceito, confrontando-o com a interpretação de outro conceito, de “modelo”. Ele enquadra o segundo como uma reprodução mecânica de um objeto, enquanto *tipo* se define como uma entidade metafórica. O *Modelo* é um formulário para ser copiado ou imitado: “tudo é necessário e dado no modelo”. O *Tipo*, pelo contrário, é algo que pode servir de base para a concepção de obras, as quais não tem nenhuma semelhança umas com as outras: “tudo é mais ou menos vago no tipo”, afirma.

Quincy sugere a imitação como o ponto de partida comum para qualquer processo da produção artística. Para ele, a imitação não significa cópia, mas a “representação” das leis da natureza. A imitação é a base para a invenção descrita com novas combinações de elementos preexistentes, para amarrar os princípios e o espírito da natureza. Em outras palavras, a imitação é o processo criativo que transforma elementos em artefatos visíveis. Para a arquitetura, a invenção significa fundir princípios construtivos, formais, funcionais e ecológicos, através de uma síntese original e imaginativa.

A segunda tipologia se estabelece na concepção do ideário modernista e se baseia na mudança da estrutura social, com a necessidade de produção em massa, controlada por uma vanguarda radical, baseada em produtos padronizados. As formulações em habitação mínima, por exemplo, tema potente no debate internacional, eventualmente se tornou um tipo derivado, a partir das necessidades “científicas” da vida humana.

Nesse contexto, o processo de construção da forma se tornou equivalente ao processo de produção em massa. Exige-se a repetição e o tipo se torna protótipo. A discussão pelos vários protagonistas resultou em uma conformação sob as mesmas regras do capitalismo industrial, que levam à ideia de protótipos com produção seriada, *ad infinitum*. Esse entendimento reflete o conceito de “modelo” de Quatremère de Quincy, caracterizado como a reprodução mecânica de um objeto. (VIDLER, 1976)

Gregotti (1985) enfatiza a mudança de tipo em protótipo desse período, que “orientada para uma produção de modelo se torna anti-específica, universalmente aplicável e baseada cientificamente”.

Para resumir as características finais na prototipação dos tipos arquitetônicos durante o início do século XX, Moneo (1978) apresentou três aspectos definitivos: o determinismo funcional, a rejeição de precedentes a favor das formas puras e a noção de protótipo *versus* produção em massa.

No centro desse conceito está a cidade tradicional que, naturalmente, enfatiza a produção tipológica no discurso arquitetônico vinculado ao crescimento das cidades, perdurando a cadeia inquebrável de continuidades. Subjacente à relação entre os componentes e o todo, a abordagem neorracionalista italiana deu um impulso para os estudos da forma urbana, solidificando uma base teórica para os avanços dos estudos tipológicos. De acordo com Moneo (1978), esse é o momento, quando os estudos tipológicos encontram a abordagem teórica sistemática e complexa.

A noção de tipo, aplicada à cidade, acarreta o embricamento entre as dimensões, os materiais, a forma e os usos. O tipo pode ser visto como uma prefiguração do objeto arquitetônico, uma síntese apriorística dos elementos descritos. O novo realismo italiano recentrou o valor do usuário na arquitetura, uma possibilidade tangente ao impasse teórico gerado pelas propostas universalistas do Movimento Moderno. Se reavivou o debate da permanência do valor histórico, reabilitando o conceito de tradição e preservando a continuidade com o projeto moderno. Contudo, se manteve o contato com a realidade, sem se distanciar da memória cultural coletiva da cidade.

Existe uma crise de representação da arquitetura-urbana decorrente da proliferação de contrastes discordantes entre o velho e o novo ou o tradicional e o moderno. Essa desarmonia deriva do abuso das formas históricas de representação arquitetônica e a negligência da linguagem arquitetônica de representação tradicional. A fim de minimizar essa crise, o conceito de arquitetura baseada em ideais tipológicos, conecta as linguagens arquitetônicas entre passado e presente, firmando a relação entre a tipologia arquitetônica e a morfologia urbana.

Quando Anthony Vidler publica o artigo *Third typology* na revista *Oppositions*, propõe então a terceira tipologia, associada, exclusivamente, à cidade “em si e por si uma nova tipologia”. Para Vidler, “uma alternativa promissora e racional, não arbitrária e isenta de nostalgia e ecletismo”. O ensaio leva a teoria da arquitetura de volta ao problema da forma, mas, tem “a cidade como origem dos tipos arquitetônicos pós-modernos”. (NESBITT, 2006)

Nesse sentido, o pensamento tipológico refere-se ao todo, às múltiplas relações entre as coisas, ao extremo e, ao mesmo tempo, ao harmonioso. É um modo de pensar que se refere ao lugar em que as fronteiras e os opostos se fundem em uma universal intelectual.

3.4 Morfologia urbana

O propósito do edifício é dar ordem a certos aspectos do ambiente, e com isso queremos dizer que a arquitetura controla ou regula as relações entre o homem e o ambiente. Participa, portanto, na criação de um “meio”, ou melhor, de um marco significativo para as atividades do homem. (NORBERG-SCHULZ, 1998)

Este capítulo pretende contribuir com o debate contemporâneo sobre os estudos da forma urbana, enlaçando a habitação coletiva como cerne da questão, aqui entendida na sua forma mais abrangente, o *habitat* humano. Percorreremos um trajeto visitando diversos autores que se propuseram a dissertar e acolher o tema, mas, cabe, antes de qualquer esforço, tentar elucidar e apontar diferenças entre dois termos que serão explorados nos parágrafos seguintes: a Morfologia Urbana e o Desenho Urbano.

Para o primeiro termo utilizaremos uma definição bastante clara e sucinta promulgada por Oliveira (2013a), um pesquisador central nas elaborações que virão a seguir. O autor aponta que: “A morfologia urbana é a ciência que estuda a forma física das cidades, bem como os

principais atores e processos de transformação urbana que moldam esta forma.”

Em *Desenho Urbano*, Noto (2017) revela um quadro ampliado de possibilidades nas definições do termo que se convergem, na tentativa de descrever um campo disciplinar entre projeto de arquitetura e planejamento urbano. “A dicotomia plano e projeto encontra no desenho urbano uma saída possível, um horizonte conciliador aberto para interpretações distintas.” Portanto, trata-se de um instrumento da atividade prática do arquiteto, uma atuação simultânea em escala intermediária, entre o edifício e a cidade.

Assim, conseguimos estreitar a relação e a reciprocidade dos termos, esclarecendo como a atividade prática e acadêmica se sustentam com os aportes que serão explorados nos parágrafos seguintes.

Para Bandeira (2016), o grande desafio de domínio dos recursos sobre a ciência da morfologia urbana se resguarda no valor insubstituível do desenho urbano, por suas diferentes asserções, na compreensão e na idealização, na construção de cidades e espaços urbanos.

De fato, enquanto desfrutarmos do corpo e da essencialidade dos sentidos, o valor da materialidade do espaço e do ambiente que este gera, persistirá como sendo um fator determinante do nosso bem-estar e da prospecção do devir comum. Dir-se-ia uma condicionante mais do que resiliente face aos deslumbramentos fáusticos da urbanização viral, global, autopropulsionada na ‘cyborganização’ urbana que profeticamente se anuncia. (BANDEIRA, 2016)

O debate atual sobre as definições e a relevância do estudo sobre as formas urbanas construídas, entre muitos aspectos, busca instrumentar os exercícios de planejamento e projeto. No entanto, a construção do campo teórico sobre a morfologia urbana está para lá da sua dimensão utilitarista, seu valor hermenêutico tem contribuído para a construção e o crescimento do conhecimento, como também para a compreensão dos fenômenos urbanos em regeneração. (BANDEIRA, 2016)

Fernandes (2016), ao verificar a legitimidade sobre o estudo das formas urbanas e a relevância do tema em contribuição para a análise do tecido das cidades, enuncia em seu texto os três tempos da pesquisa: passado, presente e futuro. Dessa forma, busca-se entender o que a cidade foi, o que é, e o que será, o que se refere ao homem urbano: o que fomos, somos e seremos, deve-se em grande parte, à necessidade do conhecimento e consequentes contributos da morfologia urbana.

Lamas (1993) ainda adverte, para a forma física das cidades, que as dimensões espaciais, estão submetidas a uma realidade de fatores não-espaciais ou, de fato, concretos, os quais agem sobre essa morfologia. Assim colocado, o autor reforça a necessidade de compreender a integração e a complexidade do ambiente urbano. As condições socioeconômicas também se materializam no espaço, advindas de ações voluntárias por estética, ideologia, cultura, padrões de comportamento e sociabilidade.

Seu princípio étimo, dos helénicos *morphé* e *logos* – *μορφολογος* – é remissível ao estudo das formas. Essa é uma condição amparada na indagação sobre a origem das cidades vinculadas às características geomórficas do local, sobre os conjuntos de espaços construídos e espaços livres. Portanto, por definição, seria a descrição das formas das cidades, o que, tampouco, é capaz de abarcar a amplitude de designação e apreensões do termo como ciência, devido à imprecisão ou abrangência com que o termo é apropriado por diversas disciplinas para o entendimento das cidades. Não existe uma definição única, mesmo entre os estudiosos e pesquisadores da área. (BANDEIRA, 2016) Pode ser entendida, ou interpretada, por uma profusão de definições, as quais se apropriam de uma variedade de terminologias compondo um léxico específico para cada uma.

Lamas (1993) recorda, na introdução da sua obra, que os vinte anos que precederam seu trabalho, referente à questão do desenho da cidade, os estudantes aprendiam que a cidade se desenhava a partir da disposição de vias, edifícios e manchas verdes, respondendo a regras abstratas de *Plan Masse* em um equilíbrio geométrico.

Portanto, é imprescindível o aprofundamento nos estudos acerca da morfologia urbana, procurando tornar a sua linguagem e os seus métodos acessíveis para o respaldo da atividade profissional e acadêmica.

As observações levantadas por Lamas (1993) contradiziam a sua busca constante no que tange à compreensão do estudo da forma urbana, avaliando-as como pré-determinadas, condição persistente nos dias de hoje, em que a qualidade do projeto arquitetônico, e urbano, é avaliado pela originalidade da sua forma, seguindo parâmetros imprecisos, ou alheados, resultando em uma interpretação escultórica. Resguardado de um certo exagero, a pauta era evitar formas que evocassem a lembrança da cidade antiga, segundo o autor, para tanto, os alunos copiavam os mestres modernos.

Para Costa e Netto (2015), a constante busca por uma elucidação conceitual se derivou para um caminho empírico e aplicado, o desenho urbano, aprimorando metodologias de análise antes que a resolução por um conceito se concluísse.

No entanto, apesar de prospectarem diversas abordagens para a aproximação do termo ao universo dos estudos urbanos, existe, em confirmação consensual, uma particularidade que é a sua interdisciplinaridade, fato que desperta interesse e participação por muitas áreas do conhecimento, que contribuem para alimentar a pesquisa sobre o tema. Da mesma forma, é necessário destacar o pioneirismo das escolas tradicionais de morfologia urbana, com origens geográficas distintas, consolidando métodos e processos para a leitura e das cidades. (FERNANDES, 2016)

Existe uma base comum que margeia as diferentes abordagens sobre o tema. A primeira é consensual de que a cidade pode ser “lida” e analisada através da sua forma física. Moudon (1997) reconhece três princípios fundamentais para a análise morfológica das cidades:

- i) A forma urbana é definida por três elementos físicos fundamentais: edifícios e os espaços abertos relacionados com estes, parcelas ou lotes, e ruas.
- ii) A forma urbana pode ser compreendida em diferentes níveis de resolução. Normalmente, reconhecem-se quatro níveis, que correspondem ao edifício/parcela, à rua/quarteirão, à cidade, e à região.
- iii) A forma urbana só pode ser compreendida na sua dimensão histórica uma vez que os elementos que ela compreende sofrem uma contínua transformação e substituição.

Moudon (1997) afirma que o papel dos morfologistas está em analisar a evolução das cidades, desde o seu assentamento, até as suas transformações subsequentes. Nesse estágio, é possível concluir que, alinhado com o pensamento da autora, “a cidade resulta da acumulação e da integração de muitas ações individuais, ou de pequenos grupos, determinadas por tradições culturais e moldadas a forças sociais e econômicas ao curso do tempo.”

A evolução das teorias relacionadas ao estudo das formas urbanas se inscreve em diversas tradições fundamentais: no início do século XX, com os trabalhos pioneiros de geografia urbana na França e na Alemanha, tendo como referência R. Blanchard, Karl Hassert, Otto Schlüter. A obra de M. Halbwachs era baseada nos estudos de E. Durkheim. A frente italiana, fundada por Saverio Muratori, nos anos 1950, tinha como princípio “a história como processo de recuperação do sentido de continuidade de prática arquitetônica: tipo, tecido, organismo e história operativa”. O conhecimento seguiu se desenvolvendo nas décadas seguintes por duas tendências, a primeira por Saverio Muratori e Gianfranco Caniggia e a segunda por Carlos Aymonino e Aldo Rossi. O enfoque anglo-saxónico contribui com três abordagens diferentes, a “histórico-geográfica” que tem como personagem principal o geógrafo M. R. G. Conzen, que em sua interpretação estabelece três elementos básicos para a conceituação: o “plano da cidade”, o “tecido edificado” e os “usos do solo”. Na outra abordagem, considerada “normativa”, visa melhorar a qualidade do ambiente urbano, através dos critérios de planejamento. Os autores que alimentaram essa vertente são: Christopher Alexander, Kevin Lynch, Gordon Cullen e Rob Krier. Por último, mas não menos importante, está a abordagem “quantitativa”, teorizada através da relação entre as formas urbanas e as estruturas urbanas, estando centrada nas figuras de Leslie Martin e Lionel March. (OLIVEIRA, 2016b)

Adentramos então na península ibérica, onde os estudos urbanos se baseiam na evolução morfológica. O centro desse debate acontece em Portugal, tendo como referência pioneira a obra *A physionomia de Setúbal*, de Fernando Garcia (1918).

Em 1996, um grupo de estudiosos, composto por diversas formações incluindo arquitetos, geógrafos, historiadores e planejadores urbanos, formalizaram a criação do *ISUF – International Seminar on Urban Forms*. Após a reunião em dois anos seguidos em Lausanne, Suíça, os integrantes advindos da Inglaterra, França, Alemanha, Irlanda, Suíça, Japão e Estados Unidos, retornaram em 1996 à Lausanne, com o intuito de instituir o diálogo internacional acerca do tema em formato de seminários, reconhecendo a emergência como um campo disciplinar.

Moudon (1997) resume os três grandes grupos conceituais de estudo em morfologia urbana:

- i) O estudo da forma urbana com propósitos ‘descritivos’ e ‘explicativos’, com o objetivo de desenvolver uma ‘teoria de construção da cidade’ (théorie de l’édification de la ville). Estes estudos estão preocupados com o modo como as cidades são construídas e com o porquê. Este é o objetivo principal dos geógrafos, e da Escola de Birmingham em particular. Os cientistas sociais da Escola Francesa também têm este propósito quando desenvolvem estudos morfológicos.
- ii) O estudo da forma urbana com propósitos ‘prescritivos’, com o objetivo de desenvolver uma ‘teoria de desenho da cidade’. Estes estudos se centram no modo como as cidades deveriam ser construídas. Este é o enfoque principal da Escola Italiana que deu a este propósito uma direção particular, o desenvolvimento de uma teoria de desenho do edificado assente nas tradições históricas de construção da cidade. Alguns investigadores Franceses têm tido intenções semelhantes nas suas análises morfológicas, tendo como propósito do seu trabalho o desenvolvimento de uma théorie du projet basée sur les traditions d’édification de la ville.
- iii) O estudo da forma urbana para avaliar o ‘impacto de teorias de desenho do passado na construção da cidade’. Este é o domínio da crítica de desenho, que faz a sofisticada distinção entre ‘teoria do desenho como ideia’ e ‘teoria do desenho como prática’. Estes estudos avaliam as diferenças ou semelhanças entre diretivas sobre o que deve ser construído (teorias normativas) e aquilo que é realmente construído. A Escola Francesa tem defendido esta utilização da análise morfológica identificando, com sucesso, as raízes do modernismo no desenho urbano no século XVIII. No entanto, este continua a ser um exercício mental difícil para muitos planeadores, que tendem a não perder tempo a avaliar o impacto das suas ações sobre a vida (em termos de longo prazo) das cidades.

Atualmente, o debate sobre os estudos da forma urbana e o desenvolvimento das questões morfológicas no contexto urbano estão centrados no ensino, em estudos comparativos e na relação entre teoria e prática do planeamento. (OLIVEIRA, 2016b). Os grandes institutos que continuam a fomentar e a dinamizar essa pesquisa estão no *International Seminar of Urban Forms* (ISUF), com as constantes publicações e no seu setor regional português *Portuguese-language Network of Urban Morphology* (PNUM), no *Urban Morphology Institute* e no *Urban Morphology Research Group de Birmingham*. (BANDEIRA, 2016)

É sabido que a natureza da concepção arquitetônica e urbanística é essencialmente formal, desprendendo-se, portanto, que a percepção da forma urbana e do território são eminentemente arquitetônicas. Dessa forma, o espaço da cidade, construído e habitado pelo homem, é competência da arquitetura. Não podemos entendê-la, simplesmente, como um processo de construção de edifícios isolados, buscando soluções para determinantes funcionais da cidade ou para o crescimento econômico. Considera-se, de fato, que a conjunção de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais incidem diretamente na produção do espaço urbano. Dentro desse panorama, Lamas (1993) defende que a produção do espaço construído ainda é voluntária, entendendo que o processo e os objetivos de planeamento se organizam e se resolvem utilizando-se dos recursos culturais e arquitetônicos que se materializam através da sua forma.

A produção do espaço não pode ser unicamente resolvida pelos níveis da planificação regional e urbana e das realizações das construções. A etapa intermediária do desenho

urbano é indispensável. [...] Trata-se, antes do mais e sem qualquer prejuízo dos outros objetivos do urbanismo, de contribuir com um método e disciplina de trabalho que permitirá melhorar e tornar esteticamente válido o produto do planejamento. (LAMAS, 1993)

As definições formais fogem apenas do objetivo estético ou das concepções ideológicas e culturais, ou mesmo das arquitetônicas. Muitos autores compreendem que o espaço construído está intimamente relacionado ao comportamento, à apropriação do espaço coletivo, influenciando, diretamente, na vida comunitária dos cidadãos. Assim, nos responsabilizamos, enquanto arquitetos, sobre as tomadas de decisão, à medida que estamos agindo e provocando a vida social, o comportamento e o bem-estar da população.

Lamas (1993) conclui que o desenho urbano requer o conhecimento e o domínio de duas áreas. A primeira seria sobre o processo de formação da cidade, histórico e cultural. Portanto, o regaste do passado nos processos utilizados para a construção da cidade é a matéria-prima para a atuação do arquiteto-urbanista nos dias atuais, a leitura desse palimpsesto geográfico. O segundo conhecimento é a leitura da forma urbana, sendo o corpo ou a materialização da cidade, o que determina e qualifica a vida humana em comunidade. Ausente desse profundo conhecimento, das abordagens tipo-morfológicas e do processo histórico da formação do objeto-cidade, quaisquer práticas sobre esse tecido se tornam rasas e superficiais, usando-se de feitiços sem conteúdo disciplinar.

O horizonte comum aos atores revolucionários da década de 60 está no questionamento, na dúvida, do modernismo avassalador e monótono, em suposta negação à cidade existente e à presença e envolvimento da atividade humana no espaço construído. O livro *Defining Urban Design: CIAM Architects and the formation of a discipline, 1937-69*, de Eric Munford (2009 apud NOTO, 2016) sustenta:

O campo profissional do desenho urbano desenvolveu-se na fase final do CIAM (...). Como uma fita de Möbius, uma tira de face única que eventualmente se torna seu lado oposto, as evidências indicam que o urbanismo moderno, bem como sua aparente antítese, o foco no desenho arquitetônico de ambientes urbanos densos e baseados no pedestre, compartilham as raízes teóricas dos últimos CIAMs, e especialmente da obra e das ideias de Josep Lluís Sert, Louis Kahn e outros.

É necessário advertir, para o jogo de escala no entendimento da forma urbana, que a aproximação e o distanciamento focal são fundamentais à compreensão dos padrões que compõem a estrutura urbana. Em escala abrangente, fixa-se a inserção territorial da unidade ou do conjunto edificado, interferindo no desenho da cidade. Por outro lado, em escala local, percebemos a interferência na dinamização e na sustentação do tecido urbano.

A determinação das matrizes das estruturas urbanas surge de uma relação complexa e dialética entre o desenho urbano, com a adequação infra-estrutural e os espaços públicos. Esse composto, somado à vivência dos indivíduos, deve contemplar a evolução temporal dos

territórios e dos lugares enquanto planejamento. O fator tempo, tão importante quanto o fator escala, determina como tais matrizes são construídas. Em função dos conceitos de atratividade e apropriação, o espaço público surge, no contexto contemporâneo, como um elemento estrutural da morfologia urbana potente, apesar do sentido comercial ser mediador nas tomadas de decisões, fator preocupante, segundo Carmona (2010 apud VAZ, 2013), de homogeneização física e funcional.

Vaz (2013) assegura que o aporte do espaço público não se trata apenas de rigor e ordem no exercício do desenho urbano, mas, igualmente, um elemento ligante da estrutura urbana, que segundo Alves (2003 apud VAZ, 2013) “pode significar conhecer melhor a relação entre os padrões de organização espacial das cidades e os seus arquétipos arquitetônicos.” São os tecidos urbanos que conformam o espaço público que, por sua vez, definem o espaço da vivência humana. A legitimidade e a validade dos espaços públicos e de uso coletivo está nas atividades que dão suporte. Autores como Gehl (2005 apud VAZ, 2013) afirmam que o componente social é crucial ao funcionamento dos espaços intersticiais da cidade.

Dados os objetos de estudo desta dissertação, matéria para análise da contribuição morfológica na cidade de São Paulo, faz-se importante acrescentar questões exploradas por Pinto (2013) referente à relação dicotômica da forma urbana regular, planejada, *versus* o traçado irregular ou espontâneo, recorrente nas áreas de precariedade e presentes nos campos de estudo.

Partindo da formulação inicial vigente do final do século XIX, as formas urbanas regulares são frutos de uma intencionalidade de planejamento urbanístico. As formas urbanas irregulares são resultados da falta de planejamento. A constatação de ordenação geométrica nos tecidos urbanos, a ortogonalidade, os ângulos retos e a regularidade dimensional são evidências que atestariam uma consciente ação urbanística. Pinto (2013) indica que os recentes estudos históricos, promovidos desde os anos 60, questionaram a validade desses preceitos. As implicações ainda sustentam algumas significações, sob a ordem que se atribui civilidade, salubridade, enquanto na situação inversa, se fomenta uma apreensão negativa do espaço urbano.

Pinto (2013) aponta a compreensão das “formas regulares” associada à “régua”, portanto, formas proporcionadas, enquanto as “formas irregulares”, associada à “regra”, portanto, por preceitos normativos.

As formas urbanas antigas começaram, então, a ser entendidas como o resultado coletivo de várias ações, não necessariamente coordenadas na obtenção de um efeito final, mas absolutamente conscientes relativamente à sua própria parte. É que por definição, planejamento é o processo explícito de escolha e organização das diversas ações antecipando os resultados, ou seja, é o ato de controle do fazer. (PINTO, 2013)

O comportamento não regulado das áreas precárias, realça o efeito de ordem urbana, em que as ações individuais interativas constituem formas complexas, porém, coerentes. Esse é um contexto que não é possível premeditar os novos movimentos, cujo conjunto é mais importante que a composição das formas isoladas. A atenção ao processo histórico explica e dá

sentido à resultante. Se entendido de tal maneira, não existe subordinação, mas, uma necessária reciprocidade.

Ressalto que a leitura proposta por Pinto (2013) está vinculada aos traçados medievais e tradicionais europeus. A apropriação e a interpretação para o território brasileiro é um subsídio único desse autor, com o propósito de contribuir para a análise dos objetos de estudo.

É importante se observar como as formas do espaço edificado traduzem os pensamentos do homem sobre as possibilidades da vida coletiva e comunitária, considerando a relevância dos conjuntos habitacionais nas metrópoles mundiais como protagonistas na caracterização morfológica dos centros urbanos.

O debate proposto também consiste em identificar as referências através da produção arquitetônica, das elaborações teóricas e pela narrativa histórica que norteia as proposições contemporâneas que, em um momento, se apoiam na tradição cultural e histórica e, em outro momento, avançam transversalmente, transgredindo, sempre, as possibilidades de uma vida urbana, transpondo as interpretações para o contexto latino-americano. A moradia aparece como o grande articulador, impulsionando as discussões acerca da cidade contemporânea e suas relações.

O que se evoca é a busca constante dos arquitetos para se abastar intelectualmente, propondo formas de morar e viver a/na cidade, a partir de uma elaboração e um pensamento sobre a construção da cidade, da vida coletiva, das oportunidades de criar espaços de convivência e sociabilidade que a arquitetura pode prestar. (RUBANO, 1999)

Reafirmando a vontade de se compreender a importância que os conjuntos habitacionais, especialmente os que são propostos em áreas de precariedade urbana, nos quais os limites da matriz estrutural da cidade “formal” é perdida, os limites dos lotes residenciais são dissolvidos, potencializando o compromisso que a intervenção admite com a qualificação e a consolidação do tecido urbano.

Saverio Muratori - *Escola Muratoriana*

O percurso letivo de Muratori se caracterizou por uma fase de profunda renovação das instituições de ensino italianas. Giuseppe Gentile foi o responsável pela mudança no ensino secundário italiano. A marca foi a separação entre o conhecimento na área das humanidades e o conhecimento científico e tecnológico. Os modelos educacionais vigentes foram revogados com a implantação da *Riforma Gentile*, com início do período fascista em 1922. Tal reforma conciliou a arte e a religião numa visão totalitária coletiva. Com uma estrutura centralizadora, as maiores críticas se reservam à militarização da escola e à implantação de leis racistas no sistema de ensino, atingindo seu auge na promulgação da *Carta da Escola*, em 1939, por fim, destituída com a queda de Mussolini, em 1943. Portanto, esta formação primária básica de conteúdo laico com inspiração fascista que se formaria Muratori. (COSTA; NETTO, 2015)

Saverio Muratori ingressa na Escola de Engenharia de Roma em 1928, fundada em 1920, quando houve a junção entre a Escola de Arte e a Escola Politécnica de Engenharia. (CATALDI; MAFFEI; VACCARO, 2014). O currículo desse novo câmbio no ensino estava composto, em sua grande maioria, por Humanidades, Filosofia, Restauração, História da Arquitetura, Artes e Tecnologias. Samules (2002) afirma que essa estrutura curricular condicionou os novos arquitetos italianos a questionarem a negligência do aporte moderno quanto ao contexto urbano e ambiental, desde a metade do século XX.

Os mestres intelectuais que formaram Muratori foram nomes como Arnaldo Foschini, Luigi Piccinato e Gustavo Giovannoni. (CATALDI; MAFFEI; VACCARO, 2014). Na segunda década do século XX, a Escola de Roma protagonizaria um novo embate quando estabeleceu a escolha por correntes arquitetônicas influenciadas pelo racionalismo, do grupo *Novicente* de Milão. Os manifestos protocolados por tal grupo eram respaldados por conceitos introduzidos em textos como *Vers une Architecture*, de Le Corbusier (1923), e *Internationale Architektur*, de Gropius (1925). Esses trabalhos seriam divulgados através da revista *Ressegna Italiana* e na exposição MIAR (Movimento Italiano de Arquitetura Racional), de 1928. (ANELLI, 2010)

Quem detém a influência fundamental na formação de Saverio Muratori seria o arquiteto, criador da Escola e professor da cadeira de restauro, Gustavo Giovannoni. O principal conceito que se depreende dos postulados teóricos e práticos advogados por Giovannoni, seria a compreensão da cidade e do tecido urbano como um organismo em constante transformação. Ele entende que novas edificações deveriam ser enquadradas no contexto histórico existente, ampliando a análise crítica para além da edificação, abarcando o ambiente urbano em que se insere.

Choay (2006) estabelece três princípios que resumem as ações projetuais doutrinadas por Giovannoni. O primeiro ponto, o fragmento urbano histórico, deve ser integrado através de um plano diretor, legitimando a sua relação com o tempo presente. O segundo ponto considera o entendimento de conjunto, superando a preservação de edifícios isolados. O último princípio, portanto, estabelece a compreensão de uma percepção da morfologia, mantendo-se as relações originais que conectam as unidades parceladas. Para Choay (2006), Giovannoni conseguia vencer o campo teórico, suas ideias colocadas em prática contrariavam as práticas atuantes que alimentavam a renovação urbana.

Giovannoni publica em 1931 o livro *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*, sendo considerado o seu trabalho mais relevante e uma visão vanguardista de Desenho Urbano.

Cataldi, Maffei e Vaccaro (2014) subdivide a carreira profissional e acadêmica de Muratori em três períodos. No primeiro período (1933 a 1946), início da trajetória, as principais atividades são as publicações na revista *Architettura* e os projetos arquitetônicos, os primeiros como colaborador de Alberto Colza Bini, em Roma. Na sequência, desenvolve alguns projetos em parceria com Francesco Fariello e Ludovico Quaroni. (CORSINI, 2001). Nesse período, os temas e a visão de Muratori ainda são permeadas pelos postulados de Gropius, Le Corbusier e

Mies Van der Rohe.

Pigafetta (1990) afirma que, com o desenvolvimento do nacionalismo socialista germânico, Muratori começa a pesquisar e se interessar pelo racionalismo escandinavo, se identificando com o trabalho de Erik Gunnar Asplund, em geral, com o uso de formas tradicionais e com o emprego de materiais modernos. Em 1938, Muratori publica um artigo na revista *Architettura*, com dados e projetos da arquitetura moderna na Suécia.

O segundo recorte da sua trajetória (1947 a 1963) se refere à época combinada da atividade projetual, com o início da atividade acadêmica. Corsini (2001) evidencia que Muratori apresenta, através de projetos e publicações, uma atividade crítica apurada, que começam a identificá-lo como um dos precursores do ativismo contra a arquitetura moderna, principalmente os ensaios que evidenciam a sua percepção quanto a ameaça da arquitetura moderna para as tradições culturais italianas. São nesses ensaios que se solidifica os conceitos que perdurarão das suas propositivas teóricas, o entendimento das cidades como um elemento vivo em constante mutação e, aqui mais importante, a ideia de projetar as novas edificações como uma continuidade intuitiva da cultura edilícia existente.

O período do pós-guerra trouxe importantes reflexões quanto à reconstrução das cidades destruídas pelos bombardeios e a importância dos conjuntos habitacionais nesse plano de regeneração. Quando então se cria o plano INA-casa, encabeçado por um antigo professor de Muratori, vislumbravam projetos de reconstrução de áreas devastadas. Destaca-se o projeto de Quartiere Tuscolano (1949-50), em Roma, o qual Muratori participou do desenvolvimento com Mario De Renzi.

Figura 68 – Quartiere INA-Casa Tuscolano II (1949-50). Fonte: <http://www.festivalarchitettura.it/>

Em 1952, Muratori fora convidado para ministrar a disciplina “As características distributivas das edificações”, na Universidade de Veneza. Esse período possibilita o avanço e o desenvolvimento dos temas de seu interesse, consolidando os principais aspectos da sua pesquisa: conceitos de tipo, tecido urbano, organismo e operação histórica. Seus estudos são complementados e publicados em 1959, com o livro *Studi per una operante storia urbana di Venezia*. (CATALDI; MAFFEI; VACCARO, 2014)

Muitos dos conceitos difundidos, combinados a sua inovação didática, acabam atraindo diversos aspirantes. Os estudantes se reúnem sob a sua orientação para aprofundar e discutir novas propostas. Sete alunos se destacam nesse percurso. Conhecidos como os sete discípulos, estão: Renato Bolatti, Sergio Bolatti, Gianfranco Caniggia, Guido Figus, Giannini Greco, Paolo Maretto e Guido Marinucci. Esse círculo de alunos constitui a chamada Escola Italiana de Morfologia Urbana (1960-1968).

O último período (1964 a 1973) destacado por Cataldi, Maffei e Vaccaro (2014), na trajetória de Saverio Muratori, corresponde exatamente ao declínio da sua influência e consequente afastamento da Universidade de Roma, culminando na dissolução do grupo de estudos e pesquisa sobre Morfologia Urbana.

A dilatação das divergências entre os catedráticos e o ensino de Muratori, nesse período, resultaram num esforço conjunto entre estudantes e professores que decidiram por expulsá-lo da Universidade, em 1968.

Escola Italiana de Morfologia Urbana - Abordagem Tipológica Projetual

Os conceitos muratorianos são difundidos por muitos dos seus discípulos em uma tentativa de síntese conceitual para a apreensão de pesquisadores não italianos. Dessa forma, pretendem que a base seja explorada por outros pesquisadores para ampliar e forçar, dentro do sistema, novas formas interpretativas para contextos outros.

Costa e Netto (2015) lista, de forma resumida, os principais conceitos da Escola Italiana:

- i) A linguagem tecnológica arquitetônica;
- ii) O processo tipológico;
- iii) A consciência espontânea e a consciência crítica;
- iv) Organismo urbano;
- v) A história operativa;
- vi) As escolas de análise e os ciclos civilizatórios;
- vii) A questão geográfica do ambiente humano.

Sobre os conceitos elencados, Muratori depõe:

Não sou filho da academia, mas da ambição vaidosa do modernismo, e para desequilibrar esta influência, questioneei tudo, de forma trabalhosa. Dos 20 aos 40 anos, estive muito ocupado, pesquisando a cidade de Veneza. Este estudo me ensinou muito, porque Veneza é um tecido urbano simples, linear que se assemelha ao tecido do homem moderno. E que está de acordo com ele, porque busca redenção, mas ainda é noviço. Então, uma tentativa foi feita para compreender o tecido urbano de Roma. Este projeto trabalhoso, entretanto, revela que a civilização romana e a civilização em geral são, e sempre tem sido duplamente cíclicas, como cíclico é o objeto constante e imutável no seu sujeito, o homem, que acelera de forma considerável em tempos de crise, que remetem aos ciclos e as escalas. (CATALDI, 2003)

Cataldi (2003) também subdivide os períodos históricos que caracterizam momentos distintos da Escola Italiana de Morfologia Urbana. O primeiro período corresponde com o início das atividades de Muratori, sem o qual não haveriam estes estudos, obviamente. Essa seria a primeira escola, chamada Escola Romana de Morfologia Urbana.

O grupo de estudos desse primeiro momento na Universidade de Roma, sob a regência de Saverio Muratori era composto por: Guido Marinucci, Sergio e Renato Bollati, Gianfranco Caniggia, Enzo Flamini, Paolo e Alessandro Giannini. Os autores se organizavam através de seminários e cada responsável se detinha em pesquisar uma linha específica dentro do tema ampliado. O desenvolvimento desse formato resultou na criação de cursos e aulas optativas, com o esforço para que integrassem a grade curricular. No entanto, enfrentaram a proposta de inovação liderada por Bruno Zevi em 1966, que, após o discurso proferido por Muratori conhecido como *Del Rovi*, acentuou o embate e culminou na sua expulsão da Universidade. Esse evento encerra a Escola Romana de Morfologia Urbana, mas os seguidores de Muratori são os responsáveis por carregar o trabalho e conceitos a diante. Iniciou-se, então, o período compreendido por Cataldi (2003) como a segunda fase, a Escola Italiana de Morfologia Urbana. (COSTA; NETTO, 2015)

Essa nova fase é estimulada pela disseminação dos conceitos muratorianos através de estudos e trabalhos isolados dos seus assistentes, algumas vezes em parceria com o mestre, o que ocorre em várias escolas de arquitetura pela Itália.

Guido Marinucci e os irmãos Bolatti se juntam a Muratori para desenvolverem o Atlas de Roma. Caniggia inicia o desenvolvimento de estudos tipológicos na cidade de Como, com o resultado publicado no livro *Como – leitura da cidade*, em 1963. (CATALDI, 2003)

O falecimento de Saverio Muratori no ano de 1973, a perda da referência intelectual, ocasiona, na ruptura dos estudos em curso, no entanto, a reforma universitária de 1970, que propicia a criação de novas faculdades de arquitetura, dando oportunidade para os integrantes da Escola Romana para atuar no âmbito acadêmico.

Paolo Maretto, um dos importantes nomes que se empenham nessa tarefa da perpetuação dos ensinamentos muratorianos, lecionou na Universidade Reggio Calabria e, posteriormente,

pela Universidade de Gênova e Pádua. A sua pesquisa se dedica à interpretação dos centros históricos sob risco de transformação por uma tomada modernista. Sua primeira publicação acontece em 1968, um ciclo de pesquisa sobre as tipologias básicas da cidade de Veneza, que originam o *A la casa veneziana nella storia della città*. Maretto falece na cidade de Pádua, em 1995.

Outro expoente foi Gianfranco Caniggia, um dos mais importantes membros da Escola, cuja maior contribuição, já citada, será sobre a cidade de Como. Após a dissolução do grupo em Roma, Caniggia inicia sua carreira acadêmica também nas Universidades de Reggio Calabria, Gênova e Florença. Sua pesquisa se detém na especificação de um método de planejamento sobre a interpretação da cidade e dos seus elementos, o tipo edilício, como uma síntese *a priori* ao desenvolvimento do método tipológico. (COSTA; NETTO, 2015)

Caniggia publicou dois livros com Gian Luigi Maffei, *Composizione architettonica e Tipologia edilizia*, que ainda compõem uma referência fundamental para pesquisadores dos conceitos tipo-morfológicos italianos.

Atualmente, os estudos são mantidos e continuam se desenvolvendo através de alunos que não tiveram o contato direto com Muratori, sendo, portanto, alunos dos descendentes da Escola de Roma. Muitos grupos de estudos são mantidos trabalhando e publicando de forma coletiva em diversos centros, como a Universidade de Florença, Bolonha, Ferrara, Reggio Calabria e Bari. Esse período se constitui como o terceiro recorte definido por Cataldi (2003).

Após a morte de Gianfranco Caniggia, em 1987, o grupo da Faculdade de Florença se constituiu como a maior referência no estudo de morfologia urbana. Alguns nomes de destaque são: Giancarlo Cataldi, Gian Luigi Maffei e Paolo Vaccaro. Cataldi contribuiu ativamente, tanto na prática profissional quanto na vida acadêmica. Seu livro *Pienza forma Urbis*, publicado em 2007, em coautoria com Fausto Formichi, contém ilustrações e desenhos que fomentam os ensinamentos de Muratori para uma região da Toscana. (COSTA; NETTO, 2015)

A Escola Italiana de Morfologia Urbana institui, de fato, um dos grandes polos de estudo e produção teórica sobre temas relacionados à compreensão do ambiente construído e dos estudos das formas urbanas. No entanto, é importante ressaltar que as investigações se concentram sobre o território italiano, tomando como base assertiva que muitos conceitos são universais e devem ser adotados, portanto, como referência para a aplicação em contextos e organizações territoriais diferentes, absorvidos e adaptados para cada ambiente específico.

A atuação no território urbano pressupõe o entendimento das relações estabelecidas. Por mais que exista o desejo de uma concepção unitária, as manifestações fenomenológicas nas cidades são plurais. A intervenção antrópica no território requer uma atenção inicial ao local determinado.

MR. G. Conzen - Escola Conzeniana

Conzen se graduou em 1931 na Universidade Friedrich Wilhelms em Geografia Histórica e Filosofia na cidade de Berlim. As bases conceituais são fundadas nos estudos da paisagem e seus resultados visíveis no contexto urbano e sua evolução formal, decorrentes das práticas acadêmicas do final do século XIX.

As raízes do pensamento conzeniano estão nos trabalhos desenvolvidos pelo professor Otto Schlüter, no final do século XIX, nos dois artigos publicados no ano de 1899. O primeiro sobre o plano das cidades, denominado *Über den Grundriss der Städte*, ou *Sobre as plantas baixas da cidade* (tradução livre), e o outro artigo se refere a sua visão ampla sobre alguns aspectos da geografia dos assentamentos humanos, esse denominado *Bemerkungen zur Siedlungsgeographie*, ou *Observações sobre a geografia do assentamento* (tradução livre). (WHITEHAND, 2013)

O primeiro artigo referido aponta para o entendimento do desenvolvimento das cidades em suas diferentes fases, um reconhecimento das transformações através da leitura do plano, uma abordagem incipiente ao que viria a ser conhecido como uma abordagem morfogenética da cidade, mais tarde, aperfeiçoada por Conzen, tornando marca do seu trabalho.

Outro trabalho relevante que também incide diretamente sobre as elaborações posteriores de Conzen é a dissertação desenvolvida por Geisler em 1918, sob orientação de Schlüter, que versa sobre os espaços urbanos da cidade de Danzing, Polônia, com o mapeamento dos diferentes usos na cidade em representação cromática.

Whitehand (1981 apud PEREIRA COSTA, 2015) considera duas atividades paralelas desenvolvidas por Conzen que contribuíram para a sua percepção sobre os aspectos urbanos, apurando a capacidade de observação dos fenômenos e análise da cidade. A primeira situação corresponde ao trabalho temporário admitido como mensageiro dos correios, deslocando-se pela cidade de Berlim, exigindo um conhecimento espacial da cidade e aguçando o seu senso de deslocamento. A segunda situação se refere às excursões durante a graduação para diferentes cidades e países nos arredores, compondo parte da grade curricular do curso, momento em que os alunos participavam de colóquios e desenvolviam exercícios de observação em campo.

Fugindo da perseguição nazista, migrou para a Inglaterra em 1933 e se estabeleceu em Londres durante o período da Segunda Guerra Mundial. Portanto, as suas abordagens são de origem germânica, mais difundidas no país de exílio. A saída da Alemanha ocasionou a interrupção da pesquisa pouco antes da conclusão do mestrado. Sem a possibilidade de reassumir os estudos, recebeu o apoio dos serviços estudantis internacionais, matriculando-se no curso de Planejamento Urbano e Rural da Universidade de Victoria, na cidade de Manchester. Concluiu o curso no ano de 1936, com o trabalho intitulado *Planejamento Urbano e Regional em Nantwich*. (COSTA; NETTO, 2015)

Durante sua atuação como planejador urbano, publicou o seu primeiro trabalho em língua inglesa, *Sugestões sobre o replanejamento de Manchester*, trabalho que compila seus estudos elaborados sobre a cidade entrelaçada às definições do plano diretor esquemático da cidade.

No período de reconstrução das cidades europeias, eminentes arquitetos e urbanistas apresentam planos de intenções e estudos para reerguerem as cidades destruídas. Após 1947, esses planos são centralizados na ação governamental, instituindo o *Town and country Planning act*. Dois eixos centrais lideravam as formas de intervenção sobre os ideais modernistas ou com as propostas das cidades jardins. No entanto, existia uma corrente alternativa com perspectiva técnica de revitalização seguindo modelos tipo-morfológicos, baseados nas formas precursoras medievais que estruturavam aquele tecido. O autor que guiou essas iniciativas foi Sharp. Essas diretrizes foram aplicadas a algumas cidades inglesas e, por fim, disseminadas pelo período conhecido como *townscape*.

Os anseios preconizados por essa outra agenda encontrou respaldo na prática e nos estudos empreendidos por Conzen, que elabora suas leituras em cidades medievais e registra seus estudos nos artigos que refundam a necessidade de preservação do caráter das cidades históricas. Conzen fomenta a reflexão sobre o debate e a importância em resguardar as características dos centros históricos das cidades britânicas, utilizando o termo *paisagem urbana* para referir a importância patrimonial como um bem cultural, afirmando que esses núcleos armazenam as camadas históricas e documentos do percurso de construção e evolução das cidades, apelando ao senso de pertencimento que os locais familiarizados proporcionam.

Nesse momento, Conzen é transferido para o Departamento de Geografia da Universidade de Durham. Posteriormente, foi rebatizada como Universidade de Newcastle Upon Tyne. Finalmente se acomoda e estabelece a sua carreira acadêmica e toda sua carreira profissional, local que se promoveu e se aposentou em 1972 como professor emérito. Todos os seus trabalhos desenvolvidos após 1946, originam-se de estudos dos territórios arredores. (COSTA; NETTO, 2015)

A maior contribuição em língua inglesa em que estão fundados os princípios básicos dessa Escola é o trabalho elaborado por M. R. G. Conzen para a cidade medieval de Alnwick, em 1960, localizada a oeste da cidade de Newcastle e próxima a fronteira com a Escócia. O geógrafo faz uma leitura meticulosa dos aspectos morfológicos do tecido de Alnwick. Conzen se atenta para os aspectos físicos da ação do homem na construção da cidade, que devem estar atrelados ao plano urbano, a avaliação formal conjuntamente às questões sociais e econômicas as quais a cidade está acometida. O estudo ratifica como imprescindível para qualquer análise morfológica, a interdependência do plano, do tecido urbano e do uso do solo, a sobreposição dos aspectos funcionais aos morfológicos.

O exercício desenvolvido para a cidade de Alnwick, sedimenta alguns conceitos base referidos a Conzen. O primeiro é o que denominou como *períodos morfológicos*, rasteiramente compreendidos como momentos específicos, sociais e econômicos, responsáveis por atribuir certo

caráter às formas da cidade e devem ser perceptíveis no contexto da cidade, se distinguindo no contexto urbano. O plano urbano reafirma a base formal da cidade, ajuizando que a estrutura está associada ao espaço físico que armazena o tempo passado e as possibilidades futuras de transformação. Em Alnwick, Conzen formula uma linguagem técnica inédita para estudos comparativos na compreensão da paisagem urbana. (WHITEHAND, 2013)

O legado de Conzen é complementado após a publicação do seu trabalho sobre a cidade de Newcastle Upon Tyne, resultado que alcança maior complexidade que o seu trabalho anterior, evoluindo métodos e instrumentos ao estudo em Alnwick. Nesse trabalho desenvolve o que ficou conhecido como *fringe belts*, cinturões que carregam conceitos de expansão, consolidação e segregação do território urbano.

Além da sua atividade com a pesquisa científica, fez inúmeras viagens como professor visitante em países como o Japão e a Nova Zelândia, além do retorno ao seu país de origem. Com a sua aposentadoria, expandiu mais o seu envolvimento, participando ativamente como conferencista, membro de corpo editorial, consultor e parecerista, mantendo-se ativo até o seu falecimento no dia 04 de fevereiro de 2001. (COSTA; NETTO, 2015)

Escola Inglesa de Morfologia Urbana - Abordagem Histórico Geográfica

A paisagem urbana é o resultado formal das construções que desenham a ocupação humana sobre uma base natural. O processo de urbanização e ocupação das áreas urbanas são registros materializados e substrato da análise da morfologia urbana - partimos desse enunciado.

As características principais da visão inglesa do estudo das formas constituem a sua abordagem tripartite: o plano urbano, o tecido urbano e o uso e ocupação do solo, base da investigação morfológica. Para uma melhor compreensão de cada item, podemos nos aprofundar nas suas respectivas definições: o plano urbano considera a lógica de ocupação do território, a relação com a condição topográfica e os aspectos naturais do solo, determinantes que definem os desenhos das quadras e, conseqüentemente, o sistema viário. O tecido urbano é considerado os arranjos dos quarteirões, os agrupamentos similares das disposições dos lotes e os dimensionamento das quadras que desenham as particularidades de um trecho de cidade. O uso e a ocupação do solo é a função social que a edificação oferece para a cidade, o que gera uma determinada forma com suas respectivas dimensões. O resultado edilício de uma composição é a análise integrada de todos os itens que produzem os indícios de uma determinada época e seus respectivos aspectos culturais e econômicos. (CONZEN, 1960)

Elencamos abaixo os principais conceitos que foram estabelecidos e aprimorados pela Escola Inglesa e seus discípulos, todos originados dos estudos de campo desenvolvidos por M. R. G. Conzen:

- i) Historicidade como característica geral das paisagens urbanas;
- ii) A paisagem urbana como palimpsesto;;
- iii) A análise da paisagem urbana;
- iv) A análise do plano urbano;
- v) O processo morfológico;
- vi) Os *fringe belts*;
- vii) Os lotes burgueses ou medievais;
- viii) A combinação dos processos morfológicos - as unidades de planejamento;
- ix) Os tipos funcionais e regionais;
- x) Os atributos regionais.

As ideias conzenianas mais profícuas são desenvolvidas a partir da leitura das configurações das parcelas e as ocupações internas aos lotes, partindo da observação da escala micro para a composição do tecido urbano, a relação entre as dimensões dos lotes e as implantações dos edifícios singulares.

O conceito de *fringe belts*, ou as cinturas periféricas, está conectado ao processo de expansão e criação do território urbano, área rural convertida em área urbana. As ações de planejamento atuam em longo prazo sobre esses planos, condicionante física para as transformações subsequentes. O desenho do planejamento, os limites dos lotes, das quadras e o sistema viário são mantidos intactos por gerações e passam por períodos sem sofrer grandes alterações da concepção inicial. Compreende-se que os planos exercem forças indutivas que agem sobre as decisões das formas futuras de ocupação. A região morfológica definida por Conzen é uma área determinada que agrupa aspectos em unidade, no que diz respeito às suas características formais. (WHITEHAND, 2013)

As atividades recentes mais relevantes para a nossa análise, derivadas da Escola Inglesa, podem ser agrupadas em três categorias, seguindo a mesma proposição de Whitehand em seu texto *Morfologia urbana Britânica: a tradição Conzeniana* (2013): a micromorfologia; a relação entre períodos morfológicos e processos tipológicos; e processos de tomadas de decisão e a forma urbana.

A chamada micromorfologia, como um sub-campo, é a continuidade da pesquisa com devido reconhecimento da importância da análise da forma, através da escala de cada lote individualizado. Whitehand (2013) elaborou o que denominou como “efeito de vizinhança”. As transformações ocasionadas por difusão espacial, exemplifica, citando a situação quando uma casa amplia sua área útil, o que também provoca o aumento na probabilidade de que outra

edificação, contígua ou vizinha, também faça a ampliação da sua residência. Os agrupamentos se influenciam mutuamente e um dos resultados mais expressivos dessa pesquisa de Whitehand (2013) é a associação desse efeito sugerido em áreas de densidades diferentes, pois, conclui que quanto maior a densidade da ocupação, ou seja, quanto maior a ocupação do lote, também será ampliado o efeito de vizinhança com a reprodução das alterações no tecido urbano.

O segundo tema em destaque das pesquisas mais recentes são os estudos que estabelecem uma relação entre a Escola Inglesa e a Escola Italiana, compreendendo a proximidade entre o conceito de “períodos morfológicos”, Conzeniano, e os “processos tipológicos” de Caniggia na Escola Italiana. Para os italianos, as novas edificações são produtos de uma processo contínuo de aprendizagem e adaptações das tipologias anteriores, a constante transformação reconhecendo as características formacionais. Os “períodos morfológicos” da Escola Inglesa tratam do reconhecimento ao processo de substituição das formas de um certo momento histórico pelas atribuições que caracterizam o período seguinte.

A última linha que destacamos é o fator da tomada de decisão sobre a ação no tecido urbano. Mais precisamente, evidenciamos o modo como muitas decisões isoladas, quando combinadas, podem criar um conjunto regular no território. Essa leitura está intrinsecamente conectada ao conceito das cinturas periféricas de Conzen. Os fatores que conduzem as decisões sobre o território podem ser muito variados, desde atribuições políticas ou econômicas que assolam o período de construção, mesmo oscilações culturais, apropriações que agem diretamente sobre as decisões tomadas, inclusive desde o processo projetual de arquitetura. Os responsáveis, muitas vezes, não estão cientes das decisões dos outros agentes, muito menos que a combinação irá caracterizar o que é referido como a cintura periférica, que são ações descontínuas que fazem sentido apenas quando associadas. (WHITEHAND, 2013)

4 Estratégias projetuais - *Declinatio* e o salto interpretativo

Este capítulo se dedica a compreender a forma interpretativa que Vigliecca assume para a concepção inicial do projeto, dado que a investigação sobre uma base de diagnósticos ou o simples mapeamento de dados, especialmente para as áreas urbanas críticas, como o próprio denomina, está fadada à repetição e a uma reprodução literal programática. O arquiteto defende que o projeto deve ser um processo de indagação constante para conhecer e provar qual é a melhor solução para determinado contexto. O processo deve rejeitar uma resposta direta ao cruzamento de informações estatísticas, que não se traduzem em desenho urbano, ao menos não da forma desejada, para a construção de uma cidade.

O pressuposto das intervenções habitacionais analisadas neste trabalho está sujeito às condições estipuladas pela política pública da época, que, por fim, baliza e determina quais virtudes conseguem sobreviver ao trâmite burocrático. No entanto, é nessa mesma oportunidade que Vigliecca apostou quando atuou em um território sem vícios mercantis e alheio às regulamentações de consumo que, somados a uma situação de imensa precariedade, inclusive urbana, rompe os limites legislativos e operacionais por se tratar de uma situação de exceção. Atuar em escala territorial em que regulamentações pré-definidas não são parâmetros que enrijecem o projeto, apesar da viabilidade econômica e construtiva que o arquiteto deve prever, proporcionaram condições de excepcionalidade, para que o projeto de habitação coletiva atinja desejos urbanos.

As quatro estratégias elencadas abaixo foram extrações livres e de interpretação do autor, com intuito de aprofundar as opções de projeto recorrentes nas obras habitacionais que carregam valores de urbanidade, que serão parâmetros para as análises dos três projetos escolhidos como o estudo de caso. Nos itens abaixo pretendemos compreender quais são os valores intrínsecos a cada estratégia, seu embasamento teórico ou rebatimentos, sempre vinculados ao universo que construímos até o momento que circunda o pensamento do arquiteto.

Para complementar e aprofundar o entendimento dos temas abaixo, utilizaremos de outros projetos e obras desenvolvidos por Vigliecca e sua equipe e diversos períodos da sua carreira, com o intuito único de ilustrar as estratégias sugeridas nos textos introdutórios, além de constituir parte deste inventário que a dissertação produz. Portanto, a linguagem do arquiteto, o projeto, deverá ser lido pelas lentes indicadas em cada item e, obviamente, os projetos selecionados são escolhidos pertinentemente para expor o desejado, devem ser didaticamente claros.

Vigliecca extrai o termo *Declinatio* do livro de Stephen Greenblatt denominado *A virada: o nascimento do mundo moderno, de 2010*, quando esse se refere a um poema de mais de dois mil anos do epicurista Lucrécio. O manuscrito era intitulado como *De rerum natura*, ou em português *Da Natureza*. A trajetória do livro se inicia no ano de 1417 com a chegada do humanista Poggio Bracciolini, então ex-secretário papal, a um mosteiro com o objetivo de copiar manuscritos relevantes, quando então se deparou com o tal poema de Lucrécio. A partir de então, o livro trata

a difusão do *De rerum natura* por Florença, inicialmente, e, depois, por todo o ocidente. Segundo o autor, o manuscrito ajudou a “desestabilizar e a transformar o mundo”. (SÁ JUNIOR, 2013)

Chamado de *declinatio*, por vezes, *inclinatio* e mesmo *clinamen*, a *virada*, refere-se ao mais ínfimo movimento, capaz de provocar uma cadeia de colisão e acidentes de partículas com inúmeras combinações, um movimento perpétuo e aleatório da matéria. Vigliecca disserta sobre o tema, considerando que o rearranjo das partículas é o responsável pelo livre-arbítrio, contestando qualquer predeterminação dos movimentos. Para o universo da arquitetura e urbanismo, a apropriação do termo pelo arquiteto deriva da seguinte colocação:

É apostando no poder transformador desta virada, buscando alcançar caminhos que representem novas possibilidades, que concentramos a crença no projeto como um instrumento científico de investigação. Procuramos ler e entender o vocabulário dos sinais da realidade e assim, dar um salto interpretativo, que não parte dos dados e sim de um questionamento deles. Toda relação humana, quer se trate do conhecer ou do agir, tem sempre um caráter interpretativo. Esse salto interpretativo é o próprio discurso materializado em projeto, cujo cerne sempre será um suporte físico adequado para a apropriação pertinente dos espaços, contribuindo para o resgate do sentido de cidadania. (VIGLIECCA, 2018)

Ressaltamos a importância em compreender que nenhuma estratégia pinçada nos itens abaixo são produtos isolados do raciocínio projetual. O percurso de concepção da ideia segue caminhos contínuos e paralelos. Alguns pontos pesam mais nas decisões, outros perdem espaço devido a cada oportunidade de intervenção e seus aspectos singulares e específicos, mas, como observado, os projetos selecionados como estudos de caso usam dessas mesmas estratégias de uma forma ou de outra. Portanto, aqui devem ser vistos como um conjunto de operações que se interagem, sendo decompostos apenas para melhor elucidação do enunciado.

4.1 Supressão de recuos - A quadra como suporte

Figura 69 – Croqui de Le Corbusier para o edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro. Fonte: BENEVOLO, 2009.

Quarteirão como massa construída

Recompor um quarteirão do centro histórico é mais que preencher os vazios com novos programas. Recompôr, nessa proposta, significou conformar frontalidades, alinhamentos e volumetrias, para além da questão compositiva: significou construir território, a partir mesmo das articulações propostas e da dimensão pública recriada.

O vazio — dado pelas circulações e rua interna — é tão estruturador quanto a área construída, que abriga os programas da biblioteca e de apoio. Auditório, café e sala de leitura livre podem funcionar independentes dos horários e do controle da biblioteca, animando o uso da rua interna. (Memorial descritivo do conjunto da Biblioteca do Rio de Janeiro, Héctor Vigliecca).

A primeira estratégia advém de uma determinante sustentada pela tese de Noto (2017), que compreende a unidade da quadra como um campo de ação de escala intermediária entre o planejamento urbano e o projeto de arquitetura, uma unidade que possibilita uma ação coletiva de expressão no tecido e na forma urbana. A sorte de lidar com tal escala está na perenidade da forma, que resiste à ação do tempo, sendo que a forma global prescinde das formas individuais, a ordem dos fatores não altera o produto final. Do ponto de vista social, a construção da rede comunitária é tangível nessa escala e o projeto é capaz de articular os espaços livres e comuns com os domínios privativos, áreas recintos e condominiais com passeios públicos. Essas ações constituem o conjunto quarteirão.

Essa abordagem teórica-propositiva está apoiada na compreensão do vínculo entre o edifício e a cidade. O edifício deve resguardar o desejo e as intenções de um modelo de cidade condensados na sua forma. Esse argumento organiza a hipótese colocada como a primeira estratégia na metodologia de projeto de Vigliecca. O quarteirão é uma unidade de regulação e transformação da cidade.

O tecido urbano é composto e caracterizado pela malha da estrutura viária, quadras, praças e espaços públicos, que são os objetos de atuação dos arquitetos e urbanistas e são os instrumentos de articulação do desenho urbano. Krier (1994) compreende a quadra como um elemento a parte de um entendimento de bairro ou região, uma vez que, circunscrito pelas ruas, deve ser adotado com um instrumento tipológico capaz de promover a construção do espaço urbano, podendo ser composto tanto por um único edifício que o define, quanto um aglomerado de prédios justapostos, situação mais comum na cidade de São Paulo, que se debruça sobre uma matriz de lotes de dimensões residenciais. A ação interpretativa dessa estratégia está em conciliar tais visões sobre a quadra com a condição existente. Portanto, exige-se uma proposta capaz de estabelecer essas relações, não somente a construção de edifícios nos de lotes adjacentes sem uma intenção macro de constituir o quarteirão. (NJAGI, 2015)

O espaço urbano, na condição atual, passiva de agentes transformadores, não é um elemento estático, pelo contrário, está essencialmente em transformação, ativados por diferentes e constantes agentes que pressionam o mercado imobiliário. Para tal situação, os lotes e os edifícios existentes são o foco de ação e intervenção desses, diferente da composição do sistema viário que constitui o conjunto da quadra, pois demandam uma ação pública de maior magnitude para passar por alguma transformação. Dessa forma, compreendemos como o elemento urbano do quarteirão a capacidade de assegurar uma condição morfológica mais resistente às ações do tempo, com o adensamento e renovação dos edifícios que o compõe. (NOTO, 2017)

Panerai et al. (2004) definem o quarteirão também como um elemento rodeado de vias públicas, composto pelo perímetro e o seu interior. O perímetro seria o contato direto com a rua, legitimamente um espaço de caráter público e reconhecível e o interior da quadra como a zona privativa que constitui uma unidade de vizinhança. A integração de usos públicos e privados estão na essência desse elemento. Colocado por Oikonomou (2015), o quarteirão, em seu sentido amplo, traduz a forma essencial do tecido urbano e o esquema de organização de uma cidade. Não devem representar a rigidez da forma, devendo ser capaz de se adaptar a diferentes configurações topográficas como também a diferentes condições socioeconômicas, flexível o suficiente para garantir a ação suporte no desenho urbano.

Quando há fragilidade na composição da quadra como um elemento legível e potente para legitimar o espaço público e contínuo, isso se deve, basicamente, à sobreposição de intervenções em tempos diversos, que carregam, em si, as intenções e motivos de cidades daquele tempo no processo de transformação, com desejos individuais, em que cada uma se tranca nos limites cadastrais do lote. Se para cada lote construído está imbuído um desejo de uma cidade alheia

ou diferente, a miscelânea desses tempos não garantem a continuidade da forma ou a devida consistência para que a quadra se constitua como uma unidade, assim, a leitura é fragmentada.

A ação de Vigliecca sob essa perspectiva é perceptível em diversos projetos que estimulam a lógica do quarteirão, compreendendo a conformação morfológica das preexistências e, a partir daí, oferece ações de projeto que incentivam a manutenção de alinhamentos, recuos e gabaritos, carregando no novo elemento a continuidade formal e, da mesma maneira, aportando desejos de uma cidade que está por vir. É possível afirmar que esse gesto, ou essa premissa de projeto, é tanto investigativa quanto especulativa. Investigativa, pois deve ser capaz de reconhecer as características e as articulações que estão dadas na situação existente, resultados da ação coletiva. É especulativa, pois supõe e estabelece um novo cenário desejado, um novo desenho de cidade superando a individualidade do lote, não como uma unidade autônoma, mas constituinte de uma unidade urbana, que carrega valores de urbanidade, comunidade e vizinhança, benéficos para a construção de um imaginário coletivo.

O composto rua/lote/edifício/áreas abertas representa as quatro camadas de uma visão morfológica da quadra. Por outro lado temos uma aproximação das qualidades sociais. Quando os dois lados estão conectados sob uma mesma diretriz urbana, alocamos um modelo potente de ação no tecido urbano, transformador e, como elucubrado por Oikonomou (2015), o bloco comunitário, como sugere, pode atingir um modelo novo de uma cidade futura e sustentável, através de um aporte sólido da quadra social com coerência formal.

Enquanto projeto, a premissa de resgatar a leitura da quadra como um elemento de unidade na configuração da malha urbana é atingida através de algumas estratégias projetuais decompostas desse elemento. A legibilidade do conjunto é alcançada, buscando a relação franca e direta com o passeio público e com as pré-existências. Além do edifício perimetral extrudado do volume da quadra, a integração de diversos usos além do habitacional transformam o conjunto em parte ativa da cidade, extrapolando a dimensão interna para agregar outras funções e outros usuários e, para tanto, o arquiteto também equaliza a proporção entre edificado e livre. Essa proporção é importante para que não se perca a dimensão urbana e nem a densidade adequada para tal situação, evitando que a ocupação do terreno estrangule as áreas compartilhadas de uso coletivo e/ou público.

4.1.1 Vila Mara - Rio das Pedras

Figura 70 – Croqui - configuração da quadra e acessos. Fonte: www.vigliecca.com.br

Memorial descritivo

O conjunto habitacional Rio das Pedras, localizado no bairro de São Miguel Paulista, é composto por dois blocos idênticos com 296 unidades cada um. Localizado no extremo leste de São Paulo, é resultado do esforço coletivo de centenas de famílias.

O conjunto foi realizado pela prefeitura de São Paulo na qual se priorizaram os mutirões, ou seja, construções feitas com o trabalho de famílias em regime de autogestão, com participação dos próprios moradores.

O partido adotado vai além da fragmentação resultante dos lotes e atinge a escala urbana, enfatizando os espaços públicos de permanência. O espaço é idealizado e projetado como um todo. No entanto, persiste a noção de certa escala local, uma territorialidade que dá aos moradores um sentido de lugar, de identidade, de apropriação. Não são espaços apenas de “passar-por”, mas de “estar-em”. E cuidados e preservados como tal.

O bloco, neste projeto, é resgatado como um elemento estruturador fundamental do tecido urbano, o que propicia maior integração com o entorno e dá sentido de permanência e continuidade aos espaços da cidade.

Ficha técnica

Local: Rua São Gonçalo do Rio das Pedras, Vila Mara, São Paulo/ SP

Data: 1991-2003

Situação: Construído

Contratante: Prefeitura de São Paulo / EMURB

Programa: HABI-Provisão

Equipe: Héctor Vigliecca, Bruno Padovano, Leny Omura, Hélio Rorato, Luciene Quel e Francisco Scagliusi

Construção: Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Rio das Pedras

Gerenciamento da Obra: Awny Mustafa, Meire Godoy, Augusto Camacho

Estrutura: Alleoni Engenharia / José Luiz Pereira

Fundações: Reago

Instalações: Projetar Engenharia / MHA Engenharia

Terraplanagem: Interact

Fotos: Andres Otero

Área livre: 5.732,1 m² (29,9%)

Áreas de quintais: 2.511,2 m² (13,1%)

Área edificada: 10.917,0 m² (57%)

Área de intervenção: 19.160,3 m²

Unidades habitacionais: 592 unidades, 3 tipologias, 45,7 a 76,6 m²

Densidade do entorno: 122,8 hab/ha

Densidade do projeto: 1.152,4 hab/ha

Área comercial: 1.172,8 m² (3%)

Área de circulação: 4.065,6 m² (10,4%)

Área condominial: 219,6 m² (0,5%)

Área residencial: 33.590,4 m² (86%)

Área construída: 39.048,40 m²

Figura 71 – Imagem aérea. Fonte: www.vigliecca.com.br

Figura 72 – Planta | quintais e circulação. Fonte: www.vigliecca.com.br

Figura 73 – Vista pátio interno. Fonte: www.vigliecca.com.br

Figura 74 – Vista externa do conjunto recém construído. Fonte: www.vigliecca.com.br

4.2 Legibilidade - Coligação e continuidades

Figura 75 – City of Composite por David Griffin and Hans Kollhoff. Fonte: Imagem digitalizada do livro *Collage City*, 1975.

A conformação da paisagem urbana é um produto de um ação coletiva e constante de se refazer. É um produto cultural. Considerando o tecido urbano com um palimpsesto, no qual os objetos são implantados, ocultos e sobrepostos, as abordagens recentes, ao que se refere à percepção e assimilação da forma construída, atribuindo, também o fator tempo à análise da paisagem. Kevin Lynch, autor do livro *A imagem da cidade*, publicado em 1960, amalgama diversos conceitos para a atuação do urbanista nesse período de reviravolta teórica. Seu livro se tornou um paradigma para o estudo e a percepção do espaço urbano. O conteúdo apresentado pelo arquiteto americano foi um dos pioneiros na iniciativa de entender o significado que a cidade tem para os seus usuários, identificando suas qualidades e a essência dos seus elementos estruturadores.

Um dos conceitos elaborados por Lynch (1996) é o de *legibilidade*, refere-se à “facilidade com que cada uma das partes da cidade pode ser reconhecida e organizada em um padrão coerente”. Outro conceito desenvolvido atrelado ao anterior que atribuímos a essa estratégia, é a ideia contida no termo *imageabilidade*, que, facilmente, pode ser entendida como a capacidade

de um elemento físico da cidade transmitir uma imagem referência para o observador. Esses são conceitos que objetivam a interpretação da cidade sob a perspectiva do usuário.

A condição de uma cidade imaginável daria ao observador a possibilidade de “absorver novos impactos sensoriais sem a ruptura de sua imagem básica, e cada novo impacto não romperia a ligação com muitos elementos já existentes. Ele seria bem orientado e poderia deslocar-se com facilidade” (LYNCH, 1996)

O conceito de paisagem urbana pode ser aplicado aqui para elucidar nosso propósito. Segundo Cullen (1983), a paisagem urbana pode ser considerada como a arte de tornar organizado e coerente, visualmente, o aglomerado de edificações, ruas e praças, que se somam no espaço urbano. Esse conceito de paisagem respigou na concepção arquitetônica e urbanística, pois, possibilita análises sequenciais e dinâmicas, a partir de premissas estéticas, elementos que provocam e emocionam o convívio na cidade.

Para o entendimento dessa estratégia, as elaborações de Cullen (1983) podem ser profícuas. O autor estrutura o conceito de paisagem por três aspectos: o primeiro é a visão, as percepções sequenciais do espaço construído; o segundo dado é o local, que diz respeito à posição do observador em relação ao espaço; o terceiro aspecto é o conteúdo, cores, texturas, escalas, que caracterizam a malha urbana. A partir de então, o autor apresenta alguns temas que exemplificam situações cotidianas no espaço da cidade. Queremos extrair o estímulo para o perambulante observador em olhar para a cidade. A visão serial faz aparecer um observador mais atento às relações e articulações entre os edifícios e os vazios, os ritmos, as aberturas e a leitura da paisagem.

A apreensão da paisagem está diretamente vinculada à conexão do homem com o seu ambiente e os diversos níveis de interpretação e envolvimento com as transformações que incidem ao longo do tempo. A paisagem é uma declaração da história e um produto dos agentes da sociedade. A Escola Italiana de morfologia fomenta a leitura da paisagem prescritiva, que concede o despertar de um futuro, a partir do entendimento da tipologia urbana. Esse enfoque conduz os novos edifícios à compreensão e à adaptação aos tipos existente e anteriores. A cidade é uma obra contínua e única, um tecido e um organismo que se interage e se relaciona.

Vigliecca se apropria dessa interpretação na leitura tipológica da paisagem, da extensão histórica ao olhar atento ao lugar, defendendo que a intervenção deve contribuir para agregar e consolidar uma gestão do território em busca da transformação, potencializando as virtudes e a ambiência existente com a intencionalidade de dilatar novos desejos da cidade, a partir das próprias condicionantes, que não aprisionam, mas direcionam, repudiando a afeição indiscriminada.

A importância desse estudo para a compreensão do espaço urbano sustenta a tese de soluções não individualizadas. A cidade como unidade é a base comum para a consolidação dessa estratégia. A continuidade da Escola Italiana, palavra-chave para o entendimento da operação

projetual do arquiteto, é um processo ininterrupto, sem rupturas. A apreensão da abordagem tipológica como um conjunto de conhecimentos se atinge com o fazer, com o exercício do ofício e se sedimenta na história. (FERREIRA et al., 2016)

4.2.1 Heliópolis - Gleba A

Figura 76 – Croqui de inserção do novo conjunto.Fonte: www.vigliecca.com.br

Memorial descritivo

Primeiro projeto do Vigliecca & Associados em Heliópolis, maior favela de São Paulo com 125 mil habitantes. O objetivo essencial desse projeto é propor o entendimento de que habitação de interesse social não é um problema de quantidade, de custo ou tecnologia. O objetivo essencial é a construção da cidade.

Isso implica inserir esses empreendimentos na trama ativa da cidade de maneira que o indivíduo que se estabelece nesta área se insira na rede estrutural da cidade.

O projeto propõe uma inter-relação hierárquica de ruas locais ligadas às estruturadoras. Estas, por sua vez, às estruturadoras regionais e, em coincidência com as intersecções, através dos pontos de transporte coletivo, formando uma rede.

Portanto, estamos cientes e convencidos de que integrar um novo projeto urbano no sistema existente é essencial para conseguir os sucessos espaciais, econômicos e sociais.

A metodologia que utilizamos para obter as diretrizes de arquitetura é a de definir uma hipótese de cidade para uma área específica que não se baseia na imposição de um modelo pré-estabelecido e sim na geração de modelo próprio gerado sobre a observação e cultura que o próprio local nos ensina.

A proposta das novas construções interpreta ponderadamente este legado cultural, estabelecendo novos parâmetros básicos que definimos como arquitetura solidária e urbanamente ativa. Solidária porque respeita os vizinhos dos setores de construções já consolidados; urbanamente ativa porque tende a qualificar e dar identidade apropriada e clara a cada setor de intervenção.

Ficha técnica

Local: Rua Francisco Antônio da Silva, Heliópolis, São Paulo/ SP

Data: 2004-2007

Situação: construído parcialmente

Contratante: SEHAB-HABI-SP/ High Tech Consultants

Programa: Bairro Legal

Equipe: Héctor Vigliecca, Luciene Quel, Ruben Otero, Ronald Fiedler, Neli Shimizu, Lilian Hun, Ana Carolina Penna, Gabriel Farias e Thaísa Fróes

Engenharias e instalações: High Tech Consultants

Fotos: Azul Serra

Área livre: 11.896,35 m² (27,51%)

Área do córrego: 2.782 m² (6,43%)

Área do sistema viário: 11.743,1 m² (27,1%)

Áreas de quintais: 768,3 m² (1,78%)

Área existente preservada: 8.587,9 m² (19,86%)

Área edificada: 7.471,3 m² (19,86%)

Área de intervenção: 43.240 m²

Unidades habitacionais: 537 unidades, 4 tipologias, 48 a 62 m²

Densidade do entorno: 174,5 hab/ha

Densidade do projeto: 716,5 hab/ha

Área comercial: 492,4 m² (1,5%)

Área de circulação: 3.434,4 m² (10,8%)

Área residencial: 27.927,75 m² (87,6%)

Área construída: 31.854,5 m²

Figura 77 – Foto inserção. Fonte: vigliecca.com.br

Figura 78 – Foto aérea do conjunto. Fonte: viglicca.com.br

Figura 79 – Foto aérea do conjunto. Fonte: viglicca.com.br

Figura 80 – Foto aérea do conjunto. Fonte: viglicca.com.br

Figura 81 – Corte transversal. Fonte: viglicca.com.br

Figura 82 – Fachada. Fonte: vigliecca.com.br

Figura 83 – Implantação. Fonte: vigliecca.com.br

4.3 O valor do vazio - Proporções e densidades

Figura 84 – Concurso Palácio dos Sovietes - Moscou, 1931
Projeto de Augusto Perret (esq.) e projeto de Le Corbusier (dir.). Fonte:
www.laboratorio1.unict.it

Periferia é tudo aquilo que não tem continuidade, nem repetição, nem sistema. Porém, projetar a periferia não é imprimir-lhe necessariamente uma ordem ou ajudá-la a completar-se ou se redimir [...]. A distância vazia entre as coisas é o tema, e o protagonismo do espaço vazio é a alternativa periférica à contiguidade unificante que é a grande virtude da cidade compacta tradicional. (SOLÀ-MORALES, 1992)

O espaço entre. O espaço intermediário ou de transição. Falamos da imaterialidade e da ausência. Nessa estratégia buscaremos observar a importância da proporção entre cheios e vazios na construção do território. Assim como a demanda por densidade, compacidade, otimização e eficiência na mobilidade e integração do espaço urbano contemporâneo, os vazios proporcionais, consistentes, são de extrema importância na morfologia urbana, com valor dobrado em situação de ausência da ação pública, na qual a luta por terra é feroz e o vazio é subestimado ou desdenhado por tal condição.

Não se trata de áreas residuais, obsoletas e esquecidas, que são partidos decisivos de projeto. A necessidade de explorar extensões abertas, externas, é um instrumento efetivo com a ampliação do significado da sua espacialidade. As bordas são esmaecidas, porém, são espaços legíveis. As grandes praças, os centros cívicos, terrenos de apropriação, respiros atribuem outros valores aos locais de encontro e convivência na cidade.

Como tratamos de ações propositivas do arquiteto sobre o território urbano, por vezes consolidado, a noção do ajuste e da equalização entre os espaços sólidos são enriquecidos com o vínculo direto aos espaços abertos. A massa edificada só é coerente quando amarradas as áreas

suportes. A articulação edificação/rua/entorno deve ser um único elemento e o embricamento entre esses componentes exigem os espaços transitórios. Sob a perspectiva explorada nesse trabalho, o edifício não determina a qualidade da vida urbana, constitui apenas uma das variáveis que configuram o espaço urbano e, da mesma forma, não se encerram nos limites dos lotes. A matéria afeta o vazio, assim como o vazio afeta a matéria.

Gehl (2009 apud ROSETTI, 2012) evidencia o que denominou como a “dimensão socializante” da arquitetura e do urbanismo. Os vazios explorados e introduzidos em muitos conjuntos habitacionais desenvolvidos por Vigliecca almejam atingir tal propósito, estendendo-se além dos limites edificados, as áreas de encontro e sociais. Os vazios aqui sugeridos consistem a base fortificante desse ideal de projeto urbano.

A despeito da proposição inicial entre o modelo da cidade tradicional e a cidade moderna, ressaltamos a inexistência de modelos estanques, mas sim a sobreposição de padrões conviventes. O tecido tradicional não é tão virtuoso e o positivismo industrial moderno não foi de todo danoso. Encontramos nele um fator mediador, híbrido. Evocamos a Cidade Colagem de Rowe e Koetter (1975) para refletirmos sobre a construção da cidade contemporânea. (ROSETTI, 2012)

A implementação dos preceitos modernos à cidade, tende a desequilibrar a relação entre o espaço aberto e o espaço contido, que devem se sustentar mutuamente. Embora opostos, as formas isoladas sobre um território predominantemente aberto levou a consequências desfavoráveis, à construção da cidade contemporânea em qualidade do espaço da cidade. Podemos sugerir duas situações de leitura para a relação entre espaço aberto e contido, como citado, para a proposta moderna. O espaço contínuo é o aberto e o descontínuo o construído, o edifício figura em plano de fundo. Na situação inversa, para cidade tradicional, o espaço contínuo é o construído e o aberto é o descontínuo, ocorrendo a experiência do espaço como interioridade, de limites precisos. O espaço é a figura, necessário para a leitura do espaço contido. (GONSALES, 2002)

O espaço comum, coletivo, nos conjuntos habitacionais, configura-se como intermediário ou de transição, entre a área privativa, interna às unidades habitacionais e a área pública, de domínio aberto. Alguns embricamentos e embaralhamentos dos termos, que podem se desdobrar em definições com os termos semipúblicos e/ou semiprivados, rebatem diretamente na ação do arquiteto e do urbanista, que, mais do que precisar de definições, devem abarcar contribuições que esmaecem as fronteiras. Como defendido por Solà-Morales (2001), a contaminação entre os espaços, a urbanização do espaço privado, reforça a defesa contra a hipotrofia do espaço público, que deve ser dosado e equilibrado, a diluição dos limites é a “riqueza civil e arquitetônica, urbanística e morfológica de uma cidade”.

O tema reside na hipótese de dissolução dos limites frente ao chão da cidade de São Paulo, fomentando a possibilidade de costura entre pequenas contribuições de urbanidade. Exclui-se qualquer possibilidade de argumentação sobre o desenho da cidade moderna, galgada a partir de um tecido já consolidado e legítimo como a cidade existente, porém, escasso em urbanidade e obtuso enquanto civilizatório.

Os limites designados nesse texto não se tratam dos extremos. Ao percebermos quais são as bordas que desenham o entorno, verificamos onde o espaço público se conforma e, em muitos casos, esses espaços apenas brotam de limites imprecisos. Tais bordas não necessariamente cerram um determinado lugar. Essa situação de borda em um espaço urbano e arquitetônico se distingue pela situação de tensão entre dois lugares que se repelem por razões urbanas.

Gomes (2002) define o espaço público como o local onde exercemos nossa cidadania. Segundo o autor, são espaços que propiciam a possibilidade de convivência com outros cidadãos, sem que haja uma uniformidade de interesses. Gomes destaca também que o espaço é “base e condição fundamental para a experiência da liberdade individual, vivida dentro de uma coletividade”.

Serpa (2007) caracteriza o espaço público como o local da tentativa de ação política na contemporaneidade, agregando valor ao pensamento de Hannah Arendt, que discorre sobre a relação do Espaço com o poder.

Em suma, o espaço público deve ser entendido como ambiente de domínio coletivo, o lugar de atuação do poder público. No entanto, o espaço público deve ser entendido também como um local perceptivo de intervenção, de atuação e apropriação. Espaços residuais, resquícios urbanos em que não existe essa percepção, se deterioram, se esvaziam e não compõem cidades. Tão importante quanto as bordas sugeridas anteriormente, e as linhas de tensão entre os conflitos urbanos, é a forma como a arquitetura é capaz de lidar com tais tensões, atuação decisiva para a definição e a qualificação do espaço público. Ou seja, de que forma os edifícios que constroem a cidade se interagem com ela? Como a arquitetura desenha essas bordas?

4.3.1 Paraisópolis

Figura 85 – Croqui - implantação. Fonte: www.vigliecca.com.br

Ficha Técnica

Local: São Paulo/ SP

Data: 2004-2005

Contratante: Prefeitura Municipal de São Paulo

Equipe: Héctor Vigliecca, Luciene Quel, Ronald Werner Fiedler, Neli Shimizu, Ruben Otero, Lilian Hun, Thaísa Fróes, Ana Carolina Penna, Rodrigo Munhoz, Gabriel Farias, Manuela Cabral, Ursula Troncoso, Paulo Serra e Luci Maie

Construção: Hagaplan – Sondotécnica

Área de intervenção: 1.051.504,9 m²

Unidades habitacionais: 3.000 unidades

Densidade do entorno: 123,3 hab/ha

Densidade do projeto: 2.240 hab/ha

Figura 86 – Implantação contígua | cunhas de infiltração. Fonte: www.vigliecca.com.br

Memorial descritivo

Uma das maiores favelas de São Paulo, Paraisópolis está implantada em uma topografia com declividades que chegam a 35%, com a presença de vários córregos abertos e população de 80.000 habitantes.

O projeto propõe a remoção total das habitações assentadas nos fundos dos vales – áreas com maior dificuldade de intervenção, riscos de desabamentos e inundações – e em altas declividades, acentuando a leitura da geografia e transformando-se em eixos urbanos visíveis do conjunto, gerando áreas verdes com equipamentos de lazer.

Novos blocos de habitação, em contraposição às curvas de nível, permitem uma alta densidade com até oito andares através de dois acessos em níveis diferentes, portanto, sem a necessidade de elevadores. Essas habitações devem restituir à população removida os laços sociais existentes agora sobre espaços urbanos de nova identidade.

Os acessos às áreas verdes dos vales estão previstos através de escadas e pátios que dividem os blocos propostos e que atuariam como contenções das altas declividades desses setores de ocupação.

Os conjuntos de habitação propostos geram uma nova ordem urbana originando mais um bairro peculiar ao tecido da cidade.

As ações representam 15% de remoções de domicílios, o equivalente a 3.000 novas habitações.

Este projeto obteve o prêmio de “Melhor Projeto de Intervenção Urbana” (2005-2006) concedido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), São Paulo.

Figura 87 – Axionométrica. Fonte: www.vigliecca.com.br

Figura 88 – Maquete física. Fonte: www.vigliecca.com.br

4.4 Suturas - Integração a malha urbana

Figura 89 – Nigel Henderson, Eduardo Paolozzi, Alice and Peter Smithson. Fonte: www.tate.org.uk

a rua é vista como uma dimensão concreta da espacialidade das relações sociais num determinado momento histórico, mais do que isso, nas ruas se tornam perceptíveis às formas de apropriação, nelas se afluam as diferenças e as contradições que envolvem o cotidiano, enfim, as ruas se revelam como elemento importante de análise da sociedade. (CABRAL, 2005)

A rua corporifica o princípio de ordem arquitetônica, na qual a esfera pública da vida civil é representada. A rua sempre carregou um caráter de elemento fundamental para a construção do espaço público. Assim como o elemento quarteirão explorado anteriormente, a rua como sua, constituinte está diretamente vinculada ao exercício da ação coletiva, suporte da vida ativa da sociedade.

Em um traçado retilíneo e ortogonal, a projeção de um plano de quadricula, a rua superou a condição de passagem tortuosa e esguia entre aglomerados para assumir um papel de maior destaque com o inevitável alargamento nas cidades helenísticas, se tornando um elemento urbano.

Como o conflito entre o modelo da cidade moderna e a cidade tradicional é parte do nosso debate, devemos compreender como esse elemento foi incorporado no desenho urbano para ambos os casos. Na cidade tradicional, a rua e as edificações são entidades inseparáveis. Assim como a arquitetura conforma o espaço da rua, essa condiciona o desenho da cidade e da malha urbana, estando intrinsecamente conectadas. A premissa é ratificada quando a rua é uma

instalação prévia às edificações e à produção seguinte confirma o traçado proposto diretamente. Na proposta sugerida para a cidade moderna, esses dois elementos são distintos, separáveis. O traçado viário é uma elaboração geométrica sobre um plano, sem tridimensionalidade, os blocos não interagem diretamente com as vias, nenhum dos elementos condiciona o desenho para a composição morfológica.

A *promenade* se desenvolveu nas cidades das ruas alargadas, que proporcionavam o mínimo do espaço público, do encontro ocasional. Diferentemente da cidade radiante de Le Corbusier, o passeio era no parque de dimensões infinitas e as vias se ocupavam com o trânsito rápido de veículos. Aos pedestres restavam longas caminhadas em horizontes distantes e a consequência dessas proporções é a eliminação de qualquer senso de intimidade com o lugar e com as pessoas. (GONSALES, 2002)

A rua e a estratégia de integração do projeto com a malha viária, carregam essas intenções, não somente de participar se conectando com as vias de tráfego, mas potencializar o sentido de pertencimento, promovendo espaços de encontro e de circulação, fisicamente conectados. Portanto, é um traço formador, uma estratégia clara de projeto, de arquitetura e de urbanismo. Na parte de compor o todo, a cidade precisa transpassar por entre a área de intervenção. A cidade entra e o conjunto se expande pelas ruas, agora, conectadas.

O elemento da rua extrapola a simples definição do leito carroçável, o espaço do tráfego dos automóveis. A rua da cidade tradicional possui os limites bem definidos e legíveis, um céu, os anteparos laterais como moldura e um chão, falamos de metros cúbicos de domínio coletivos, de onde se projetam as praças, os largos, sendo a expansão momentânea de seus limites, que acomodam as situações cotidianas, amparando a imprevisibilidade da vida urbana.

Em áreas de precariedade, fisicamente exclusas do tecido formal, por assim dizer, as moradias geralmente ocupam espaços que não compõem parte do traçado original definido pelos órgãos públicos ou loteadores, como, por exemplo, áreas de preservação destinadas a usos outros, nos quais a condição topográfica e hidrográfica pesam no sentido oposto à integração da malha urbana. Com tais considerações, o arquiteto assume a integração com o traçado existente, costurando a gleba como participante da malha urbana, suprimindo possíveis barreiras e permitindo o acesso de serviços públicos e infraestruturas sanitárias, expandindo as fronteiras em um contato digno e franco com a cidade dita formal.

Enquanto uma estratégia de projeto, as reconexões devem carregar, além da eliminação de pontos cegos e interrupções, valores de legibilidade urbana e o senso de continuidade com a hierarquia viária de contexto da cidade. Como afirmação e estruturação das novas passagens, são marcadas e reafirmadas pela inserção de novos edifícios habitacionais e/ou comerciais, com o intuito de provocar a identificação com os novos lugares, pontuando as intersecções. As alternativas de percursos, a redução das distâncias, as novas conexões estabelecidas, fortalecem a dimensão pública legítima do elemento da rua, carregando os valores de cidadania para dentro do novo conjunto.

4.4.1 Jardim Nazaré

Figura 90 – Estratégia de conexões. Fonte: www.vigliecca.com.br

Ficha Técnica

Local: Jardim Nazaré, São Paulo/ SP

Data: 2004-2008

Cliente: SEHAB-SP / Programa PAT-Pró Sanear

Área de intervenção: 103.150,5 m²

Área construída: 8.315,9 m²

Equipe: Héctor Vigliecca, Luciene Quel, Ronald Werner Fiedler, Neli Shimizu, Ruben Otero, Thaísa Fróes, Adda Ungaretti, Ignácio Errandonea, Jorge Gerônimo Del Castillo, Camilla Dibaco, Pedro Guglielmi, Fábio Pittas, Paulo Serra e Luci Maie

Infraestrutura e Trabalho Social: Hagaplan. Elisangela Andréia do Canto, Monica dos Santos Dolce Ulzum, Tereza Mieko Moromizato, José Ângelo Figueiredo, Álvaro Velloso de Oliveira, Marcelo Eduardo Porém, Marco Antonio da Costa e Silva, Sérgio Murari Ludemann, José Marcos de Moura Lemes, Daniela Desidera e Maria Luiza Medina Mathias,

Estrutura: CAT Engenharia

Instalações elétricas: Norberto Nery

Instalações Hidráulicas: Daneplan

Sistema Viário: SETEC Engenharia

Unidades habitacionais: 144 unidades, 2 tipologias, 50,5 m²

Densidade do entorno: 153,6 hab/ha

Densidade do projeto: 315,5 hab/ha

Memorial descritivo

Além de se tratar de uma área de risco – a ocupação acentuou a impermeabilização do solo –, o Jardim Nazaré apresentava um dos principais problemas de assentamentos irregulares: a exclusão urbana.

O projeto consiste em intersectar uma nova malha de conexões que potencialize a mobilidade e a integração social das áreas. Essas conexões são marcadas urbanamente com novas arquiteturas com usos residenciais e comerciais, além de escadas e praças arborizadas no percurso. Esse novo traçado interconecta pontos em ruptura da malha existente.

Uma nova centralidade surge no centro do Jardim Nazaré, resultado de uma combinação de calha aberta e tubulação da drenagem do córrego existente. Essa área arborizada e com equipamentos de lazer passivo e ativo se configura como um eixo onde seus dois extremos se encontram: o centro de reunião social e centro cultural com a reabilitação da sede da fazenda.

A arquitetura proposta para substituir as remoções indicadas está constituída por blocos que se implantam escalonadamente, lendo a declividade natural do solo. Os blocos estão separados pelas escadas em espaços vazados, rompendo assim a sensação de bloco contínuo, no entanto sem romper a definição das vielas como espaços públicos de conexão e em continuidade com a malha existente.

Nos térreos, se prevê o uso de atividades comerciais em todo o percurso. As unidades habitacionais previstas têm 60 m², com dois dormitórios, sendo as habitações térreas possíveis de ampliação por meio de edículas. As alturas máximas previstas não superam os 8 m, estabelecendo assim uma volumetria amigável com as casas existentes.

Foi adotado um modelo de drenagem misto: a vazão permanente do córrego que provém da nascente é dimensionada de acordo com as chuvas. Deste modo, teremos um córrego de água limpa e, para atender as demandas das chuvas eventuais, a água passa através de extravasores a uma canalização subterrânea paralela. A calha superficial tem paredes e fundo drenantes a fim de proporcionar umidade necessária para a vegetação proposta. Essa decisão tem por objetivo valorizar e qualificar inequivocamente o espaço público por meio de um recurso escasso: um córrego de água limpa que estará sob controle da população, já que ela se encontra na área de intervenção.

Figura 91 – Implantação. Fonte: www.vigliecca.com.br

Figura 92 – Planta baixa. Fonte: www.vigliecca.com.br

Figura 93 – Corte transversal. Fonte: www.vigliecca.com.br

Figura 94 – Maquete física. Fonte: www.vigliecca.com.br

5 Estudos de caso

Examinar esses projetos nos permitirá identificar alguns conceitos tradicionais nos projetos habitacionais de Héctor Vigliecca, que viemos construindo ao longo da dissertação, muitas das relações expostas nos capítulos anteriores, como também as estratégias sugeridas como base da análise, estarão resguardados em um arcabouço teórico específico. Como exposto, a base teórica está atrelada a um determinado período da história da disciplina, porém é importante compreender a atualidade dos temas colocados e a relevância para a atuação nas cidades. Torna-se oportuno estabelecer uma nova referência fundamental para as apostas contemporâneas, principalmente os enfrentamentos em habitação social, advindas de premissas outras, especialmente nas ações públicas de promoção habitacional na capital paulista.

Dada a importância que a habitação representa no território urbano, atribuí-se novamente a responsabilidade que essas edificações desempenham a composição da forma urbana. Queremos avaliar como o arquiteto traduz o seu pensamento acerca do homem e sua posição na cidade, das relações de convivência e da vida coletiva, através das chaves operacionais depuradas anteriormente.

Para a leitura do projeto e para o propósito da dissertação, serão considerados os dados de projeto, anterior à execução da obra. Apesar de se tratar de três obras construídas, as muitas forças externas ao projeto incidem diretamente na sua execução e podem ou não deformar seus intentos iniciais. Mas, deixamos a ressalva da importância de conhecer e reconhecer as obras finalizadas, especialmente para o cruzamento entre as intenções formadoras sobre o fator realidade, que pode, por muitas vezes, diluir os anseios de projeto.

Figura 95 – Localização dos três projetos selecionados na cidade de São Paulo.

5.1 Casarão do Carmo

Figura 96 – Croqui - Vista interna do conjunto. Fonte: vigliecca.com.br

Ficha técnica

Local: Rua do Carmo, São Paulo, SP

Data: 2003-2017

Situação: construído

Contratante: COHAB-SP

Programa: Morar no Centro

Equipe: Héctor Vigliecca, Luciene Quel, Ronald Werner Fiedler, Ruben Otero, Lilian Hun, Ana Carolina Penna, Mario Echigo, Fausto Chino, Indiana Marteli, Maíra Carrilho, Yuri Vital, Paulo Serra e Luci Maie

Estrutura: Pedro Telecki

Instalações: Oaci Picolo e Alceu Belqueldo Filho

Orçamento: Mário Scarpelli

Topografia: Carlos Haak

Área livre: 170,2 m² (31,4%)

Área existente preservada: 97,1 m² (17,9%)

Área edificada: 275,1 m² (50,7%)

Área de intervenção: 542,40 m²

Unidades habitacionais: 25 unidades, 2 tipologias, 31 a 39 m² (21 unidades construídas)

Densidade do entorno: 112,5 hab/ha

Densidade do projeto: 922 hab/ha (2 pessoas/unidade)

Área de circulação: 255,55 m² (21,6%)

Área condominial: 182,3 m² (15,4%)

Área residencial: 746 m² (63%)

Área construída: 1.183,85 m²

Figura 97 – Inserção urbana. Fonte: Google maps

Memorial descritivo

Conjunto projetado para a COHAB (Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo) que consiste na transformação do Casarão do Carmo em centro social e de lazer para os moradores. O edifício, tombado pelo Patrimônio Histórico, foi construído no final do séc. XIX segundo projeto do arquiteto George Krug. O casarão foi sede do bispado e residência dos bispos. A igreja, inaugurada em 1810, estava localizada no caminho que vem do litoral e anunciava a chegada dos ilustres a São Paulo. Em seu interior, há uma imagem em madeira do Bom Jesus, datada do século XVI.

O projeto visa reforçar a relação direta entre a residência individual e a cidade, estabelecendo o compromisso individual e inequívoco com as áreas públicas e uma realidade urbana específica. Propõem-se, então, acessos particularizados (acessos de vizinhança), eliminando circulações e escadas gerais coletivas. Esses acessos de vizinhança são espaços de extensão da residência e, portanto, de responsabilidade dos próprios vizinhos.

O objetivo é inserir o monumento histórico como um novo significado na estrutura da cidade. Uma nova área pública atravessa o casarão, gerando novos moldes de usos e de percepção do conjunto. Esse novo espaço público estará em continuidade franca e legível com a estrutura pública existente, não gerando exclusão e potencializando as leituras das volumetrias dos prédios históricos existentes, ponderando os gabaritos de modo solidário aos novos edifícios circundantes. O projeto pretende obter o máximo de valores éticos com a mínima área oferecida às unidades habitacionais.

Propõe-se aqui estabelecer no centro da habitação, o conjunto formado pela cozinha, lavanderia e jantar – centro da atividade privada da família. Essa proposta nos obriga incluir no projeto um mobiliário fixo mínimo que facilite a organização correta do cotidiano.

A experiência de projetar no centro de São Paulo, num contexto alheio às condições que até então eram referidas à produção de habitação de interesse social, em geral, periféricas, é, de imediato, rica para a produção de conhecimento. A contínua construção e ressignificação dos espaços urbanos, especialmente nos países em desenvolvimento, colocam diversas oportunidades de aproximação para os arquitetos e urbanistas, entre elas, o enfrentamento da dualidade do abandono das áreas centrais e o espraiamento das áreas urbanas. No caso do Casarão do Carmo, a situação está entremeada com uma condição de precariedade habitacional sobreposta ao tema de bens patrimoniais relevantes em deterioração.

A proposta foi encomendada pela Companhia Habitacional do Município de São Paulo (COHAB) com a tarefa de abrigar as 25 famílias que viviam em situação de cortiço nesse lote de configuração longitudinal, entre a Rua do Carmo e a Rua Tabatinguera, com o dever de prover condições dignas de moradia. Interessa-nos, nesse projeto, a sobreposição dos tempos na cidade, sua concretude e a materialização do espaço construído, especificamente num contexto consolidado, intercalam-se edifícios tombados, edificações degradadas e novos empreendimentos.

Figura 98 – Foto interna do lote antes da intervenção. Fonte: www.vigliecca.com.br

Em 1991, foi aprovada a lei municipal nº 10.982, conhecida como *Lei Moura*, que estabelece as definições que caracterizam uma edificação como cortiço, determinando as condições mínimas de habitabilidade e os termos para a sua fiscalização. A lei também ampara o combate à exploração abusiva de aluguéis. O Decreto nº 33.189/93 regulamenta a Lei Moura, que preconiza multas e desapropriação por utilidade pública ou interesse social se descumpridos tais regramentos. (GATTI, 2011)

A gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992) foi destacada pelo professor e arquiteto Nabil Bonduki, que no período de 1989 a 1991, foi superintendente de Habi, órgão responsável, dentro da Sehab e da PMSP, pela execução da política de habitação popular. Bonduki (1991) afirma que, naquele período, a postura política era de buscar reverter o grave quadro habitacional da cidade com resultados concretos. Um dos pontos mais importantes dessa gestão foi o avanço imprescindível para consolidar o vínculo das políticas públicas e os gestores, ampliando a abertura aos movimentos sociais.

No final da gestão, os mutirões Celso Garcia e Madre de Deus estavam quase concluídos; Imoroty, Pedro Fachini, Eiras Garcia e a Vilinha 25 de janeiro estavam com as áreas adquiridas e convênios assinados. Nesse mesmo momento, o lote onde havia o cortiço da rua do Carmo foi desapropriado. Nas prefeituras seguintes de Paulo Maluf e Celso Pitta, de 1993 a 2000, os empreendimentos que estavam em curso foram descontinuados. Também a equipe responsável pelo programa de cortiços, direcionaram a atenção nesse período à população em favelas. Em 1998, o Estado e a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo), formalizaram o Programa de atuação em cortiços efetivado apenas em 2002, com a formalização da parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BDI). Os

instrumentos firmados pelo programa foram: Carta de Crédito; aquisição, reforma ou ampliação de cortiços; aquisição de imóveis vazios em áreas próximas aos cortiços a serem destinados à moradia dos beneficiários e ajuda de custo para as famílias sem renda ou sem interesse em assumir financiamento habitacional. (AMARAL, 2002)

Figura 99 – Foto aérea antes da intervenção. Fonte: www.vigliecca.com.br

Na gestão da prefeita Marta Suplicy, que se iniciou em 2001, tendo Paulo Teixeira como Secretário da Habitação, foram retomados os convênios com os moradores através da criação do Programa *Morar no Centro*, que resgatou e deu continuidade ao programa de cortiços da prefeita Luiza Erundina. Com a retomada, foram concluídos os conjuntos Celso Garcia e Madre de Deus, iniciando diversos outros empreendimentos, inclusive o conjunto para o Casarão do Carmo. (GATTI, 2011)

O Movimento de moradia do Centro (MMC), com os moradores do Casarão do Carmo, emitiram uma carta aberta à população de São Paulo em defesa da retomada da obra, segue a transcrição abaixo:

O Movimento de Moradia do Centro MMC e os Moradores do Casarão da Rua Carmo, com o apoio de diversas Entidades, vem através desta Carta, expressar sua indignação com a Prefeitura de São Paulo, que de forma inexplicável paralisou o Empreendimento habitacional do Casarão do Carmo.

Desde a gestão da então Prefeita Luiza Erundina, este projeto de Habitação de Interesse Social - HIS fazia parte do Subprograma de Cortiços da Secretaria Municipal de Habitação. Neste Programa, o Imóvel do Casarão, foi adquirido, com o objetivo de construir 25 unidades habitacionais para as famílias que já residiam no local. Durante a Gestão do Prefeito Paulo Maluf e Celso Pita, as famílias permaneceram morando no local e o Projeto não foi realizado. Na gestão da Prefeita Marta Suplicy, o diálogo com as famílias foi retomado no sentido de construir o empreendimento.

No local havia aproximadamente 52 famílias, parte delas foi para o programa de locação social no Parque do Gato e outras 25 famílias passaram a aguardar a construção do empreendimento da Rua do Carmo, recebendo uma “Bolsa Aluguel” da Prefeitura. O então Secretário de Habitação Paulo Teixeira, à época, assumiu por diversas vezes, inclusive no GT dos Movimentos do Centro, o compromisso que estas famílias seriam atendidas na Rua Carmo, quando o empreendimento fosse concluído. Durante a discussão e encaminhamento do Plano Diretor Estratégico à Câmara Municipal, a área do referido conjunto habitacional da Rua do Carmo foi consolidada como uma Zona Especial de Interesse Social - ZEIS.

No primeiro ano da gestão do prefeito José Serra em 2005, as obras do conjunto da Rua do Carmo foram paralisadas, e mesmo com a pressão do Movimento, nunca mais foram retomadas. O Movimento pediu apoio para sua situação ao Ministério Público e a Defensoria Pública. Em abril de 2009, foi realizada audiência pública pela Comissão de Política Urbana da Câmara Municipal de São Paulo, com a presença de agentes municipais, com a participação dos Moradores e do Movimento.

Houve visita dos Vereadores da Comissão de Política Urbana no empreendimento, que constataram a grave situação das famílias do projeto, no entanto, ainda, sem qualquer efeito prático, já que, as obras não foram retomadas. Depois de tanta luta do Movimento, a atual gestão do Prefeito Kassab sem dar solução para o problema, ofereceu as famílias uma carta crédito, que pelas condições apresentadas não garante moradia no centro para todas as famílias. Esta proposta é inaceitável, pois além de excludente, reforça ainda mais política higienista da atual administração, que não quer saber de pobre morando no centro. O Movimento de Moradia do Centro e Moradores da Rua do Carmo rejeitam a proposta da prefeitura e exigem a retomada imediata das obras do Conjunto, já que a bolsa aluguel das famílias está encerrando seu prazo e não aceitam o engodo da Carta de Crédito. As famílias não aceitam serem empurradas para periferia da cidade, e continuarão a sua luta em defesa do Projeto da Rua Carmo. Moradia Digna Já!! (Agosto de 2009)

A outra interface do projeto é a Igreja da Boa Morte, conjunto arquitetônico tombado pelo Estado de São Paulo em 1974, localizado na esquina com a Rua Tabatinguera. A igreja pontua um caminho histórico para a cidade de São Paulo, a subida ao planalto e a ligação com o mar, a entrada daqueles que vinham da região do Ipiranga em direção à cidade. Construída em taipa de pilão e adobe, no ano de 1810, ficou conhecida como “a igreja das boas notícias”. O repicar dos sinos traziam novidades, sua posição geográfica privilegiada permitia avistar os que chegavam da Serra do Mar. Reza a lenda que foi através de seus sinos que, em 1822, o imperador D. Pedro I foi saudado pela cidade, logo após proclamar a Independência do Brasil.

Figura 100 – Rua do Carmo, 1910. Fonte: www.saopauloantiga.com.br

A problemática da construção de habitação dentro de um tecido consolidado se reduz a construir a cidade, estabelecer continuidades (base para o reconhecimento de um território urbano), eliminar rupturas e barreiras; e construir uma escala apropriada e solidária com o contexto, mas sem literalidades nem uso de caducos modelos pré-determinados. (Héctor Vigliecca para o concurso HabitaSampa, disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/04.040/2290?page=14>>).

Figura 101 – Maquete física. Fonte: www.vigliecca.com.br

Reconhecer essa situação significa articular e propor situações de cidade, que valorizem a experiência e desencadeiem a transformação. Mais que uma abordagem assertiva, considera-se ainda o caráter especulativo da proposta. (RUBANO, 2014). Atuar na área central da cidade de São Paulo com todas as virtudes e demandas contidas expande qualquer ação projetual. Trata-se de pensar criticamente sobre formas de apropriação, reconhecimento, identidade e usos para diversas escala: da quadra, da rua, dos equipamentos, mas também da escala reduzida, das distâncias peatonais, da vida cotidiana e do lugar. (RUBANO et al., 2012)

A premissa de projeto injeta uma questão pertinente à construção das cidades contemporâneas: a necessidade de propor habitação e resgatar as marcas de todo o processo histórico da construção. O resultado se eleva ao propor um novo uso com programas complementares, um aspecto marcante que se revigora ao valorizar as preexistências e acoplar estruturas novas. (RUBANO, 2014)

Um projeto de dimensões ajustadas, o edifício como um fragmento da malha urbana, que, quando em sintonia a dinâmica urbana existente, é capaz de potencializar e modificar a favor de uma construção coletiva da cidade. O projeto para o Casarão do Carmo, apresenta elementos suficientes para discutir a construção das cidades através do projeto do edifício. Dadas as condições extraordinárias deste projeto, Vigliecca faz uso dos instrumentais de projeto para investigar uma possibilidade de interpretação crítica e inventiva, em busca de uma realidade desejável, advindas de uma leitura meticulosa das estruturas físicas e sociais existentes. (ARAÚJO, 2012)

O gesto formador do projeto foi a introdução de uma rua no interior da quadra, um elemento estruturador de maior significado, transpondo e valorizando a casa episcopal como

equipamento público. A Igreja da Boa Morte surge como complemento programático ao habitacional, ganhando visibilidade urbana. Mora-se, agora, de frente para a rua. O interior da quadra se torna visível. O lote agora se abre como espaço público articulador. A grandeza do projeto do Casarão do Carmo, apesar da escala, é o resultado preciso de um ajuste, que articula gabaritos e divisas, reestabelecendo a relação possível e desejada com o espaço público. Nesse caso, a rua criada é um elemento legível como espaço público, reconhecido e vivenciado pela população. (RUBANO, 2014). A condição de moradia encortiçada ganha luz e acesso direto à rua interna, os monumentos históricos são subvertidos e ganham contorno e nitidez. (RUBANO et al., 2012)

Figura 102 – Esquema: casa paroquial e intervenção/ Ocupação proposta/ Circulação. Fonte: Imagem digitalizada do livro *O terceiro território*, 2014.

Figura 103 – Pavimento térreo. Fonte: www.vigliecca.com.br

O conjunto se organiza dispondo de duas lâminas paralelas encostadas nos limites do terreno e se abrem para a rua interna, abrigoando as 25 unidades habitacionais de no máximo 39m², estratégia que garante ao morador a possibilidade de morar de frente para uma rua pública. O edifício de maior dimensão, alinha-se à divisa lateral de maior dimensão do terreno com cinco pavimentos, acomodando o total de 19 unidades habitacionais. Enquanto o de menor dimensão aproxima-se da igreja com apenas três pavimentos, contendo seis unidades habitacionais.

As unidades habitacionais são mínimas, por assim dizer. O tema tão discutido de forma abusiva no início do século, como grande tema da modernidade, da máquina de morar, sempre foi interpretado como uma contrapartida ao que deveria ser um generoso espaço público. Para o conjunto do Casarão do Carmo não é diferente, a unidade não é o partido definidor do projeto, mas resultado de uma proposta de vontades maiores. A resposta novamente não é numérica. As unidades se acomodam após a solução da implantação dos conjuntos por decisões tipológicas. As circulações horizontais são prescindidas com a solução de uma caixa de escada para duas unidades espelhadas e se estruturam de tal forma para que todas se voltem para o espaço central da rua.

Figura 104 – Planta da unidade. Fonte: Imagem digitalizada do livro *O terceiro território*, 2014.

O arquiteto exalta o exercício de interpretação da realidade, valorizando os elementos contextuais e externos ao edifício novo, a lógica urbana existente carrega o tempo e as características específicas desse trecho de cidade. Como afirma Rubano et al. (2012), o projeto habitacional para o Casarão do Carmo é o resultado interpretativo com ajustes precisos de gabaritos, divisas, articulações e espaço público da rua. Em áreas centrais, o reconhecimento da rua como espaço social e vivo é pulsante. Em áreas densas, o espaço exterior deve ser lido também como uma compensação ao espaço constrangido das unidades que se extrapolam para as áreas exteriores. É uma contrapartida importante que se soma aos acessos e às infraestruturas de transporte e equipamentos.

A leitura do arquiteto para compreender as especificidades do lote foi: lindeiro ao patrimônio, com a incumbência de prover habitação de interesse social, preservar e elevar a condição da Igreja enquanto monumento e sua representatividade, sob a pretensão de agregar valores urbanos carregados pela inserção de uma nova estrutura pública, deixando uma mensagem clara e explícita sobre suas convicções quando atuante no tecido urbano. As novas edificações

agora fazem frente à rua, à calçada, abrindo as portas, diretamente, para o espaço coletivo, uma ação interpretativa que o evoca a relação das quadras de edifícios perimetrais dos centros urbanos tradicionais.

O interior da quadra é desvelado. Supera-se o que antes era tratado como parcela/lote e cria-se um espaço articulador. A casa paroquial marca essa passagem de conexão entre as ruas, a coligação das estruturas potencializam a dimensão urbana do conjunto. Através da antiga casa do bispo, atravessa-se à rua central, garantindo visibilidade e cidadania, tornando-se parte do território urbano antes deteriorado.

O Conjunto do Casarão do Carmo é uma resposta a essas condicionantes contemporâneas, se propondo a incorporar e reconhecer elementos pré-existent da paisagem, elevando o monumento histórico a um novo significado na estrutura urbana. Esse é um gesto contundente, que reforça a relação da residência individual e a cidade, compromisso assumido com as áreas de domínio público em uma realidade urbana específica. Propõe-se respostas projetuais ao desafio de construir em um contexto densamente edificado. (RUBANO et al., 2012)

O fato do conjunto sofrer de um tempo extremamente dilatado para sua conclusão, devido, talvez, às condicionantes externas ao que poder público está submetido, acometeu a obra em muitos aspectos. Muitas das premissas indutoras do projeto inicial foram abstraídas e nos serve como um efeito comparativo relevante, pois, podemos refletir sobre a essência do projeto, que quando abandonada prejudica os aportes de um projeto urbano.

11 de janeiro de 2018, um dia após a inauguração do conjunto, Nabil Bonduki fez uma declaração emocionado nas redes sociais:

No período de 1989-1992, quando eu era Superintendente de Habitação Popular do governo Erundina e responsável pelos programas habitacionais alternativos da prefeitura, tivemos a ousadia de propor um programa de moradia no centro, para os moradores de cortiços.

Fomos muitas vezes chamados de utópicos e malucos: pobres vivendo dignamente no centro era visto como uma anomalia.

Mas fomos em frente, e alguns projetos se viabilizaram e viraram referência quando essa agenda ganhou mais adesão.

Um desses projetos era paradigmático: Rua do Carmo. Um cortiço em um casarão tombado a cem metros da praça da Sé. Levamos adiante com a ideia de compatibilizar habitação social com patrimônio; habitação social no centro da cidade bem no coração.

Levou quase trinta anos mas ficou pronto. Uma epopeia. Vejam:

Em 1988, os moradores com o apoio de uma entidade de apoio aos diretórios humanos (Gaspar Garcia), conseguiram retirar o intermediário que os explorava.

Em 1989, criamos o programa de cortiços, no governo Erundina. Desapropriamos o antigo casarão e fizemos, com a participação das famílias, o primeiro projeto (de autoria do arquiteto Paulo Bastos), que envolvia o restauro do casarão tombado e um novo prédio no quintal pois era necessário alojar todas as famílias e no casarão não cabia.

Parou tudo com Maluf, aquele desastre. Mas a esperança nunca abandonou aquele grupo.

No governo Marta, o programa foi retomado e a Cohab fez um novo projeto, licitou e

começou a obra. Mas a obra parou com problemas com a empreiteira que abandonou o canteiro.

Ficou parado mais dez anos, sem prioridade no período Serra e Kassab.

A obra retomou no último ano do Haddad e estava quase pronta em dezembro de 2016. Foi inaugurada ontem.

Fiquei emocionado, pois uma semente plantada há quase trinta anos como uma utopia se torna realidade. As mesmas 21 famílias que viviam no cortiço irão morar dignamente no novo projeto. E o casarão está preservado.

Pena que aquilo que devia ser uma das primeira experiências de uma produção em massa de habitação no centro permanece como um projeto isolado. Uma árvore, plantada com carinho, mas que não virou uma floresta.

Muitos militantes e técnicos de organizações de direitos humanos e das gestões Erundina, Marta e Haddad contribuíram para esse projeto, mas a grande vitória é do movimento de moradia, em especial do MMC, Movimento de Moradia do Centro, que nunca desistiu da luta.

Figura 105 – Vista do conjunto concluído. Foto: acervo do autor

Figura 106 – Vista do conjunto concluído. Foto: acervo do autor

Figura 107 – Vista do conjunto concluído. Foto: acervo do autor

Figura 108 – Vista do conjunto concluído. Foto: acervo do autor

5.1.1 Leitura do projeto

A constituição da quadra para o projeto do Casarão do Carmo, a primeira estratégia que elencamos como uma recorrente do arquiteto e geradora de urbanidade, é utilizada nesse projeto através de um raciocínio inverso. Queremos dizer que, ao invés de se utilizar das novas edificações como um partido morfológico que resgate o volume da unidade da quadra, como apresentamos para a proposta do conjunto Rio das Pedras, aqui, o gesto cinde a quadra em dois trechos ou duas quadras de diferentes dimensões. Anteriormente, o quarteirão era compreendido pela massa edificada e delimitada pelas ruas: do Carmo, das Flôres, Silveira Martins e Tabatinguera. Então, o arquiteto propõe uma nova rua, pública, não condominial, que atravessa o lote, de tal forma que transforma a casa paroquial em um portão de acesso para a nova rua e na outra esquina desenha um novo arremate.

O edifício que abriga o maior número de unidades acomoda a nova frente urbana para a quadra com maiores dimensões. Do outro lado, o pequeno edifício recebe as seis unidades complementares. A perspicácia da ação de desmembrar em dois corpos de quadra está na compreensão da importância patrimonial da Igreja da Boa Morte, que ganha uma nova leitura com destaque devido à inserção da nova rua, descolando-se, um exercício eficaz para a imagem da cidade.

Para a segunda estratégia, coligação e continuidade, Vigliecca faz uma leitura bastante atenta e específica para o local de implantação. Importa a relação direta com as edificações lindeiras, as medianeiras, os limites e os gabaritos. A nova edificação conecta e se desenha a partir do dado, com a continuação e a prolongação dessas linhas existentes.

No corte indicado abaixo, essas intenções são muito bem ilustradas. A edificação de maior dimensão com cinco pavimentos está alinhada ao edifício vizinho, não ultrapassa e não se rebaixa, se ajusta. Ao se aproximar da casa paroquial, um pavimento é retirado para que a edificação se alinhe ao gabarito do Casarão. O projeto é resultado da somatória dessas conexões, desses pormenores que alavancam a dimensão interpretativa do objeto. Ele nasce a partir das premissas dadas e uma leitura rente do existente, não é uma resposta rasteira ao número de unidades que devem ser atendidas.

Figura 109 – Corte longitudinal. Fonte: vigliecca.com.br

É importante ressaltar que essas características não são meros caprichos. A estratégia de legibilidade para o conjunto almeja a integração com os componentes da quadra, da cidade, se lançam além lote e provoca ao usuário e ao cidadão. Na leitura do todo, percebe-se a Igreja, percebe-se o Casarão. Assim como os novos edifícios, a leitura é expandida. Dessa forma, a cidade vista como conjunto, não somente a somatória de edifícios lado a lado, são os elementos que compõem a quadra nesse trecho da cidade.

O edifício menor simplesmente se apoia do outro lado, junto à igreja. Para tal situação, esse novo elemento não usa da mesma estratégia. A necessidade aqui é de recompor a nova frente para a rua projetada e dar visibilidade para a igreja da Boa Morte. Portanto, apenas se ampara na divisa, mas não se impõe da mesma maneira, pois, são dois pesos distintos: a Igreja se eleva a um novo marco para a esquina.

Figura 110 – Corte com vista para Igreja da Boa Morte. Fonte: www.vigliecca.com.br

O vazio, ou a composição entre cheios e vazios para esta solução, está apoiado na criação da nova rua. Devido à condição diminuta do lote, buscou-se a integração das estratégias projetuais, na qual exatamente reside a riqueza do projeto, que não pondera devido à tal situação. A inserção da rua interna aloca essas intenções. A área ofertada como espaço livre e comum é de mais de trinta por cento do lote, considerando a área existente do casarão, é expressiva, de dimensões suficientes para acomodar as novas famílias e ainda atingir uma densidade surpreendente e superior ao entorno, mas, inegavelmente coerente para essa situação central. A solução do vazio linear longitudinal ao lote, acompanhando a frente de ambos dos edifícios é, sem dúvida, acertada, pois evita qualquer situação residual, a supressão dos recuos laterais e frontal para essa condição urbana é adequada. A rua, como sempre, comporta a circulação e a travessia, como também a permanência e o lazer.

A integração, a malha nesse projeto, talvez seja a estratégia de menor peso, obviamente por suas dimensões, diferentemente do conjunto para o Jardim Nazaré apresentado, anteriormente, de alcances territoriais. No entanto, não é desconsiderada, uma vez que sugerimos considerar o mesmo argumento para o equilíbrio entre cheios e vazios. A rua criada carrega essas atribuições. Por se tratar de uma quadra central de dimensões próximas às tradicionais, a cisão da quadra não ocorre por ajustes dessas distâncias, da mesma maneira, a provocação que cruza a quadra através do Casarão não é inserida pela necessidade de aumentar as travessias, mas, a ação deve lidar pelos desejos de atribuir urbanidade ao lote.

Apesar da possível contradição, considerando que não houvesse necessidade funcional para nova rua, ou novo cruzamento, é coerente quando seu uso é apenas para pedestres, não se tratando, portanto, de uma integração viária e sim da expansão dos percursos e caminhos pelo

centro da cidade. Oportunamente, a inflexão da quadra na esquina da rua Silveira Martins com a Tabatinguera se torna convidativa, pois se amplia com um espaço de alargamento.

A casa paroquial é um grande portal dessa travessia e pontua o acesso, proporcionando a vivência do patrimônio tombado junto ao espaço público. A integração com a cidade e com os percursos são necessários para além da sua funcionalidade. A acessibilidade e os metros lineares de calçada são expandidos e alargados para dentro do lote por motivações urbanas e civis.

5.2 Gleba H - Residencial Sílvio Baccarelli

Figura 111 – Croqui - Implantação do conjunto. Fonte: www.vigliecca.com.br

Ficha técnica

Local: Rua Coronel Silva Castro, Heliópolis, São Paulo/ SP

Data: 2009-2013

Situação: Construído

Contratante: SEHAB-HABI-SP

Programa: Urbanização de Favelas da Prefeitura de São Paulo

Equipe: Héctor Vigliecca, Luciene Quel, Neli Shimizu, Ronald Werner Fiedler, Caroline Bertoldi, Kelly Bozzato, Pedro Ichimaru, Bianca Riotto, Paulo Serra e Luci Maia

Gerenciamento: Consórcio Domus

Fundações: Geobrax

Estrutura de concreto: MR

Instalações: HProj

Construção: Consórcio Urbanizar (Construbase e Engeform)

Área livre: 6.477,4 m² (58%)

Área existente preservada: 1.213,5 m² (10.9%)

Área edificada: 3.474,3 m² (31,1%)

Área de intervenção: 11.466,50 m²

Unidades habitacionais: 200 unidades, 3 tipologias, 40 a 54,8 m²

Densidade do entorno: 174,5 hab/ha

Densidade do projeto: 716,5 hab/ha

Área comercial: 306,8 m² (2,2%)

Área de circulação: 2.572,8 m² (18,4%)

Área condominial: 346 m² (2,5%)

Área residencial: 10.724,3m³ (76,9%)

Área construída: 13.950 m²

Figura 112 – Inserção urbana. Fonte: www.vigliecca.com.br

Memorial descritivo

Este projeto de urbanismo e habitação realizado em Heliópolis, das maiores favelas do Brasil localizada na zona sul de São Paulo, é o segundo do escritório do Vigliecca & Associados no local. O primeiro, realizado na gleba A, foi concluído em 2012 e acabou servindo de parâmetro aos moradores quando surgiu a oportunidade de um novo conjunto habitacional na região, desta vez na gleba H, que solicitaram habitação nos moldes dos edifícios da Gleba A. O maior desafio deste projeto foi integrar novos edifícios a um antigo conjunto habitacional da COHAB, cujo projeto incompleto – de nove prédios, apenas cinco foram construídos, três ficaram inacabados e um foi destruído pelo fogo – gerou um espaço irregular vazio que foi ocupado por barracos. A proposta era organizar e dar forma aos espaços vazios deixados entre os prédios, onde moradores viviam de forma precária e insalubre, com novos edifícios, migrando os moradores dos barracos para os apartamentos, criando espaços públicos e áreas de lazer. Além disso, reurbanizar a área e fornecer uma articulação entre pedestres e veículos, área pública e área privada. Após a demolição dos prédios construídos parcialmente e danificados e a remoção dos barracos, foi realizada a requalificação do espaço. Criou-se um sistema viário interno, onde não há guias nem sarjetas, reforçando a ideia de unidade. A drenagem superficial se dá no eixo da rua, e as novas unidades habitacionais estão integradas com os blocos existentes. Também foi criada uma área de lazer, com playground, praça e uma quadra poliesportiva, instalados equipamentos de iluminação (postes para iluminação da quadra e da praça) e realizada arborização. Optou-se por edifícios baixos, de diversas tipologias, de no máximo cinco andares, a fim de gerar uma relação amigável com os pré-existentes e a vizinhança. Ao todo, foram criadas 200 unidades, de 50 metros quadrados e dois dormitórios cada.

A favela de Heliópolis é uma das maiores ocupações da cidade de São Paulo e do Brasil, totalizando uma área de aproximadamente 3 milhões de metros quadrados no bairro do Ipiranga, zona sul. Até o ano de 1942, a área era de pertencimento da família Penteado, que construiu 36 casas para a locação e a geração de renda. O agrupamento formava o conjunto residencial Vila Heliópolis. As casas cercavam a área urbanizada, reservando o restante da gleba para acomodar uma fazenda de árvores frutíferas e duas lagoas de água potável. A terra foi adquirida pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), com a finalidade de construir casas para os associados, destinação que nunca se concretizou.

Na gestão do prefeito Figueiredo Ferraz, no ano de 1971, a Secretaria do Bem Estar Social (SEBES) foi responsável pela transferência de 150 famílias da favela da Vila Prudente para a chamada Vila de Habitação Provisória (VHP) em Heliópolis, um programa de desadensamentos das ocupações. A VHP foi um alojamento construído em madeira e com banheiros coletivos, com o propósito de servir como moradia transitória. A instalação desse alojamento, que se converteu em uma instalação permanente, fomentou o início da ocupação da área, ocasionando um salto para 2.550 moradias cadastradas em 12 anos após a instauração da VHP, período de intensa ação de grileiros. (MOREIRA, 2017)

Figura 113 – Alojamentos Provisórios - Núcleo Heliópolis. Foto: Jorge Araújo, 1982

Na década de 80, a população residente se organizou para criar a Sociedade de Amigos e Moradores da Favela Heliópolis, com o apoio da paróquia de Vila Arapuá e da Secretaria da Família e Bem-Estar Social (FABES). Nesse momento são inaugurados os programas PRÓ-ÁGUA E PRÓ-LUZ, subprogramas do programa PROFAVELA, desenvolvidos pela Prefeitura do Município de São Paulo. Inicia-se uma mudança importante na forma de abordar os assentamentos precários pela ação pública, que não é tratada como uma questão social temporária, demandando a atenção necessária como um problema mais amplo.

Em 1984, após uma intensa reivindicação dos moradores, foi engendrada uma articulação entre a Prefeitura Municipal de São Paulo, o Instituto de Administração da Providência e Assistência Social (IAPAS) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), com propósito de transferir a área para posse do BNH. Efetivada a transferência, a área foi então repassada à Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB), ensejando a construção de moradias dignas para as famílias.

Com a guarda provisória por três anos, a Companhia se torna a proprietária das terras de Heliópolis. A primeira ação foi dividir em 14 matrículas individualizadas, listadas das letras “A” a letra “N”. Em parceria com a Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC) e a Sociedade Comunitária Habitacional Pró-favelas, foi acordado o compromisso de distribuir material necessário para a construção de 10.000 unidades. Através do sistema de mutirão, a Prefeitura ficou responsável pela doação de 2.480 lotes para essas construções. (SOUZA, 2012)

Sete anos depois, em 1991, Heliópolis alcançara a posição de uma das maiores favelas de São Paulo, abrigoando a ordem de 40 mil habitantes, com aproximadamente 9.700 domicílios. (MOREIRA, 2017)

Iniciam-se as ações de intervenção na área, com o programa para habitação social desenvolvido pelo FUNAPS - Fundo de Atendimento à População em Habitação Subnormal, programa conhecido pelo sistema de mutirões. Com a administração municipal de Paulo Maluf, 1993 a 1996, foi acionado um novo programa, popularmente conhecido como Cingapura - Programa de Verticalização de Favelas. Tal programa não considerava nenhuma possibilidade de integração entre o tecido existente e as novas construções. A sintaxe espacial é descartada, tendo a compreensão de uma lógica de usos e vínculos sociais com o território, que não fazia parte da pauta desse programa. (SOUZA, 2012)

Em 1993, é publicada a Lei nº 1.450, a qual determina que a área de Heliópolis passa a ser denominada como “Cidade Nova Heliópolis”.

Souza (2012) considera a ruptura desse modelo de urbanização quando em 2003 se inicia o Programa Bairro Legal, aproximando a gestão municipal da comunidade, colocando à prova as propostas que estavam para ser implementadas. As administrações seguintes perpetuaram a mesma postura, buscando métodos e projetos capazes de integrar as novas edificações às dinâmicas existentes do território.

Os dados disponibilizados na plataforma do Habisp, em 2010, apontavam um total de 13.372 unidades habitacionais auto-construídas e consideraram 3,3 hab/UH, alcançando a densidade aproximada de 544 Hab/ha. Até o ano de 2004 foram providas 4.873 unidades pelos programas FUNAPS, COHAB, PROMORAR, PROVER e Bairro Legal. Após 2005, iniciaram-se outros programas de intervenção. Entre obras e projetos se previa a construção de 3.689 novas unidades habitacionais.

Na década de 90, a Companhia Habitacional de São Paulo iniciou a primeira intervenção na área delimitada como Gleba H, parceria com a Secretaria Municipal de Habitação durante a gestão do prefeito Celso Pitta. Foram construídas cinco torres residenciais de dez andares, de um plano total de nove torres, três ficaram inacabadas e uma torre acabou incendiada. A proposta ampara uma configuração de modelo condominial ilhado, determinante, que proporcionou a reocupação da área desde os limites de suas ruas até os arredores das torres, como também das torres abandonadas, devido ao excesso de áreas residuais e à falta de integração com o entorno, uma derivação excludente sobre uma área de exclusão.

Figura 114 – Situação prévia a intervenção. Fonte: www.vigliecca.com.br

Pilhas de barracos tomaram conta de um espaço, no entorno, em meio aos escombros do incêndio. A invasão tomou conta também de esqueletos das edificações de três prédios que não chegaram a ser concluídos. Agarrada à estrutura dos edifícios inacabados, nasceu uma favela vertical, que grudou nas paredes e selou janelas. Prédios de dez andares e barracos amontoados até o terceiro ou quarto andares permaneceram colados entre 1996 e 2011, quando, então, a Prefeitura de São Paulo removeu as famílias que moravam na área para construir um novo conjunto habitacional. (OLMOS, 2013)

Em julho de 2009, passados aproximadamente dez anos da ocupação das torres e do lote, a Prefeitura Municipal de São Paulo, em parceria com o Governo Federal, retorna à área com o propósito de uma nova intervenção. A selagem realizada em campo, na época, congelou a área com 910 moradias para o início do cadastro social. O cadastro é feito para angariar as informações sobre a composição familiar, emprego, renda, escolaridade e informações que compõem a demanda inicial contemplada na proposta, priorizando os moradores que estavam na área há mais tempo.

No ano seguinte, iniciou-se a remoção das moradias que circundavam as torres e ocupavam o lote, abrindo a frente de obra. Foram mantidas as cinco torres da primeira intervenção.

Figura 115 – Diagrama. Fonte: www.vigliecca.com.br

A proposta se lança na tentativa de revelar os desafios e os tempos que a cidade está subordinada. Assim, busca-se tensionar e não amenizar as adversidades da condição de vida contemporânea, admitindo-se que a riqueza do espaço urbano está na convivência, não no isolamento. Uma nova estrutura ponderada intersecta a estrutura existente, culminando em um novo conjunto, sem as preconcepções de modelos formais, mas resultado de uma análise rente às disposições morfológicas do local.

A partir da disposição das cinco torres que ocupam o miolo da quadra de forma aleatória, a princípio, Vigliecca lança mão da ocupação da parcela restante do lote com uma lâmina de gabarito contínuo, aprazível, fragmenta e retorce a lâmina, desenhando os novos limites do lote. As novas frentes urbanas, se desdobrando para entrosar com as torres antecessoras e conformando pátios e praças internas reurbanizam as áreas públicas e privadas.

Figura 116 – Implantação do conjunto. Fonte: www.vigliecca.com.br

O conjunto, cinco torres COHAB e as novas lâminas, foi rebatizado como *residencial Sílvio Baccarelli*, homenagem ao maestro nascido em 1931 que, emocionado com a notícia do

incêndio que desabrigou centenas de pessoas, começou a dar aulas de música voluntariamente para 36 crianças de uma escola pública da região. Alguns meses depois, formou a pequena orquestra de cordas que deu origem ao *Instituto Baccarelli*, projeto que atualmente oferece cursos de musicalização, canto e instrumentos sinfônicos para mais de mil crianças e jovens da comunidade.

O novo projeto é composto por oito conjuntos, que variam entre térreo mais três e térreo mais quatro pavimentos, se ajustando ao desnível de aproximadamente cinco metros existente no terreno. Dessa forma, mantém o gabarito contínuo para o conjunto das edificações. As soluções das unidades habitacionais são dois dormitórios, o único grupo de unidades duplex que fazia frente para a rua Barão do rio da Prata foi suprimido durante a construção. Todas as edificações partem de uma caixa de escada para o acesso de duas unidades espelhadas e, quando necessário, estendem a circulação horizontal para se adaptar à implantação.

Figura 117 – Unidade habitacional. Fonte: www.vigliecca.com.br

Apesar de partirem de concepções distintas, as duas intervenções se transformaram em um único conjunto, que, assim como as torres isoladas eram elementos frágeis para a construção da paisagem urbana, as novas lâminas não estariam completas nessa mesma implantação sem as torres anteriores. Desse modo, não alcançariam essa implantação de espaços concisos e buscariam outras amarras. Esse argumento serve, sobretudo, para ilustrar, de alguma forma, o conceito do terceiro território proposto por Vigliecca, em que nenhuma das estruturas se significam de maneira isolada e, quando casadas, se transformam em um elemento composto, outro, que se ressignificam e ressignificam a área de intervenção e seus arredores, alcançando valores urbanos e de urbanidade enquanto um conjunto.

Figura 118 – Foto aérea - vista do conjunto implantado. Fonte: www.vigliecca.com.br

No primeiro andar de um dos prédios vê-se uma mulher abrir a janela da sala com vontade. Satisfeita, ela espia o que acontece do lado de fora, no térreo: entre a praça e a quadra poliesportiva, onde meninos jogam bola, um grupo de moradores ansioso pergunta se os visitantes são da Comgás, que ficou de concluir uma instalação por estes dias. Quem conhece um pouco a história do conjunto residencial Sílvia Baccarelli, em Heliópolis, entende por que abrir uma simples janela traz tanta felicidade. Moradores do primeiro ao quarto andar dos prédios da Cohab que escaparam do incêndio em 1996 passaram 15 anos sem poder ver a cor do céu pelas janelas. (OLMOS, 2013)

Figura 119 – Vista do acesso. Fonte: www.vigliecca.com.br

Figura 120 – Vista da praça interna. Fonte: www.vigliecca.com.br

5.2.1 Leitura do projeto

A estratégia de configuração da quadra para o projeto de Gleba H é mais explícito, ou talvez, de mais fácil apreensão. Com a condição primeira do lote ocupado com as cinco torres no miolo central da primeira intervenção e a premissa de preservá-los. A nova implantação ocupa o perímetro da quadra. Devido às dimensões do lote, que se aproximam das dimensões de uma quadra tradicional, com aproximadamente 90 metros por 130 metros, Vigliecca opta por desdobrar a fita da lâmina perimetral, contornando os cantos e desenhando as reentrâncias, que traçam os caminhos de pedestres, conectando as torres com as novas lâminas e conformando os limites do lote, a legibilidade do desenho da quadra, integrada com as novas edificações.

O gabarito contínuo, os arremates das esquinas e as aproximações entre os conjuntos transformam o lote, que antes não propunha uma ocupação clara de limites precisos, fato que, por fim, condicionou, pelo excesso de espaços residuais, uma nova ocupação. Apesar de uma das lâminas não ter sido executada, foi realizada uma nova frente para a Rua Barão do Rio da Prata, restando às três torres anteriores a desempenharem esse papel. As torres e as novas lâminas ocupam e definem os espaços internos e externos das quadras. Houve um esforço de projeto para que muros e grades fossem suprimidas e os limites estão definidos pelos edifícios. A esquina, o acesso, as escadas, o espaço público, o espaço privado e coletivo são todos definidos pelo maciço das edificações, que, como exposto, trata-se de uma estratégia contundente que fomenta a leitura da quadra como uma unidade, que comporta a diversidade de usos e apropriações, mas oferta ao espaço urbano, uma quadra que desenha ou pretende desenhá-la, uma hipótese morfológica que extrapola os lotes residenciais.

Algumas das posturas defendidas nesta dissertação ficam evidentes quando temos a oportunidade de confrontar duas propostas de promoção de habitação social pelo poder público sobre uma mesma área, sobre as mesmas condições. Na primeira intervenção executada pela COHAB, a estratégia formal foi conduzida por interesses estatísticos. Não foi aportado nenhum desejo de cidade. A repetição de torres que reservam o número de unidades habitacionais estacionadas num grande lote sem nenhuma referência consistente foi frágil.

A decisão de Vigliecca, sob esse mesmo espectro, é muita mais assertiva, pois redesenha os limites internos e externos com a disposição da lâmina que, além de não contrastar drasticamente com o entorno imediato, garante, pela sua extensão serpenteante, a metragem quadrada para abrigar as 200 unidades habitacionais. Aproximando a lente, observamos os pormenores das decisões que nascem dessa implantação. Nos limites dos fundos do lote, é disposta uma lâmina linear vencendo quase toda a dimensão, abrindo-se aos fundos, as áreas de serviço. Na esquina com a Rua Cel. Seixas Castro foi locado um dos acessos, que proporciona um alargamento da calçada e a projeção coberta do ingresso, desenhando esse arremate e a conexão entre as lâminas perpendiculares. Na esquina oposta, a extensão da lâmina de maior lado do lote se dobra, evitando uma situação de empena lateral, que se ajusta e afirma a situação de esquina. A frente da rua Cônego Xavier, abrem-se os caminhos de acesso pelas entranhas do conjunto. Possui uma nova frontalidade para o parque e as novas lâminas são dispostas em “u”. Dois braços coligam as antigas torres e a base faz frente para a rua. As lâminas estão recuadas, afasta-se um pouco para equilibrar o espaço público com o espraio da calçada mais confortável aos acessos. As lâminas são extensões das torres e proporcionam pequenas praças internas, condominiais com a implantação.

Alguns dos principais aspectos que desejamos enfatizar estão na atenção e nos ajustes finos do desenho da implantação. Retomando a comparação, é nítida a diferença quando a proposta não brota de unidades habitacionais pré-concebidas, torres de qualquer/nenhum lugar. A proposta de Vigliecca é precisa, é ajustada para a condição local, se arranjando para incorporar a topografia, se agrupando às torres existentes, específica a cada situação.

A estratégia da quadra como um elemento regulador é potente para a Gleba H, que transforma um lote alheio ao entorno que o circunda para um conjunto que o reafirma, intensificando as condições urbanas. De dentro, são lidas as conexões e os limites. De fora, um conjunto único e legível.

As atribuições de legibilidade ao conjunto Silvio Baccarelli é a de maior peso entre as estratégias aqui consideradas. Com a condição excepcional de haver a oportunidade de agir sobre um terreno já acionado pelo poder público, no qual estão evidentes os erros e os acertos nas soluções adotadas, a proposta de Héctor subverte os indícios iniciais e parte por um caminho subversivo. Porém, consegue conciliar as propostas, com o objetivo claro de unificar as duas intervenções, assumir os contrastes unindo-os fisicamente para reconstruir a quadra da Gleba H.

Na primeira intervenção, os limites ficam indefinidos e não possibilitam reconhecer o

desenho da quadra. Via-se apenas as torres, com o recurso explorado no item anterior, a fita ou a lâmina, o que se fragmenta e se ajusta à situação dada. Vigliecca assume uma estratégia bastante potente em harmonizar os dois objetos. A nova edificação se coliga e as caixas de circulação se apoiam nas empenas das torres, desenhando uma nova praça para esse novo composto, torre/lâmina. A estratégia de unir formalmente as duas propostas, consegue dar continuidade formal, se alastrando pelo terreno. Visivelmente ainda é perceptível a diferença temporal e, mais do que isso, projetual. A torre já defasada e superada, exposta ao desgaste do tempo, morfologicamente ganha um novo fôlego. O novo conjunto coligado divide as áreas coletivas e compartilham as praças condominiais e usufruem da mesma quadra poliesportiva.

Figura 121 – Vista externa do conjunto. Fonte: www.vigliecca.com.br

A estratégia de supressão dos recuos, eliminando muros, divisas e repartições condominiais é bastante oportuna para a solução almejada neste estudo e, enquanto projeto, o resultado é eficiente. A maior deficiência encontrada após o abandono da obra da COHAB e a reocupação dos resquícios do lote é, de fato, superada. A unificação do conjunto atribui-lhe identidade, vencendo os espaços residuais. Agora, as janelas olham e resguardam as áreas coletivas, oferecendo à cidade, espaços generosos e públicos, com fachadas ativas que afirmam o espaço urbano.

Diferentemente dos aportes utilizados para o Conjunto do Casarão do Carmo, a sensibilidade nesse projeto não se encontra nos alinhamentos e gabaritos, mas na transformação das peças isoladas em uma tipologia reconhecidamente urbana, a quadra perimetral, com gabaritos que se ajusta à configuração morfológica do entorno. As torres destoavam, agora não mais, ocupam o miolo de quadra e equilibram a proposta.

As áreas coletivas, não vazios, compõem o arranjo entre as edificações. O partido do projeto exalta a composição da implantação das novas edificações, contornando as áreas internas, assim como os limites são definidos com a colocação junto às calçadas. Os espaços interiores são organizados através dos novos edifícios. A proposição recorrente que entrelaça as estratégias são os pequenos largos entre a torre e lâmina em “u”, que definem essas praças. Além das quatro praças condominiais que apoiam as torres anteriores, a proposta final aloca uma grande praça central.

A continuidade das vias e a integração com a malha existente não é premissa do projeto em Heliópolis. Talvez o fato de estar ladeado por três vias com dimensões razoáveis não se fez prioridade. Não há rupturas no traçado, ao invés da possibilidade de transposição por dentro da quadra, Vigliecca impõe condições de permeabilidade. Em alguns pontos nodais, por entre as edificações, são propostos novos caminhos que avançam pelo interior da quadra, principalmente os dois grandes portais pela Rua Cônego Xavier, com o alargamento do passeio público, que reconfigura a frente. Há uma massa arborizada do hospital Heliópolis, cogitando uma possível futura integração, atualmente murada.

Havia uma possibilidade de costura, reimaginando gestos anteriores de Vigliecca, que pautam essa estratégia. No entanto, não foi absorvida pelo arquiteto. A quadra onde está localizado o terreno se estende até a rua Monsenhor Pizarro, tomando proporções que possibilitariam uma travessia intermediária. Estamos falando da continuidade da Rua Santa Edwiges até a Rua Barão do Rio da Prata, desenhando a quarta frente do lote. É possível pensar que a estratégia formal dos blocos “u”, que se conectam às torres existentes, se sobrepôs a essa transposição, tornando o gesto ainda mais contundente pela recorrência. Vigliecca opta por implantar a quadra poliesportiva na praça interna de maior área, transformando o interior do lote em áreas de convívio, sem trânsito de veículos, mas com entroncamento dos eixos peatonais, com diversos pontos de acesso, estabelecendo costuras e continuidades aos moradores e transeuntes.

5.3 Parque Novo Santo Amaro V

Figura 122 – Croqui - Passarela de transposição. Fonte: www.vigliecca.com.br

Ficha técnica

Local: Parque Novo Santo Amaro, Jardim Ângela, São Paulo/ SP

Data: 2009-2012

Situação: Construído

Contratante: SEHAB-HABI-SP / Consórcio Mananciais

Programa: Programa Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê – Programa Mananciais

Equipe: Héctor Vigliecca, Luciene Quel, Neli Shimizu, Ronald Werner Fiedlr, Caroline Bertoldi, Bianca Riotto, Thaísa Fróes, Pedro Ichimaru, Kelly Bozzato, Aline Ollertz, Sérgio Faraulo, Paulo Serra e Luci Maie

Gerenciamento: Consórcio JNS e Hagaplan

Infraestrutura: MC Engenharia

Fundações: Berfac Consultoria de Solos e Fundações

Estrutura de concreto: Camilo Engenharia

Estrutura metálica: Projeto Alpha/ Prometal Engenharia

Instalações: Procion Engenharia

Fotos: Leonardo Finotti

Área Livre: 15.392 m² (70,3%)

Área do córrego: 632,8 m² (3%)

Área do sistema viário: 702 m² (3,5)

Área existente preservada: 1.784,7 m² (8,1%)

Área edificada: 3.387 m² (15,5%)

Área de intervenção: 21.899 m²

Unidades habitacionais: 201 unidades, 11 tipologias, 52,5 a 76,5 m²

Densidade do entorno: 79 hab/ha

Densidade do projeto: 405,8 hab/ha

Área comercial: 66 m² (0,4%)

Área de circulação: 2.132 m² (14,5%)

Área condominial: 1.133,1 m² (7,7%)

Área residencial: 11.343,1 m² (77,3%)

Área construída: 14.674,3 m²

Figura 123 – Inserção urbana. Fonte: Google Maps

Memorial descritivo

Mais do que criar moradias para famílias que viviam de forma precária em áreas de risco, sujeita a enchentes e desabamentos, o projeto trouxe melhoria urbana para a comunidade, situada em uma região de mananciais na zona sul de São Paulo, maior cidade da América Latina. Em vez de criar uma nova realidade para o local, o projeto se insere na paisagem urbana, valorizando seus recursos. O verde, que havia sido extinto devido à ocupação irregular, foi recuperado por meio de um parque linear – eixo central que estrutura o conjunto de intervenções. Ao longo do parque, pontos de atração, como playground, pista de skate e campo de futebol, além da presença do clube e da escola, estimulam a circulação de moradores e o sentimento de identificação com o lugar. Para ter acesso à escola, as crianças tinham de atravessar um córrego poluído ou caminhar bastante para contornar a quadra. O projeto criou passarelas de conexão entre as centralidades existentes e as implementadas. Os prédios de cinco a sete andares – que comportam 200 unidades habitacionais de várias tipologias, como apartamentos duplex de dois a três dormitórios e opções adaptadas para deficientes físicos – não impedem o fluxo de pedestres já que dispõem de circulação semi-pública. O córrego, onde o esgoto era despejado, foi canalizado. Uma rua foi projetada sobre ele. Para preservar a identidade dos moradores com o meio ambiente em que vivem, de grande riqueza hídrica, foram criados espelhos d'água. Hoje, a região é abastecida com água de várias nascentes, que foram recuperadas.

O último projeto selecionado para integrar essa trinca dos estudos de caso impõe duas observações necessárias a serem ratificadas antes da introdução: o projeto reforça o entendimento da casa, da habitação, como um sinônimo de cidade, o provimento habitacional em grande escala desenha o território em situações de precariedade urbana. Como é o caso deste projeto, as novas intervenções, especialmente por parte do poder público, devem se comprometer em gerar setores compreensíveis e legíveis, que ordenem a escala urbana, enfrentando, de fato, a cidade real, escapando de formalismos heroicos e objetos isolados.

A construção do conjunto residencial Parque Novo Santo Amaro V foi realizada através do Programa Mananciais, localizado nas imediações da represa da Guarapiranga, área de preservação ambiental, que compôs parte das intervenções da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) para o atendimento às moradias em situação de precariedade da região. A área se caracteriza como fundo de vale, com curso de água central e topografia acidentada com grandes declividades. O desenvolvimento do conjunto foi fundamental para os programas desse contexto, com o intuito, primeiro, de resguardar as famílias em situação de risco iminente, principalmente ligadas a acidentes, por deslizamento de terra devido à situação de relevo acentuado.

A área do projeto sofreu o processo de ocupação no início do século XVII, às margens do Rio Pinheiros, próximo à área da aldeia indígena M'Boi Mirim. Nessa mesma região está localizada a primeira mina de ferro da América do Sul. Em meados do século XIX que a região, em expansão, foi elevada à categoria de município. Contudo, as obras de represamento do afluente do rio Pinheiros, o rio Guarapiranga, foram iniciadas apenas na década de 1920, transformando, significativamente, a paisagem, conhecida como a Riviera Paulista. Na década de 50, com a intensificação da imigração de outras regiões do país para a cidade de São Paulo em busca de emprego, a ocupação se tornou bastante desordenada. (VERAS, 2013)

Figura 124 – Situação prévia. Fonte: www.vigliecca.com.br

O Programa de proteção e recuperação dos mananciais da prefeitura de São Paulo foi uma evolução do Programa Guarapiranga iniciado em 1994, que, por sua vez, foi fruto da revisão da legislação de proteção aos mananciais da região metropolitana de São Paulo (LPM), de 1970.

As novas diretrizes normativas que incidiram sobre as ocupações irregulares das áreas de preservação dos mananciais permitiram, em linhas gerais, a possibilidade de construção de novas unidades habitacionais dentro da própria área, unindo as políticas de âmbito ambiental e habitacional. Esse foi um avanço legislativo importante, considerando a complexidade e a precariedade instaurada, com os desafios de zelar pela qualidade da água e conter o adensamento populacional. Dessa forma, somente se tornou possível a construção desse conjunto residencial, paradigmático devido a tais condições de implantação. (PUGLISI, 2017)

Para França (2009), o Programa Guarapiranga se tornou um exemplo de práticas inovadoras na esfera pública, integrando ações entre órgãos públicos e estabelecendo os fundamentos para a nova legislação ambiental, com destaque para o programa de urbanização de favelas, um subprograma de recuperação urbana.

Após as primeiras intervenções com projetos centrados na implantação de redes de infraestrutura básica, a urbanização de favelas evoluiu para ações bem mais complexas. Os projetos e obras passaram a ter como objetivo maior a integração dos assentamentos precários e informais, à cidade reconhecida como formal, adotando-se, a partir daí, o conceito de “qualificação urbana”, ou seja, a transformação de áreas de “urbanização sem cidade” em novos bairros dotados de serviços e que permitiam aos moradores, o seu “pertencimento” à cidade. (FRANÇA, 2009)

Dado esse panorama inicial da intervenção, o projeto encomendado pela PMSP deveria atender a uma demanda para a recuperação e o tratamento do córrego existente, administrando os impactos ambientais ao agir sobre um território delimitado como área de preservação ambiental, além de prover unidades habitacionais. O projeto inaugura uma solução capaz de resguardar o interior da quadra, com a proposição de um espaço de uso coletivo e público, preservando e restaurando a presença do córrego, mas que também se insere na malha urbana, articulando as estruturas morfológicas existentes. Portanto, redefine parâmetros da estrutura urbana competentemente a dignificar o território compreendido como uma área de exclusão, impondo aspectos caros à integração urbana.

O córrego existente recebia os deságues das casas que ocupavam todo o seu trajeto, além da drenagem das águas pluviais do entorno, com alto grau de impermeabilização. Com o adensamento da ocupação do vale, a vegetação nativa foi extinguida. Vigliecca adota, no primeiro gesto, a recomposição desse eixo verde central ao lote, ao longo do curso d’água, buscando a condição primeira, natural, além de exaltar a presença da água com a recuperação da nascente, valorizando-a como um elemento paisagístico.

Figura 125 – Em construção, 2002 e 2011. Fonte: Google Maps

Figura 126 – Em construção, 2012 e 2014. Fonte: Google Maps

O diálogo que o edifício estabelece com as preexistências e com o entorno, enaltecem as potencialidades do local, como a quadra de futebol e a escola pública. As estratégias projetuais instituíram um passeio pelo vale, margeando o córrego sustentado por diversos equipamento e espaços de permanência, como a pista de skate, o que transforma o território em um catalisador de eventos urbanos, mais uma vez atribuindo valores de urbanidade ao conjunto.

Figura 127 – Vista do vale. Fonte: www.vigliecca.com.br

O ponto nodal de referência e estruturador da implantação, é em um dos extremos do lote com a manutenção do campo de futebol, anexos ao clube, a associação de vizinhos e a Escola Estadual José Porphyrio da Paz. No outro extremo, se ajustam a topografia de forma mais livre e lúdica, bancos, largos, escadarias, arquibancadas e espaços que propiciam a ocupação e a apropriação do espaço público sem uso definido, somando-se espaços de recreação e a pista de skate.

Figura 128 – Croqui da fachada. Fonte: www.vigliecca.com.br

O conjunto edificado é composto por três blocos de cinco pavimentos, no máximo. Os dois blocos de maior dimensão, longitudinais ao terreno, estabelecem contato direto com a frente urbana. Uma fachada para as ruas oficiais e a fachada posterior para o parque interno se conectam ao bloco transversal através de escadas e ruas elevadas, compondo um único elemento estruturador, que responde às necessidades e às demandas a partir das condicionantes do local. (CORADIN, 2014)

Figura 129 – Implantação. Fonte: www.vigliecca.com.br

Figura 130 – Foto aérea do conjunto. Foto: Leonardo Finotti

O projeto foi contemplado entre os 36 *projetos mais impressionantes das Américas* pelo *Mies Crown Hall Americas Prize*, em 2014. Em 2012, recém construído, o projeto foi condecorado com o 3º prêmio na *XVIII Bienal Panamerica de Quito*. Ainda em obra, o Instituto de Arquitetos do Brasil o premiou com uma Menção Honrosa na categoria *Habitação de Interesse Social*.

Figura 131 – Vista da passarela. Foto: Leonardo Finotti

Figura 132 – Vista aérea do conjunto. Foto: Leonardo Finotti

Figura 133 – Vista da passarela. Foto: Leonardo Finotti

Figura 134 – Vista da fachada. Foto: Leonardo Finotti

Figura 135 – Vista do campo de futebol. Foto: Leonardo Finotti

Figura 136 – Vista da fachada. Foto: Leonardo Finotti

Figura 137 – Parque linear. Foto: Leonardo Finotti

Em 2018 integrou a exposição *Muros de Ar - Os limites dos objetos* para a Bienal de Veneza. Através de uma iniciativa inédita na história das exposições do pavilhão brasileiro, os projetos foram selecionados em uma convocatória aberta ao público, buscando democratizar o diálogo sobre a arquitetura brasileira contemporânea. O chamamento convidou arquitetos para a submissão de seus projetos pela página virtual www.murosdear.org.br, construídos ou não, que deviam, ao menos, estar fundamentados na realidade. A exposição se dedicou a selecionar intervenções arquitetônicas e urbanas que permeassem as relações conflituosas entre os domínios do público e privado, avalizando o modo como lidavam com os limites e rupturas do tecido urbano, trazendo à tona a possibilidade premente do projeto arquitetônico como transformador das condições excludentes nas cidades brasileiras, reimaginando formas de aproximar as pessoas. (BARATTO, 2018)

Figura 138 – Pavilhão Brasileiro, Bienal de Veneza 2018. Foto: Imagem Subliminal

Figura 139 – Maquete, Parque Novo Santo Amaro V. Foto: Ricardo Tossete/ Fundação Bienal

5.3.1 Leitura do projeto

Para o conjunto Parque Novo Amaro V, a estratégia de se utilizar da quadra como o elemento estruturador da paisagem e da malha urbana é novamente incorporado no partido do projeto. O lote, assim como em Heliópolis, assume as dimensões da quadra. Apesar de uma configuração amorfa, ou pelos menos, de geometria menos rigorosa, obviamente devido às condições topográficas, os limites, frente às ruas, são reafirmados com a inserção da nova edificação lindeira, sem recuos. No terceiro estudo de caso confirmamos a contundência quanto a essa estratégia, a implantação franca, em contato direto com a rua, sem premissas falsas de segurança que interiorizam o objeto no interior do lote. Vigliecca reforça, a cada projeto, a necessidade de se relacionar com a cidade, os muros e as divisas são os próprios edifícios.

A supressão dos afastamentos consolidando o edifício como a interface direta com a cidade e com as pessoas, amparando os desenhos das calçadas e da ruas, reforça que, como estratégia, a questão colocada da quadra como condicionador da forma urbana não está intrinsecamente conectada às quadras de dimensões tradicionais, como levantado sobre o projeto da Gleba H, no qual tais aportes ficam mais evidentes. Nessa nova situação, o recurso é utilizado com o mesmo objetivo, com edificações perimetrais resguardando o miolo da quadra. Sobre uma base topográfica mais complexa, a fita habitacional é decomposta, fragmentada e se acomoda à situação natural do lote, mantendo o gabarito uniformemente baixo, evitando contrastes desgastantes a paisagem já reconhecida pelos moradores, não se impondo, mas, novamente, se acomodando. A fita perimetral, nesse projeto, é ajustada às condições excepcionais do terreno, sem ângulos retos, o que não interfere na definição da quadra.

Vigliecca sustenta essa estratégia confiando no papel estruturador do conjunto habitacional na paisagem urbana, desenhando as referências nesse território ocupado de forma espontânea. Sem planejamento, a quadra reconfigura o tecido urbano como o elemento primordial à estrutura da forma urbana.

A segunda estratégia também está presente no desenvolvimento desse projeto. Alguns aspectos foram dilatados na nossa interpretação. Não se reservam apenas as coligações e alinhamentos na interpretação justa às preexistências.

A nossa leitura sobre essa estratégia está mais atenta às relações que concebe com as referências naturais, topográficas e hidrográficas. As saídas adotadas por Vigliecca para a conformação tipológica do conjunto, expõe as características naturais do terreno. As transposições pelas passarelas, as conexões entre as cotas, o córrego em evidência com as redundâncias dos espaços coletivos que intersectam o conjunto, permitem a leitura do território. Portanto, mais do que tornar legível a morfologia urbana e dialogar francamente com o entorno, a horizontalidade, a proposta roga pelo entendimento territorial, resposta pertinente a uma solicitação do Programa Mananciais.

O vazio no Parque Santo Amaro V é o parque linear longitudinal, demanda inicial

desencadeadora do raciocínio projetual. A presença e a sobrevida do córrego é a exigência fundamental do Programa Mananciais. Há que se preservar e reinstaurar as condições naturais. Habitação não é só o morar, habitamos a cidade, o território e todas as suas vicissitudes. Dessa maneira, o projeto alcança dimensões territoriais, estruturadoras da região.

Por conseguinte, a opção de esvaziar a linha central do terreno, o vale, desafogando o córrego e sua nascente, conforma o vazio interior da quadra. As edificações que se abrem para as ruas se viram também para a face interna. Os olhos cuidam e gerenciam a vitalidade do fio d'água e os espaços de convívio ao longo do seu curso. Jane Jacobs tinha razão.

Vigliecca, mais uma vez, consegue desenvolver um ajuste preciso entre a massa edificada e as áreas livres, equacionando, assim, as moradias a serem providas e proporcionando espaços plausíveis coletivos, públicos. O campo de futebol coroa o trajeto da cota mais alta a cota mais baixa do terreno. É o espaço aglutinador que, com a Escola Municipal, configura o grande vazio, onde a vida acontece.

As conexões que articulam o terreno e as suas imediações são fortes e determinantes para reconfigurar o trânsito de pedestre e as continuidades, principalmente quando a topografia se torna uma barreira. Facilitar as transposições, unindo as cotas transversais ao terreno, mais uma vez, reitera o modelo habitacional como peça ordenadora da paisagem urbana.

Não por menos, a passarela assume o protagonismo do projeto. Vigliecca se atenta aos nós e às rupturas das vias, estendendo esses caminhos para dentro do projeto e conjugando as circulações verticais e horizontais através das edificações com o desenho da passarela, que são os pontos de inflexão da forma. Multiplicam-se os pontos de contato com a cidade e as distâncias são encurtadas. A cidade atravessa por entre o conjunto habitacional.

6 Considerações finais

Héctor Vigliecca, arquiteto e urbanista, é aqui personagem convocado para o debate franco. Seus argumentos são retrucados através das suas obras. Desvelar sua formação, aprofundar temas e orientações que guiam seu ofício, quando atento a sua época, são fatores pujantes para sustentar a tese do arquiteto em construção, da retroalimentação da cultura de projeto e do perfil investigativo e metodológico que a ação do arquiteto se constitui.

Em um cenário rico de bons exemplos e historiografias relevantes do cenário arquitetônico brasileiro, o uruguaio foi, e talvez ainda é, visto com alguma estranheza. Pouco apelativa, a obra dificilmente seduz, pelo menos não almeja tal intenção. Se é realizada em uma leitura despreziosa e superficial, o aventureiro abandonará a possibilidade de compreender sua obra. Os conjuntos selecionados para esta pesquisa depõem a esse favor. Vigliecca percorreu um trajeto solitário e longo para que suas obras encontrassem abrigo e se enraizassem na cultura arquitetônica brasileira, ainda carregando as suas convicções com destreza, levantando os argumentos a favor da cidade, do urbano, do coletivo. A obra se despe de vaidade, é conduzida por desejos urbanos que muitas vezes se afogam na realidade, não obstante, se lançam distante por não saber ser diferente.

A abordagem da dissertação está ancorada na vontade de compreender os mecanismos e instrumentos de composição da cidade contemporânea, pois é nesse cenário que transcorrem as relações, a existência coletiva do homem, as transformações e onde os projetos habitacionais devem assumir o compromisso de qualificação do espaço urbano. O legado do arquiteto, sem dúvida, contribui para a construção da cultura de projeto, que visa a realização coletiva da cidade, soluções coerentes que traçam hipóteses de cidade. Não queremos somente entender o interlocutor, o desejo do trabalho, assim como de Vigliecca, é também pelo ofício e pela disciplina.

Neste longo caminho que a pesquisa atravessou, em tempo e espaço, objetivamos facilitar a leitura de Vigliecca no território, percebendo os pormenores abarcados nos conjuntos que se ajustam à paisagem, bem como as condições morfológicas existentes reinterpretadas. O arquiteto investiga, livremente, pelos seus princípios as abordagens tipológicas de construção da cidade. O compromisso sempre será com o todo. Os projetos reservam um desejo de formas outras do espaço urbano. A dissertação pretende construir a cidade do imaginário do universo interno de Héctor Vigliecca.

A pertinência em reforçar que o seu pensamento se decante sobre o campo acadêmico é por acreditar nos valores interpretativos sugeridos nas operações projetuais. Uma parcela ínfima dos recursos instrumentais perceptíveis no repertório do arquiteto foram decompostos na dissertação. Reiteramos o caráter pedagógico que a constância das estratégias aportam ao ofício do arquiteto. O compromisso instaurado por entre as linhas é a favor da valorização do desenho, do projeto e do planejamento, falando sempre de cidade quando falarmos em arquitetura.

Referências

- AGUIAR, D. *Urbanidade e a qualidade da cidade*. 2012. Arqtextos. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/12.141/4221>.
- ALY, J. A. *Arquiteturas da cidade: conexões e lugar*. 2010. Tese (Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de São Paulo.
- AMARAL, A. de A. C. *Habitação na Cidade de São Paulo: Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo*, 4. 2ª. ed. São Paulo: Pólis / PUC-SP, 2002. 120 p.
- AMEN, F. G.; FACAL, S. R.; SOFÍA, A. *Boarding Pass: 65 años de los Viajes de Arquitectura*. 2010. Disponível em: <https://issuu.com/fernandogarciaamen/docs/boardingpass/11>. Acesso em: Julho de 2018.
- ANDRADE, L. da S. Onde está a urbanidade: num bairro central de Berlim ou numa favela carioca? In: *I ENANPARQ*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2010.
- ANELLI, R. Ponderações sobre os relatos da trajetória de Lina bo Bardi na Itália. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, São Paulo, 2010.
- ANTELO, M. V. N. La ciudad cambia: una mirada desde la Revista Summa, a Buenos Aires en los años sesenta. In: *VII Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo*. Barcelona: DUOT, 2015.
- ARAUJO, C. F. L. de. Edifícios de habitação em áreas urbanas consolidadas: Rue des Suisses, e Casarão do Carmo. *Pesquisa em Arquitetura e Construção*, v. 3, Outubro 2012.
- AYMONINO, C. *El significado de las ciudades*. Madrid: H. Blume, 1981.
- BANDEIRA, M. M. Praeter utilitas. *Revista de Morfologia Urbana*, v. 4, n. 2, Dezembro 2016.
- BARATTO, R. *Pavilhão do Brasil na Bienal de Veneza 2018: Muros de Ar - Os limites dos objetos*. 2018. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/896228/pavilhao-do-brasil-na-bienal-de-veneza-2018-muros-de-ar-os-limites-dos-objetos>.
- BARONE, A. C. C. *Team 10: Arquitetura como crítica*. São Paulo: Annablume, 2002.
- BARROS, L. R. Arquitetura em tempos difíceis. In: RUBANO, L. M.; VIGLIECCA, H.; BARROS, L. R. (ed.). *O Terceiro território*. 1ª. ed. São Paulo: Vigliecca e Associados, 2014. p. 13 – 26.
- BOBADILLA, A. *Apuntes para la discusión del Viaje de Arquitectura como instrumento pedagógico*. 2016. Disponível em: <http://www.plexo.edu.uy/project/apuntes-para-la-discusion-del-viaje-de-arquitectura-como-instrumento-pedagogico/>. Acesso em: Novembro de 2018.
- BONDUKI, N. Habitação e urbanismo – Da utopia à construção, a participação popular na política habitacional em São Paulo. *Suplemento Especial da Revista Projeto*, São Paulo, 1991.
- BURGOS, M. B. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: BURGOS, M. B. (ed.). *Um século de favela*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 25 – 60.

- CABRAL, L. F. A rua no imaginário social. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales.*, Universidad de Barcelona, Barcelona, IX, n. 194, Agosto 2005. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-60.htm>.
- CAMARGO, M. J. de. Héctor Vigliecca: Pensando arquitetura, propondo cidades. In: CAMARGO, M. J. de (ed.). *Hipóteses do real. Concursos de Arquitetura e urbanismo 1971-2011*. São Paulo: Vigliecca & Associados, 2012. cap. 1.
- CAPANDEGUY, D.; DANZA, M. Del Grand Tour a las peregrinaciones laicas. Claves operativas del Viaje de Arquitectura. In: CAPANDEGUY, D.; DANZA, M. (ed.). *Boarding Pass*. Montevideo: Facultad de Arquitectura, 2010. Disponível em: <https://issuu.com/fernandogarciaamen/docs/boardingpass/11>. Acesso em: Julho de 2018.
- CASTILLO, A. del. Una exposición sobre las cooperativas de vivienda uruguayas. In: CASTILLO, A. del (ed.). *Cooperativas de viviendas en Uruguay - Medio siglo de experiencias*. Montevideo: Mastergraf, 2015. cap. 6, p. 63 – 93.
- CASTILLO, A. I. del. *O papel do projeto na pesquisa acadêmica em arquitetura: reflexões a partir das práticas*. 2017. Tese (Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de São Paulo.
- CATALDI, G. From Muratori to Caniggia: The origins and development of the Italian School of design typology. *Urban Morphology*, v. 7, p. 19 – 34, 2003.
- CATALDI, G.; MAFFEI, G. L.; VACCARO, P. Saverio Muratori e a escola Italiana de tipologia projetual. *Revista de Morfologia Urbana*, v. 2, n. 1, p. 25 – 36, Julho 2014.
- CENTRO COOPERATIVISTA URUGUAYO. Cincuenta años del CCU. *Revista Dinámica*, POLO S.A., Montevideo, n. 123, p. 6 – 9, Novembro 2012.
- CENTRO COOPERATIVISTA URUGUAYO. Daisy Solari y Saúl Irureta. El aporte desde el compromiso y la creatividad. *Revista Dinámica*, POLO S.A., Montevideo, n. 126, p. 8 – 13, Novembro 2016.
- CHOAY, F. *O urbanismo: utopias e realidades - uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- CHOAY, F. *Alegoria do patrimônio*. 4ª. ed. São Paulo: UNESP, 2006.
- CONZEN, M. R. G. Alnwick Northumberland: a study in town-plan analysis. *Institute of British Geographers Publication*, Londres, n. 27, 1960.
- CORADIN, R. F. *Habitar social: a produção contemporânea na cidade de São Paulo*. 2014. 542 p. Dissertação (História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) — Universidade de São Paulo.
- CORSINI, M. G. “La Sapienza” dalle origini al duemila – discipline, docenti, studenti. In: CORSINI, M. G. (ed.). *La Facoltà di architettura dell’ Università*. Roma: [s.n.], 2001.
- COSTA, S. de A. P.; NETTO, M. M. G. *Fundamentos de morfologia urbana*. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.
- CULLEN, G. *Paisagem urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- DINIZ, M. T. São Paulo renovada. In: DINIZ, M. T. (ed.). *Renova SP: concurso de projetos de arquitetura e urbanismo*. São Paulo: HABI – Superintendência de Habitação Popular, 2011. cap. 5, p. 22 – 24.

- ETTLIN, C. C. A. *Arquitectura+Juego (Los años pop 1956-1967)*. 2015. Tese (Teoría y Práctica del Proyecto de Arquitectura) — UPM / ETSAM - FARQ / UDEALR.
- FERNANDES, A. Uma reflexão sobre a necessidade e o contributo da morfologia urbana. *Revista de Morfologia Urbana*, v. 4, n. 2, Dezembro 2016.
- FERREIRA, D. et al. A contribuição do estudo tipológico na manutenção da ambiência e preservação da paisagem. *4º Colóquio Ibero-americano paisagem cultura, patrimônio e projeto*, Belo Horizonte, Setembro 2016.
- FIALHO, V. C. dos S. *Concursos de Arquitetura em São Paulo*. 2002. Dissertação (Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de São Paulo.
- FLYNN, M. H. de M. B. *Concursos de arquitetura no Brasil 1850-2000: sua contribuição ao desenvolvimento da arquitetura*. 2001. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo.
- FRAMPTON, K. *História crítica da arquitetura moderna*. [S.l.]: Martins Fontes, 1997.
- FRANÇA, E. *Favelas em São Paulo (1980-2008): Das propostas de desfavelamento aos projetos de urbanização. A experiência do Programa Guarapiranga*. 2009. Tese (Doutorado) — Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- FRANÇA, E.; BARDA, M. (org.). *Renova SP: Concursos de projeto de Arquitetura e Urbanismo*. 1ª. ed. São Paulo: HABI – Superintendência de Habitação Popular, 2011.
- GATTI, S. O projeto Nova Luz e o Programa de Cortiços no centro de São Paulo. In: *II Seminário Internacional Urbicentros: Morte e vida de centros urbanos*. Maceió: [s.n.], 2011.
- GOMES, P. *A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- GONSALES, C. H. C. *Cidade moderna sobre cidade tradicional: conflitos e potencialidades*. 2002. Arqutextos. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/03.028/753>.
- GREGOTTI, V. The grounds of typology. *Casabella*, Janeiro 1985.
- GÜNEY, Y. I. Type and typology in architectural discourse. *BAÜ FBE Dergisi Cilt*, v. 9, n. 1, Julho 2007.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992. ISBN 8515006790.
- HEIDEGGER, M. Construir, Habitar, Pensar. In: HEIDEGGER, M. (ed.). *Ensaio e Conferências*. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- HOLANDA, F. de. Arquitetura sociológica. *Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 1, Maio 2007. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/174/158>.
- HOLANDA, F. de. Urbanidade: Arquitetônica e Social. In: *I ENANPARQ*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2010.
- HOLSTON, J. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. [S.l.]: Companhia das Letras, 1993.
- JENCKS, C. *The Language of Postmodern Architecture*. Londres: Academy Editions, 1977.

- JENCKS, C. *Arquitetura internacional*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1989.
- KOHLSDORF, G.; KOHLSDORF, M. E. A cidade como arquitetura: Dimensões morfológicas dos lugares. 2004.
- KRAFTA, R. Impressões digitais de urbanidade. In: *I ENANPARQ*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2010.
- KRIER, L. *Houses, Palaces_Cities*. Londres: Academy Publications, 1994.
- KROPF, K. Urban tissue and the character of towns. In: KROPF, K. (ed.). *Urban Design International*. [S.l.: s.n.], 1996. cap. 1, p. 247 – 263.
- LAMAS, J. M. R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- LYNCH, K. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Lisboa, 1996.
- MAGALHÃES, S. F. *Ruptura e contiguidade: A cidade na incerteza*. 2005. Tese (Arquitetura e Urbanismo) — Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.if.ufrj.br/~coelho/ruptura_e_contiguidade.pdf.
- MAURO, T. D. Typology. *Casabella*, v. 88-91, 1985.
- MEDRANO, L. Habitação, arquitetura e contemporaneidade. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, FAUUSP, São Paulo, n. 21, p. 98 – 110, Junho 2007.
- MESQUITA, A. P. *Dos fragmentos à totalidade? Mobilidade e legibilidade urbana de Uberlândia-MG*. 2008. Tese (Doutorado) — Instituto de Geografia.
- MONEO, R. On typology. *Oppositions*, n. 13, 1978.
- MONTANER, J. M. *Depois do Movimento Moderno: Arquitetura da metade do século XX*. 1. ed. São Paulo: Gustavo Gilli Brasil, 2001. 272 p. ISBN 9788584520039.
- MOREIRA, F. de F. Heliópolis e a produção municipal de moradias populares em favelas. In: *XVII ENANPUR*. São Paulo: [s.n.], 2017.
- MOUDON, A. V. Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. *Urban Morphology*, n. 1, p. 3 – 10, Março 1997.
- MUMFORD, E. *The CIAM Discourse on Urbanism: 1928-1960*. USA: MIT Press, 2000.
- NAHOUM, B. (comp.). *Las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayas: Una historia con quince mil protagonistas*. Montevideu: Ingrasa, 1999.
- NESBITT, K. *Uma Nova Agenda para a Arquitetura*. São Paulo: Cosac naify, 2006.
- NETTO, V. M. “O que é, afinal, urbanidade?” Notas sobre um diálogo tortuoso. In: NETTO, V. M. (ed.). *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2012.
- NIGRO, C. D. *[In] Sustentabilidade Urbana*. Curitiba: XIBPEX, 2007.
- NJAGI, R. W. *The urban block as a tool for urban design*. 2015. Dissertação (Department of Architecture and Building Science) — University of Nairobi.

- NORBERG-SCHULZ, C. *Intenciones en arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.
- NOTO, F. de S. *O quarteirão como suporte da transformação urbana de São Paulo*. 2017. 363 p. Tese (Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de São Paulo.
- OIKONOMOU, M. The urban block as a potential for sustainable urban design. *Transactions on Ecology and The Environment*, WIT Press, v. 194, 2015.
- OLIVEIRA, V. Morfologia Urbana. *Revista de Morfologia Urbana*, n. 1, p. 3 – 4, 2013a.
- OLIVEIRA, V. Morpho: a methodology for assessing urban form. *Journal Online - Urban Morphology*, v. 17.1, 2013b.
- OLIVEIRA, V. Forma e paisagem urbana de Lisboa. *Paisagem e ambiente: ensaios*, São Paulo, n. 38, p. 13 – 32, 2016a.
- OLIVEIRA, V. Morfologia urbana: diferentes abordagens. *Revista de Morfologia Urbana*, v. 4, n. 2, p. 65 – 84, Dezembro 2016b.
- OLMOS, M. Favela nunca mais. *Valor Econômico*, Setembro 2013.
- OTERO, R. Conjuntos y unidades. Una historia de continuidad. In: OTERO, R. (ed.). *Cooperativas de viviendas en Uruguay - Medio siglo de experiencias*. Montevideu: Mastergraf, 2015. cap. 5, p. 55 – 62.
- PADRÓS, E. S. Uruguai: o Pachecato e a escalada autoritária no final dos anos 60. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: [s.n.], 2011.
- PANERAI, P. et al. *Urban Forms: The Death and Life of the Urban Block*. Oxford: Architectural Press, 2004.
- PEÑA, C. R. *Cooperativas de vivienda, tecnología y ayuda mutua: ensayos de tolerancia al cambio*. 2014. 75 p. Monografia (Facultad de Ciencias Sociales) — Universidad de la República.
- PIGAFETTA, G. *Saverio Muratori achitetto: Teoria e progetti*. Veneza: [s.n.], 1990.
- PINTO, S. M. G. Regular = planeado versus irregular = espontâneo: nascimento e morte de uma relação dicotômica nos estudos históricos da forma urbana. *Revista de Morfologia Urbana*, v. 1, p. 5 – 16, Dezembro 2013.
- PUGLISI, M. de C. *Habitação e Cidade – Espaços coletivos na Habitação de Interesse Social: análise das obras do Arq. Héctor Vigliecca em São Paulo de 1989 a 2016*. 2017. Dissertação (Arquitetura e Urbanismo) — Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- RAMOS, F. V. Team 10: Manifesto de Doorn. *arq.urb*, USTJ, São Paulo, n. 9, 2013. Disponível em: <https://www.usjt.br/arq.urb/numero-09/14-team-10.pdf>.
- RAPOPORT, A. *Aspectos Humanos de La Forma Urbana*. 1. ed. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.
- RIBEIRO, F. M. Possíveis posturas contemporâneas: algumas relações entre ideias de pós-modernidade sob o olhar da teoria crítica e posturas urbanas contemporâneas. In: SEMINÁRIO, 2010, Vitória. *XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Vitória, 2010.

- RIBEIRO, P. V. B. *Arquitetura potencial: Nonato Veloso, concursos de projeto*. 2017. 250 p. Dissertação (Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília.
- RICHER, M. Una fórmula innovadora de acceso a la vivienda: las cooperativas de vivienda en Uruguay. *Cayapa. Revista Venezolana de Economía Social*, Universidad de los Andes, Venezuela, v. 10, n. 20, p. 10 – 22, Julho 2010.
- ROSETTI, T. S. G. S. *A dimensão urbana da arquitetura: ambientes de transição*. 2012. Dissertação (Arquitetura e Urbanismo) — Universidade Federal do Espírito Santo.
- ROSSI, A. *Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- RUBANO, L. M. Tecidos Habitacionais em Amsterdã. In: *Docomomo Brasil*. São Paulo: Docomomo, 1999. Disponível em: http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Lizete_rubano.pdf.
- RUBANO, L. M. (org.). *Hipóteses do real: concursos de arquitetura e urbanismo Vigliecca & Associados*. 1ª. ed. São Paulo: Vigliecca & Associados, 2012.
- RUBANO, L. M. (org.). *O terceiro território: habitação coletiva e cidade*. 1ª. ed. São Paulo: Vigliecca & Associados, 2014.
- RUBANO, L. M. et al. Habitação Coletiva: Reconfigurando a quadra do Carmo, São Paulo. *Pesquisa em Arquitetura e Construção*, v. 3, n. 8, 2012.
- SÁ JUNIOR, L. C. de. O renascimento sobre o cadafalso. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 522 – 528, Janeiro 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2013000200522&lng=en&nrm=iso.accesson21Feb.2019.<http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X014027015>.
- SAMULES, I. The Caniggia Seminar, Cernobbio, Como, Italy, 5-6 July 2002. *Urban Morphology*, v. 6, p. 90 – 93, 2002.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço habitado*. São Paulo: Saraiva, 1988.
- SCHEPS, G. Prólogo. In: SCHEPS, G. (ed.). *Cooperativas de viviendas en Uruguay - Medio siglo de experiencias*. Montevideu: Mastergraf, 2015. p. 12 – 14.
- SERAPIÃO, F. O maratonista. In: SERAPIÃO, F. (ed.). *Monolito*. São Paulo: Monolito, 2013.
- SERPA, A. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.
- SOLÀ-MORALES, I. de. *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.
- SOLÀ-MORALES, M. de. Periphery as Project. *UR: Urbanismo revista*, Barcelona, n. 9-10, p. 2 – 3, 1992.
- SOLÀ-MORALES, M. de. Espaços públicos e espaços coletivos. In: SOLÀ-MORALES, M. de (ed.). *Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século xxi*. São Paulo: Terceiro Nome, 2001. p. 101 – 107.
- SOSA, M. R.; SEGRE, R. *Do Coração da cidade – a Otterlo (1951-59): discussões transgressoras de ruptura, a semente das novas direções pós-CIAM*. 2016. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/096.pdf>.

- SOUZA, V. P. de. *Heliópolis: As intervenções públicas e as transformações na forma urbana da favela (1970-2011)*. 2012. Dissertação (Mestrado) — Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- SUZUKI, E. H. *Concursos de arquitetura e urbanismo no Brasil de 1984 a 2012: a eficiência dos concursos públicos nacionais*. 2016. 873 p. Tese (Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-01092016-173101/>.
- TABARÉZ, N. Uruguay tiene cinco nuevos monumentos históricos. *El Observador*, Setembro 2015. Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/nota/uruguay-tiene-cinco-nuevos-monumentos-historicos-2015916500>. Acesso em: Janeiro de 2019.
- TAFURI, M.; DALCO, F. *Architettura contemporanea*. Milão: Electa, 1976.
- TESSENOW, H. *La costruzione della casa*. Milão: Unicopli, 1999.
- VALLÉS, R. Una mirada al sistema cooperativo de viviendas en Uruguay. In: VALLÉS, R. (ed.). *Cooperativas de vivienda en Uruguay - Medio siglo de experiencias*. Montevideo: Facultad de Arquitectura Universidad de la República, 2015. cap. 2, p. 21 – 28.
- VAZ, S. M. L. P. *Morfologia urbana e espaço público: Abordagens comparativas no contexto europeu*. 2013. Dissertação (Faculdade de Arquitetura) — Universidade do Porto.
- VERAS, M. R. *Sustentabilidade e habitação de interesse social na cidade de São Paulo: análise de obras*. 2013. Dissertação (Arquitetura e Urbanismo) — Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- VIDLER, A. The third typology. *Oppositions*, MIT Press, New York, n. 7, 1976.
- VIGLIECCA, H. *O processo criativo na execução de um projeto urbanístico*. São Paulo: Vigliecca & Associados, 2018.
- VILLAÇA, F. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2011.
- WHITEHAND, J. W. R. Morfologia urbana Britânica: a tradição Conzeniana. *Revista de Morfologia Urbana*, v. 1, p. 45 – 52, Dezembro 2013.
- XU, S.; YE, Y.; XU, L. Complex Power: An Analytical Approach to Measuring the Degree of Urbanity of Urban Building Complexes. *International Journal of High-Rise Buildings*, v. 6, n. 2, p. 165 – 175, 2017.
- YE, Y. et al. “Form Syntax” as a contribution to geodesign: A morphological tool for urbanity-making in urban design. *URBAN DESIGN International*, v. 22, p. 73 – 90, 2017.